BIBLIOTHECA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

OBRA N.º 4646

VOLUME Unico

CLASSIFICAÇÃO

330.2

G963

OBSERVAÇÕES

EXTRACTO

do Codigo dos Estatutos de Ensino Superior

Art. 154. Em hypothese alguma sahirão da bibliotheca livros, folhetos, impressos ou manuscriptos.

Art. 156. Na bibliotheca propriamente dita só é facultado o ingresso aos membros do corpo docente e seus auxiliares e aos empregados da Faculdade; para os estudantes e pessoas que quizerem consultar obras haverá uma sala contigua, onde se acharão apropriado lugar apropriado os catalogos necessarios e as penas e cadernos para accommodação dos leitores.

Art. 159. Ao bibliothecario compete:

10 fazer observar o maior silencio na sala de leitura providenciando para que se retirem as pessoas que perturbarem a ordem, e recorrendo ao director, quando não for attendido.

BIBLIOTHECA
FACULDADE DE DIREITO
RECIFE

ESTUDOS

DE

ECONOMIA POLITICA

ESTUDOS

DE

ECONOMIA POLITICA

Para uso das Faculdades de Direito do Brasil

PELO

Dr. APRIGIO J. da SILVA GUIMARÃES

Lente da 2. cadeira do 5. anno da Faculdade do Recife

(Com algumas **Palavras de Introducção** do
dr. CLOVIS BEVILAQUA)

Fit fabricando faber.

BIBLIOTHECA
DA
FACULDADE DE DIREITO
DO
RECIFE

RECIFE

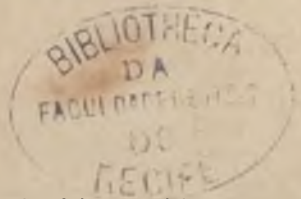
1902

Ac, 397986
ex. 8995951
338.1
G963e
1902
CESP

Empreza d'A PROVINCIA
Rua Quinze de Novembro ns. 49 e 51 e Caes da Regeneração ns. 42, 44 e 44 A

UNIVERSIDADE DO RECIFE
FACULDADE DE DIREITO
BIBLIOTECA
4546
31 5 1949

PALAVRAS DE INTRODUCÇÃO



Aprigio Guimarães foi um espirito profundamente liberal, em que a meditação acerca das verdades da economia politica acendrou e consolidou as disposições naturaes que uma feliz educação anterior já conseguira aproveitar e dirigir.

Seu vulto, illuminado por essa particular sympathia que emana das almas bem formadas e das intelligencias que se consagram á lucta pela realisação de um viver social mais digno dos destinos humanos, ainda está gravado, bem nitido, na memoria de quantos lograram a ventura de conhecel-o e estimal-o.

Como politico, foi um batalhador infatigavel em prol da liberdade e do direito. As contrariedades não o faziam recuar, nem as injustiças lhe entibiavam o ardor.

E, quer na tribuna quer na imprensa, estava sempre disposto a sustentar os grandes prélios que a consecução de seus idéaes lhe pareciam necessarios. Illudiu se muitas vez, quero crer, no caminho a seguir ou nos meios de attingir ao alvo; mas essas illusões puzeram em actividade a sua intelligencia, fizeram-na agir beneficamente no meio social em que se agitava. Foram, portanto, factores do progresso moral.

Como professor, foi o mesmo espirito sequioso de assimilar os conhecimentos mais uteis á sua acção no circulo escholar, e encantado pelos sonhos da liberdade. E, assim desenvolvendo o seu lemma predilecto—*Deus e liberdade*, captivava os seus discipulos que lhe ouviam a palavra com sympathia e respeito, infundia-lhes o amor do bem moral e das verdades doutrinadas pelos mestres consagrados do velho mundo, e lhes dava o apoio de sua auctoridade, sempre que

ensaiavam passos tropegos no ephemero jornalismo academico, afim de que mais confiantes podessem desenvolver as forças de que por ventura se sentissem dotados.

Estas qualidades intellectuaes e moraes de lente de economia politica na Faculdade de Direito do Recife, ao passo que lhe davam um boleio de phrase bem individualisado, um estylo inconfundivel com outro qualquer, creavam profundas affeições no coração da mocidade estudiosa impressionada pela voz sonora e grave e pelo tom de convicção do mestre.

Infelizmente, porém, os estimulos desta ordem não bastam, quando as contigencias da vida reclamam outros pontos de apoio sobre os quaes se possa erguer e desdobrar a energia do trabalho mental. E ao dedicado professor, talvez por circumstancias occasionaes, talvez pela tempera de seu caracter, faltaram, da parte de seus correligionarios e concidadãos, as facilidades, já não digo as recompensas, a que lhe davam direito o seu merecimento intellectual e os seus esforços.

No livro que se vae ler encontram-se, bem accentuados, os predicados mentaes de Aprigio Guimarães, como escriptor: a largueza da comprehensão, a simplicidade alliada á eloquencia, a independencia que não produz, aliás, a revolta, e a clareza de exposição que se não deixa perturbar miudeando pormenores ou aprofundando investigações sem directa connexão com o assumpto.

Não foi intuito seu escrever um *systema* inteiriço, de economia politica, que apresentasse, como imaginára FERRARA,

BIBLIOTHECA
DA
FACULDADE DE DIREITO
DO
RECIFE

todos os factos e phenomenos economicos em sua estreita concentração, que os reduzisse a manifestações de um principio unico, de uma lei fundamental (*).

Não pretendeu tambem amplificar a concepção de phenomenologia economica, dando á sciencia que professava decidida preponderancia sobre as suas co-irmãs. Essa attitude havia de ser mais tarde assumida pelo insigne LORIA nas suas *Basi economiche della costituzione sociale*.

Si Aprigio Guimarães tivesse vivido bastante para travar conhecimento com a doutrina ousada do sociologo italiano, quer me parecer que se não deixaria seduzir por ella, e que saberia, com o senso critico de que offerece irrecusaveis documentos nos diversos capitulos deste livro, escolher as idéas sãs e limitar as pretenções por demais destoantes de suas mais affagadas convicções.

Para elle, a economia deve abrir a sua marcha ao lado do direito e dominada pela sociologia tanto quanto pela moral. Tendo, por uma educação juridica segura, sabido comprehender o valor do principio do direito na mechanica social, não poderia subordinal o insoluvelmente ao principio economico. O conhecimento do direito será sempre imperfeito, si não fôr auxiliado pelo estudo de economia politica, porque são so-

---

(*) « L'aspirazione verso la maggiore somma possibile di beni, attenuta con la minor somma di stento » é, no dizer de FERRARA, la forza generatrice unica merce cui si svolge l'intero processo economico. Ver *La dottrina economica di Ferrara* por V. IANGORRA, na *Revista de Sociologia*, anno V, pags. 25 e seguintes e em contrario G. TARDE, *La logique sociale*, cap. VIII.

ciaes essas duas ordens de phenomenos, os juridicos e os economicos; porque uns e outros constituem dois aspectos geraes differentes da vida social. Mas, pela razão de que muitos principios juridicos fundamentaes, como os que regulam a propriedade, as obrigações e a successão, traduzem garantias da ordem economica, se não pode concluir que a causa geradora do direito e a força que opera as suas transformações seja exclusivamente o facto economico.

Si, porém, a *Economia politica* do estimado professor da Faculdade de Direito do Recife não é um systema completo em que a coordenação logica dos principios e das consequencias se vá desenvolvendo, segura e firme, deante dos olhos do leitor; nem tam pouco uma atrevida reconstrucção da sciencia em que se quebrem os moldes recebidos, por imprestaveis, e se levantem magestosos os muros de um edificio inteiramente novo; discute, com proficiencia, as questões mais interessantes dessa sciencia, reflecte com discreção a litteratura de seu tempo, completando o que lhe pareceu insufficiente, eliminando o que lhe teve ares de excessivo, e faz sensatas, ainda que limitadas, applicações á vida social e politica do Brasil.

Os doutos acharão neste livro reflexões que lhe hão de despertar outras e os que se iniciam neste genero de estudos poderão nelle apprender a estudar e a estimar a *economia politica*, sciencia cujo valor Augusto Comte não soube aquilatar, mas que hoje tem logar conspicuo entre as sciencias sociaes, e se impõe á meditação de quantos se preoccupam com a vida do individuo e da sociedade.

Na classificação hierarchica dos phenomenos sociaes organisada pelo douto DE GREEF (**), sobre as bases da observação objectiva e mediante o criterio positivista da complexidade crescente e generalidade decrescente, os economicos occupam o inicio da serie, a base da pyramide, e sobre elles se vão, cada vez mais especiaes, apoiando e desenvolvendo os phenomenos genesicos que fundam a familia, os industriaes e artisticos, os religiosos, os moraes, os juridicos e os politicos. Sendo essa classificação estabelecida de accordo com as leis que presidem ao desenvolvimento natural e logico dos phenomenos sociaes, não pode a intelligencia ter uma concepção verdadeira de nenhum desses dominios, não pode apanhar a acção das leis peculiares de cada um delles sem se ter préviamente preparado pelo estudo e conhecimento das leis economicas. O industrial como o jurista, o administrador como o moralista devem fazer a sua iniciação scientifica assimilando as noções da economia politica, si desejarem ir directamente e sem tropeços ao alvo a que se destinam.

Serão, portanto, sempre opportunos os livros que, como o presente, se destinam a desenvolver o gosto pela economia politica, em um paiz que tanto ha soffrido com o desamor com que geralmente a tractaram os que assumiram a responsabilidade da gestão dos negocios publicos.

Recife, 10 de Julho de 1902.

CLOVIS BEVILAQUA.

(**) *Introduction à la sociologie* pags. 158 e seguintes.

Concluido em principios de 1876, apresentado á congregação de que faço parte aos 29 de Agosto do mesmo anno, é certo que outras fórmas teria hoje este livro si me fosse licito refaze-lo, ou mesmo retoca-lo com liberdade: não é vaidade acreditar e dizer que devo ter aproveitado alguma cousa do estudo d'então para cá. Certos incidentes, porém, que não vem ao caso relatar aqui, obriga-me a guardar as proporções do quadro.

Sejam estas linhas um appello mais á benevolencia dos doutos.

Ainda me parece que o livro não será de todo inutil para os alumnos das Faculdades de Direito, razão por que animar-me-hia a imprimi-lo, mesmo quando motivos de um justo pundonor intellectual *não me estivessem dictando imperiosamente a publicação.*

Não me condemnem sem appellação, e não desesperarei da rehabilitação.

3 de Setembro de 1879.

ADVERTENCIA

O seculo XX será o seculo da Economia Politica: digo-o, em que péze a um certo ascetismo, e sem que folgue um certo materialismo, dous extremos viciosos que de muito se tocam, e estão a pique de transigir, em sociedades que se dizem civilisadas. Será coito illicito, funestissimo!

Sciencia moral e politica, no rigor da expressão, sciencia que abrange todas as relações humanas, mais ou menos proximamente, cabe á Economia Politica o leme da náo do Estado. Assento a proposição, que irei demonstrando em cada um dos trabalhos, cuja série é aberta pelo presente.

Não vai n'isto preconceito ou preoccupação de cathedratico.

Um professor da Universidade d'Oxford, em optimo livro que acaba de ser traduzido por um dos primeiros mestres francezes d'Economia Politica (*) escreveu o seguinte:

« A Economia Politica é o unico ramo das « sciencias moraes, que ha feito progressos no- « taveis em nosso tempo. A sua exacta corres-

---

(*) H. S. Maine—*O Direito antigo em suas relações com a historia das sociedades primitivas e as idéas modernas.*—Trad. por J. G. Coucelle-Séneuil, Paris 1874.

« pondencia á realidade dos factos demonstra a « verdade seguinte: que o direito imperativo des- « occupou grande parte do seu espaço d'outr'ora, « para deixar aos homens a faculdade d'impô- « rem-se a si proprios, em seu caracter privado, « as suas regras de acção, e com uma liberdade « que foi desconhecida até estes ultimos tempos. « A tendencia da maioria dos versados em Eco- « nomia Politica é—considerar como devendo « universalisar-se a verdade geral, sobre que se « baséa a sua sciencia; e, no que respeita ás ap- « plicações, os seus esforços tendem ordinaria- « mente a augmentar o dominio dos contractos, « reduzindo-se o do imperativo ao necessario « para a execução dos mesmos contractos. O im- « pulso dado por taes pensadores, começa a sen- « ti-lo o mundo occidental. Os legisladores quasi « que têm confessado, que não podem seguir a « actividade humana em suas descobertas e in- « venções, em seus maneios da riqueza; e até o « Direito dos paizes menos adiantados tende « mais e mais a tornar-se uma simples superficie, « com regras sempre moveis de contracto, ponto « aliás em que ao Direito só cabe garantir a obser- « vancia de alguns principios fundamentaes, e « punir as violações da bôa fé. »

Eis o meu ponto de partida, eis a pedra onde o leitor tocará as minhas opiniões, quando menos claramente enunciadas.

Contra as minhas sinceras reluctancias, mandaram-me para a Cadeira d'Economia Politica (**); senti por uma boa parte da mocidade brazileira.

No entanto, força era obedecer, e não voltar a cara á arduidade do dever que hoje começo a cumprir.

São estes *Estudos* o preliminar de um *Compendio*, que não está longe de ser apresentado (***).

Penso que não será de todo perdido para os alumnos das nossas Faculdades de Direito: só para elles escrevo.

Recife, 28 de Janeiro de 1876.

(**) O autor occupava a cadeira de Direito Civil quando o removeram para a de Economia Politica.

(***) A *sorte administrativa* d'este ensaio desanimou-me tanto, que ainda hoje (Maio de 1878) o Compendio não está perto da sua conclusão... No Brazil, si o homem propõe algumas vezes, as secretarias dispõem sempre. A este proposito foi publicada na *Reforma*, da Côrte, uma carta minha ao Dr J. J. do Carmo.

ESTUDOS

I

CONSIDERAÇÕES GERAES SOBRE O ENSINO

Lendo Macleod, o eminente economista inglez que revolucionou a sciencia, como bem disse H. Richelot, quasi me acontece (permittam a comparação) o que aconteceu a Platão depois de ouvir a primeira licção de Socrates: estive de fogueira para todos os meus apontamentos economicos.

No entanto, reflectindo e reflectindo, pareceu-me que as doutrinas do sabio inglez poderiam ser assentadas sem prejuizo do plano de J. S. Mill e outros, isto é, sem que o quadro se limite á theoria, e antes abranja toda a economia social; o que aliás me parece de maxima importancia para as nossas Faculdades, attenta a sua defectiva organisação [1].

[1] No ensino da Economia Politica ainda estamos a 23 de Fevereiro de 1808, quando El-Rei, como complemento da C. R. de 28 de Janeiro (abrindo os nossos portos), nomeou José da Silva Lisboa para reger uma cadeira d'Economia Politica. E' a cadeira que temos hoje: nem ao menos lhe ajuntaram uma de Direito Financeiro, que já é contada na Universidade de Coimbra.

Doze annos como substituto que subio a todas as Cadeiras, e sete como cathedratico, a experiencia em todas as bancas de preparatorios, e algum estudo do ensino em geral, e do nosso em particular, têm-me suscitado sérias duvidas sobre a nossa organisação escolar; e, si ainda não as expendi, é que a opportunidade... falta quasi sempre aos que têm boa vontade.

C. Séneuil, na introducção á sua versão dos *Principios* de Mill, faz considerações que para o meu amparo vou resumir: uma vez por todas peço venia das citações, embora muito da natureza d'este genero d'escriptos [1].

Ha na industria operarios de duas especies: uns trabalham nas peças: outros ajustam-n'as, dão a forma e rematam o producto.

Assim na sciencia. Estes limitam-se a certos assumptos, e levam a analyse aos ultimos detalhes; aquelles approximam, comparam, ajustam mesmo as verdades achadas e acham verdades novas. Na cooperação constante d'estas duas classes de operarios está o segredo do progresso.

O trabalho dos economistas para limitar mais e mais a sciencia das riquezas, isolando-a das outras, só tem servido d'enfraquecer-lhe a autoridade em certos casos.

Subscrevo estas considerações para fundamentar o meu proposito de contrastar as verdades economicas por analogias e confrontações sociologicas; que não para abrir guerra ás hypotheses nas sciencias que estudam a vida, e ás tentativas inglezas no sentido de applicar-se ao estudo dos phenomenos economicos o methodo das sciencias physicas: aqui juro a bandeira de Macleod [2].

[1] Por mim subscrevo o que de si escreveu o eminente Castelar: na tarefa do ensino, fallando ou escrevendo, faço apenas *estudos* na presença de jovens amigos.

[2] E nem por isto deixo de inclinar-me aos principios da *Logica* de Mill, o qual (com a devida venia) foi infiel aos mesmos principios, quando não soube romper com Ricardo e Malthus na questão do methodo.

A exposição scientifica *para o ensino* deve ter cunho especial; não respectivamente á missão do mestre em geral, sinão tambem a esta ou áquella organisação escolar, e ainda ás condições sociologicas de cada paiz. E pois, no meu fraco entender, nada ha de absoluto em materia de organisação e exposição escolar: aqui, como em tudo, as traducções litteraes são inepcias.

Na minha Cadeira, seguindo até um certo ponto as idéas de Macleod, a ninguem me subordino na exposição, quanto á ordem, filiação e desenvolvimento dos assumptos, sempre que reputo de utilidade entrar pela Sociologia.

Para mim, ensinar é fazer exposição synthetica [1]; não esquecendo jamais o professor, nas sciencias moraes e politicas principalmente, o *aspecto local*, a saber, o que lhe é imposto pela indole e costumes do paiz em que falla, dos discipulos a que falla [2].

Fosse embora a pura [3] Economia Politica o que diz Macleod, não podia eu, sem perder o meu ponto de vista, segui-lo na sua direcção;

[1] O methodo da synthese é mais apropositado para o ensino, e o da analyse para a investigação e a invenção. O mestre que sabe de antemão o ponto a que intenta conduzir o entendimento do discipulo, pode começar pelo simples, para chegar ao composto que já conhece; mas o indagador da verdade ha de tomar os objectos como se lhe offerecem, não decompostos, e sim formando um todo. (BALMÉS—*Elementos de Logica*).

[2] Entenda-se me pelo todo deste capitulo: evito polemicas escolasticas sobre o methodo. Nem a escola de Condillac exaltando a analyse, nem a reacção germanica do *apriorismo*: a verdade é que os dous methodos devem concorrer para o pleno conhecimento do objecto estudado.

[3] A distincção, que faz Rossi, entre Economia Politica *pura* e *applicada* é adiante refutada.

principalmente faltando em nosso curso de Direito, como falta, muito do que deve entrar na secção das sciencias sociaes.

Não se entenda que excluo absolutamente a analyse; excluo, sim, essa analyse minuciosa e tenaz de todos os doutores: fôra preciso que cada professor tivesse um decennio para o seu curso; e no fim, como no principio, seria sempre a ostentação da insana pretenção de eliminar para o discipulo o futuro trabalho de gabinete, trabalho que é sempre cousa apenas começada, mesmo para os velhos doutos.

Hoje, como sempre, na medida das minhas forças, finco os marcos, traço as principaes divisões, assento os grandes principios e demonstro-os, assignalo os pontos cardeaes, designo os confins e attinencias, dou o fio para o labyrintho das verdades subordinadas, e deixo o resto ao estudo e ao tempo do discipulo.

O que mais se póde fazer em um anno lectivo ?

Os analystas de todos os dias ao cabo muito pouco têm analysado, e quasi nada têm cabalmente analysado; e o que é peior, deixando intactas immensas quadras em sua região scientifica, por ventura fazem crer aos discipulos, que ahi é mais difficil o transito ou depende d'auxilio e provisões differentes.

Os da minha escola, abrimos toda a carta da sciencia, mostramos em geral como tudo é risonho e harmonico; e captamos a crença scientifica, inspiramos a confiança, no que diz respeito ao immenso labyrintho dos detalhes, sob a pala-

vra soberana dos principios cardeaes demonstrados, das grandes leis verificadas: assim ficam os discipulos, penso eu, com a coragem e com as armas para a tarefa, que necessariamente lhes sobrará das classes, nas quaes, rigorosamente fallando, muito se tem feito, quando se tem *aprendido a aprender* [1].

As lembranças dos salões de S. Bento de Olinda estão a confirmar-me as palavras: os de

[1] Trasladarei algumas judiciosas observações do padre Balmés.

O ensino tem dous objectos: 1.º dar aos discipulos os elementos das sciencias; 2.º desenvolver-lhe as faculdades, para que, depois das classes, saibam haver-se na profissão de sua escolha. E ha profunda distincção entre dous objectos: para o primeiro bastam os mestres mediocremente instruidos; para o segundo, porém, só os homens de verdadeiro merito.

A sciencia d'aquelles pode limitar-se a um certo encadeamento de factos e principios, sem a sua razão de ser; os outros devem saber como se formou esse encadeamento: os primeiros conhecem os livros, os segundos conhecem os livros e as cousas. Pode acontecer que um professor mediocremente instruido seja mais apto para o ensino elementar, do que um homem de profundo saber, que não saiba fazer-se consoante a intelligencias pouco desenvolvidas. A explicação clara dos termos, a exposição corrente e simples dos elementos scientificos, o arranjo methodico dos theoremas e seus corollarios, eis o caracter especial do mestre elementar: aquelle, porém, que eleva as suas vistas, que vê nas jovens intelligencias, não telas para delinear traços mais ou menos vivos, e sim um terreno *a fertilisar*, a esse incumbe labor mais delicado e difficil. Ser ao mesmo tempo claro e profundo, interessar e instruir, alliar o complexo ao simples, levar as intelligencias por caminhos faceis, e simultaneamente ensinar-lhes a vencer as difficuldades de que é sempre inçada a estrada das sciencias; assignalar os desfiladeiros por onde passaram os inventores, e os obstaculos que venceram; inspirar o gosto, o enthusiasmo do bello, que é o esplendor do verdadeiro; dar ao talento a consciencia das suas forças, sem excitar o orgulho; alentar os fracos, apontando até nas fraquezas os germens do bem: tal a tarefa do que vê no ensino, não uma colheita, e sim uma plantação para o futuro—tarefa sublime, mas ordinariamente ingrata, que deve ser feita com os olhos em Deus!

meu tempo, tinhamos predilecção pelos mestres syntheticos, e até quasi que, no intimo, não reconheciamos outros.

O ensino da Economia Politica nas nossas Faculdades resente-se da maior das faltas, a de um compendio: digo-o com todas as reservas e venias possiveis.

Não só a organisação do nosso curso de Direito está reclamando compendio especial, comprehendendo noções sem as quaes a cadeira de Economia Politica dará poucos fructos, sinão tambem, ao menos que eu saiba, ainda não se fez compendio propriamente tal, mesmo no estrangeiro.

Tenho visto até hoje (e tenho procurado ser indagador minucioso), tenho visto *exposições* mais ou menos breves, traslados mais ou menos longos, mas nenhum *compendio*, tal como o comprehendo, e como um dia, *por cumprir o dever*, apresentarei á correcção dos doutos.

Além de que, pela natureza das cousas, compendio e tratado, seja este grande ou pequeno, são cousas de si distinctas, sempre entendi funesto para o estudante, offerecer-se-lhe por texto e guia um livro com pretenções a fazer dispensavel a consulta dos expositores, arredando o mesmo estudante do proveitosissimo trabalho de fazer a sua lição com o seu cunho individual. Um livro assim, não o distingo da atrasada apostilla cathedratica, por mais que das apostillas germanicas diga maravilhas um grave escriptor: si muito se aprende e se sabe na Allemanha, é apesar da apostilla, e não por causa da apostilla, é

porque alli vóga um incentivo na cultura das lettras, que falha em outros paizes... Impressa, dictada ou recitada, a apostilla é sempre a mesma palavra morta.

Si as cadeiras magistraes não se fizeram para centros d'expansão da immensa força da palavra fallada, da palavra viva do mestre agindo sobre as intelligencias dos discipulos, taes cadeiras são uma inutilidade: que os mestres sejam pagos para a redacção de apostillas, que estas sejam impressas, e vendidas em dias certos nas secretarias das faculdades e universidades, e depois de um certo praso prefixo venha cada inscripto dar conta de suas meditações sobre a respectiva apostilla... Si a apostilla é o ensino, porque o herdeiro do professor não lhe herdará a cadeira?

Permittam-me a transcripção de alguns trechos de um meu discurso (inedito) de abertura do curso economico.

.....

« Somos um povo de raça latina; mas somos latinos da America: estas brisas americanas influem especialmente sobre nós, assim me diz a minha experiencia.

« Nestas cadeiras, nem o verbo germanico, frio quasi sempre, nem o fogo muitas vezes fatuo da palavra franceza: o primeiro entorpeceria; o segundo electrisaria, deslumbraria na primeira hora, e na segunda deixaria o tedio ou o vacuo. O meio termo: uma palavra que diga idéas ani-

madamente, uma animação que não seja para encobrir o vasio da palavra: uma demonstração, externando-se com certos ornatos que não lhe estraguem a correcção das formas; e nunca ornatos arabescados, que se destinem a encobrir a pouca solidez da argumentação...

« Conheço os caminhos; assim tivesse eu força para percorre-los... Tenho perante mim a mocidade brazileira, aquella que, com a mesma attenção, ouvia a palavra calma do illustrado Dr. Braz Florentino, e o verbo animado do talentoso Dr. Avellar Brotero, dentro destas mesmas paredes, hora depois de hora: tenho a mocidade de finissimos instinctos, que não se contenta com a palavra vasia de idéas, que não desdenha o senho carregado do raciocinio, quando este se apresenta desataviado; mas, que é contente de todo e bate palmas, quando a palavra involve fogo, ornato e idéa.

« Pudesse eu alliar o fogo francez ao gelo allemão!...

« A harmonia da palavra, si a minha palavra pudesse tê-la, nunca me seria motivo de quebrantar a rigidez da demonstração; sendo que nunca me descuidaria, aliás, de corrigir a aridez da demonstração pelas amenidades do verbo.

« Penso estar isto de conformidade com a nossa indole, com o genio latino-americano do brazileiro...

« Para aclarar este ponto, que é a minha mais directa provocação á vossa attenção, e um preservativo contra os enfados que o mestre poderia causar-vos, trasladarei algumas linhas do

Sr. Mich. Bréal [1], desenhando o professor francez e o allemão e comparando-os:

« Em parte alguma o officio de professor é « tão custoso como na França. Embora o merito, « a idade, os serviços feitos, cada lição é mais « uma prova, que de si dá o professor. Força é « que elle seja, ora espirituoso, ora arrebatador; « força é que uma conclusão bem contornada « deixe uma impressão favoravel ao visitante, « que vai julgar pela lição que ouve. Ainda « mais de temer do que os novos, são os antigos « ouvintes, que por espaço de um curso de cinco « ou dez annos vivem a comparar o mestre de « hoje com o de hontem, como si fossem assig- « nantes de um theatro. O professor moureja « para que não lhe notem declinação; e as lições « passam por continuados retoques, por captar « esses juizes, tanto mais exigentes quanto mais « por elles se tem feito.

« Como se faz a transmissão da sciencia na « Allemanha, no paiz em que mais respeitado é « o mestre? Vêde esse sabio, que deixa a sua « mesa de trabalho, toma o caderno das lições, e « vai para a universidade: prosegue do ponto em « que foi interrompido pela hora; dicta, ou falla « pausadamente, para que os estudantes possam « tomar suas notas; quando são passados os tres « quartos do regulamento, levanta-se; a lição « não commoveu-o, nem agitou-o, e elle poderia « repetir a tarefa duas ou tres vezes por dia, sem « prejuizo dos seus trabalhos particulares. Basta-

[1] *Algumas palavras sobre a instrucção publica em França.*

« lhe uma provisão de tres annos, pois tem cer-
« teza de que, ao cabo delles, o publico universi-
« tario é todo novo. No principio da sua carreira
« escreve os seus cadernos, que conserva abertos
« por todo o resto da vida, e vai enriquecendo-os
« com os resultados de seus estudos. E assim, o
« professor allemão nunca pensa em jubilar-se,
« e só constrangido abandona a sua cadeira.

« Cousa notavel! Os professores allemães,
« que relativamente pouco trabalho têm, que são
« pagos por seus discipulos, que restringem-se
« exactamente aos limites do seu curso, exercem
« sobre o espirito dos seus ouvintes uma immensa
« influencia; ao passo que os professores fran-
« cezes, oradores brilhantes, que attrahem, que
« arrastam pelas novidades, nenhuma acção séria
« exercem sobre o seu publico »...

« Insisto, Senhores. Essa frieza ultra-hyper-borea do mestre allemão, não a soffrerieis vós: ainda não esqueci os tedios e queixas dos corredores de S. Bento... Por outra parte, só por só o brilho das formas, o pico das novidades, os puros effeitos da palavra, em summa, não vos arrebatariam, que sois d'esta America, onde o homem naturalmente ergue a fronte, em busca de base granitica para as aspirações da cabeça e do coração.

« Insisto. Vós quereis fogo e gelo: a fria demonstração germanica e o fascinante arrebatamento francez; o brilho da fórma, sem prejuizo da solidez do fundo; os manjares da sciencia, os que nutrem e não os que incham, mas sempre lisonjeando o paladar. Sobre tudo quereis na lição

do professor o cunho da sua personalidade, não o quereis repetidor, e sim creador, tanto ou quanto.

« Digo ou não a verdade, uma verdade que me condemna?... Embora possais dizer amanhã que estou longe do professor que desenhei, confessareis ao menos que não tenho poupado meditação para bem cumprir o meu dever, e mais do que isto não posso querer...

« Disse que o mestre não deve ser mero repetidor, e amparar-me-hei ainda com algumas linhas do citado escriptor:

« Uma cousa é propagar a sciencia, outra « cousa é ensina-la. O papel do propagador, aliás « muito util em si, não é o que convém ao pro- « fessor, ou pelo menos constitue apenas metade « da sua tarefa.

« Deve o professor, em seu curso, refazer as « indagações e todo o trabalho do inventor, para « bem habilitar os seus discipulos á comprehen- « são dos methodos scientificos, e á continuação « das descobertas de seus antecessores na vida. « Os mais elevados assumptos, sabemos todos, « são familiares aos professores da França: elles « expõem ao seu auditorio as origens e as trans- « formações das linguas e litteraturas, o desin- « volvimento das instituições religiosas e poli- « ticas, as grandes invenções da archeologia e « da epigraphia; mas, rigorosamente, os jornaes « e as revistas bastariam para esta especie d'en- « sino. Um ponto de historia litteraria explicado « desde as origens, um texto cuidadosamente « criticado, uma inscripção bem commentada, « valeriam mais para os discipulos. »

« Eis, *servatis servandis*, como procurarei ministrar o ensino. Sem repetir, sem me escravisar a methodos alheios, mostrarei ao meu modo o encadeamento dos principios, nas alturas da synthese: os detalhes da analyse ficam para o vosso gabinete, e será tarefa para toda a vossa vida...

« Aqui, como em tudo, é preciso obedecer á natureza das cousas, que afinal de contas é a regra.

« A natureza das cousas! Isto que parece tão pouco, que anda tanto aos olhos e á mão de todos é contrariado a cada momento, por mal da sciencia, por mal da sociedade, por mal do genero humano!

« No ensino, como em tudo, nada de estavel sem o conjuncto do agradavel com o util; e a questão cifrar-se-ha nas formas, nas proporções respectivas: seja o que for de grande, ou da Allemanha, ou da França, ou do ensino de qualquer paiz, examinai, e achareis o agradavel e o util...

« Savigny ensina o Direito Romano por quarenta annos sobraçando as infalliveis cadernetas que vos enfastiariam; mas, quando essas cadernetas se convertem em muitos volumes da sciencia, fica-nos um monumento, que encanta pela correcção das linhas, pela proporção das formas: o util e o agradavel; a correspondencia impreterivel entre a Verdade, o Bello e o Bem.

« Rénan arrebata da cadeira com seus vôos d'aguia; e desce depois para confiar, sob as formas simples d'uma analyse despretenciosa, os seus segredos aos candidatos á licença: o util

e o agradavel; a *grande* e a *pequena* lição, como diz um escriptor.

« Pudesse eu sempre alliar o util ao agradavel!

« Pudesse eu ser o mestre que no Brazil é imperiosamente exigido pela mocidade, o mestre da grande e da pequena lição!...

« Como quer que seja, a minha capital preoccupação, é que estou aqui para servir-vos; e que tudo devo fazer, para descer um dia d'esta cadeira, quite com os meus concidadãos que me pagam pelos cofres do Estado...

« Continuando, occorre-me o retrato, que faz Frederico Augusto Wolf, de um bom professor de universidade, segundo as normas allemãs. O primeiro traço é o amor á verdade; o segundo o methodo; o terceiro a arte de proporcionar o seu curso á média do seu auditorio.

« Sem que d'aqui conclua, com o sabio allemão, pela *divindade* das cadernetas que são dictadas nas escolas do seu paiz, convenho que n'aquelle retrato ha muito a meditar, e bem pode ser elle considerado como o de um professor *mixto*, *franco-germanico*, tal como tenho a audacia de idéar.

« A palavra viva, o trabalho de invenção feito, de panno levantado, aos olhos do discipulo, a instrumentação magica da Logica a trabalhar sem vislumbres d'*escamotagem*, eis a minha questão no ensino, quanto á sua *communicatividade*, que é o seu mais delicado segredo... E não me parece difficil ao mestre que sabe, que tem meditadas convicções: mesmo as incorrecções de lin-

guagem e defeitos de construcção não fazem mal ao bom mestre, em certo sentido, e são preferiveis aos arranjos estafadamente ciceronicos dos apostilleiros... Tirai a caderneta das mãos do bom professor allemão, e elle, obrigado a dar vida e calor á sua palavra, será um bom mestre para a mocidade americana.

« Quando a flor da mocidade de um paiz (diz « o citado professor francez) passa tres ou quatro « annos em um meio, onde a indagação da ver- « dade é a primeira das leis, sahe levando com- « sigo um poder de attenção, uma capacidade « d'aprender, que não amortece nunca. O amor « á verdade imprime ao curso uma forma diffe- « rente da geralmente reputada a melhor. O « professor não deverá desviar das suas lições « tudo o que é duvidoso, tudo o que soffre con- « testação; pelo contrario, deve levar para ahi a « attenção dos seus discipulos, fazer sincera ex- « posição das razões da opinião contraria á sua, « isto nas proprias doutrinas que lhe forem mais « charas, ainda que lhe sirvam de base ao seu « ensino. Um ministro de França declarou, em « dia de má inspiração, que as Faculdades eram « incumbidas d'ensinar a sciencia feita; mas, si « assim fôra, como os discipulos exercitariam o « seu entendimento e a sua critica, como saberiam os pontos de convergencia dos seus esforços, uma vez que o edificio apenas lhes é « mostrado nas suas faces acabadas? A sciencia « feita está nos livros; e os estudantes bem poderiam dispensar a classe, a ser a lição do « mestre simplesmente a reproducção das biblio- « thecas. »

« Eis o ponto a que eu queria chegar.

« Achareis, eu mesmo vos indicarei, muito livro para instruir-vos em vosso gabinete; mas, com elles irei dando prova implicita; não dispensareis a palavra tosca d'este vosso mestre. Vê-lo-heis: serei um lutador arcando aos vossos olhos com as difficuldades do estudo, espectaculo proveitoso para vós, perspectiva que nenhum livro pode dar-vos... Hei de dar-vos um duplo exemplo, muito salutar para vós: 1.° sacrificio de um falso amor proprio, confessando as indecisões quando as tenha, longe sempre das tristes inchações da impostura e do plagio, sempre nas raias da probidade litteraria; 2.° aviso minucioso das escabrosidades do caminho, para que não deixeis esses bancos com uma ruinosa confiança em vossas forças...

« Disse um economista inglez [1], ha mais de cincoenta annos, que se não devia insistir na questão—si melhor se pode aprender a Economia Politica pela leitura privada, do que pelas lições oraes; que a meditação e comparação das obras dos grandes mestres pode ensinar todos os principios, sendo que nenhum ensino oral dispensa o estudo privado; mas, que a hora da lição oral prende e firma a attenção á influencia da voz, da presença, das questões occasionaes suscitadas pelo mestre; finalmente, que um curso tem a vantagem de seguir passo a passo os progressos da sciencia, provocando a attenção para as emer-

[1] Mac Culloch —*Disc. sobre a orig., progr., obj. e import. da E. P.*

gencias de occasião, o que dá ás lições oraes um colorido, que não se achará em nenhum tratado impresso...

« O que diria hoje Mac Culloch, quando as bibliothecas têm centuplicado, e a leitura e comparação pelo autodidacta é tarefa quasi impossivel sem a direcção de um provecto? »...

.....

Concluirei, quanto ao ensino e propaganda da Economia Politica entre nós (salvo o que se poderá encontrar aqui ou alli no correr d'estes *Estudos*) com algumas palavras do meu illustre e saudoso amigo, Visconde de Souza Franco [1]:

« A Economia Politica começa a ser muito « estudada em nosso paiz, e é este um prognostico « de sua prosperidade futura... Macleod é por « certo, d'entre os escriptores modernos, aquelle « que fixa bases mais solidas a esta sciencia... « Felizmente, a obra de Macleod não exclue « todos os principios economicos já recebidos « como verdadeiros; dá-lhes, porém, bases mais « seguras, que expellem deducções erroneas até « agora tidas como verdades, é certo que pelo « patrocinio de interesses, sem o qual ha muito « teriam sido derrubadas e excluidas na pratica. « Assim é que a doutrina, que exclue do capital « as riquezas immateriaes, sustentada pelos

[1] Em carta dirigida aos Srs. Drs. F. S. Corrêa, A. de Campos e J. M. Duque-Estrada Camara, que tiveram a feliz idéa de tentar a exposição das doutrinas de Macleod.
Uma copia me foi communicada pelo meu fallecido amigo.

« admiradores dos bancos officiaes, contra a qual « Macleod se declara por modo o mais expresso « e terminante, começa a ser abandonada por « seus sectarios. Foi preciso que se tratasse na « França da extensão e elevação das taxas, para « que, vindo á discussão a importancia dos tra- « balhos immateriaes, cuja renda devia tambem « pagar impostos, se confessasse que ha outra « fonte de riqueza além do trabalho sobre os « objectos materiaes. E na Inglaterra é o temor « das doutrinas socialistas de Marx e seus se- « ctarios, que, attribuindo ao trabalho material, « e pois aos operarios, a producção da riqueza, e « como consequencia os lucros da producção, « com exclusão do capital, da sciencia e da di- « recção, é esse temor que vai tornando acceitas « as doutrinas de riqueza e capital immateriaes. « O mesmo virá a acontecer entre nós, onde as « riquezas e capitaes immateriaes foram de- « bellados e proscriptos, não obstante todos os es- « forços que fiz para sustentar as verdadeiras « doutrinas. Felizmente para os creditos do nosso « paiz, não foi a Opinião, e sim o Poder, quem « proscreveu o credito, ou fixou como regra—que « somente poderia ser elle garantido pela pro- « ducção material effectiva, e nunca pela habili- « dade productora, bom comportamento, e mais « dotes immateriaes. Temiam o abuso do credito, « e elle verificou-se, não obstante a exclusão das « garantias immateriaes... Meus grandes tra- « balhos me impedem de mencionar muitas outras « verdades da obra de Macleod...»

Nestas palavras de quem não tinha superior no assumpto, d'esse economista e financeiro ás

direitas, porque nunca era infiel aos principios, e apenas afeiçoava-os, sem desvirtua-los, á situação do paiz, n'estas palavras vê-se o muito que ha a fazer entre nós em Economia Politica, quanto ao ensino e quanto á administração; e vê-se tambem assignalado o ponto de partida.

A Allemanha possue Faculdades de Economia Politica; os patriotas da França, conquistando o terreno palmo a palmo, têm alargado immensamente o ensino economico; e nós ainda estamos reduzidos á cadeira de José da Silva Lisboa!

El-Rei D. João VI, depois de abrir os portos do Brazil pela C. R. de 28 de Janeiro de 1808, disse no Decr. de 23 de Fevereiro do mesmo anno:

« Sendo absolutamente necessario o estudo da Economia Politica na presente conjunctura, em que o Brazil offerece occasião de se pôrem em pratica muitos dos seus principios, para que os meus vassallos, sendo melhor instruidos n'elles, me possam servir com mais vantagem: e por me constar que José da Silva Lisboa... tem dado todas as provas de ser muito habil para o ensino d'aquella sciencia, *sem a qual se caminha ás cegas, e com passos muito lentos e ás vezes contrarios, nas 'materias do Governo*, lhe faço mercê da propriedade e regencia de uma Cadeira e Aula Publica no Rio de Janeiro...»

Com as reservas e respeitos devidos, não parece que os estadistas de hoje alcançam tanto como os de D. João VI, ou ainda menos, attentas as quadras?

O benemerito José da Silva Lisboa, na obra que nos deixou, como que protestou contra o isolamento de sua cadeira, pouco faltando que ahi implicitamente nos traçasse, com todas as linhas, um curso de sciencias economicas e administrativas, de que tanto se precisava então, e de que ainda mais se precisa hoje.

E porque não caminhamos? Porque esse acanhamento dos projectos de reforma dos cursos actuaes? [1]

Disse D. Pedro I, em seu Manifesto de primeiro d'Agosto de 1822, n'essa tirada philosophico-politica, onde começa proclamando que passou o tempo de enganar os homens:

« Cidadãos de todas as classes, mocidade brazileira, vós tereis um codigo de instrucção

[1] Um tenho presente, em que a curteza de vistas pede meças ao incoherente e disparatado das concepções entre si:

No *Plano de um Curso completo de Direito*, o Direito Romano é restringido a *principios*; desappareceram o Direito Internacional, a Diplomacia e o Direito Ecclesiastico; manda-se ensinar a Medicina Forense na Cadeira de Processo Criminal: crêa-se mais uma Cadeira de Direito Criminal, e n'ella manda-se ensinar tambem o Processo Criminal; finalmente, da Cadeira de Direito Criminal elimina-se o Direito Penal Militar.

Eis o *Curso completo!* Depois, com as mesmas onze Cadeiras fizeram dous Cursos, um de Direito e outro de Sciencias Administrativas, já dissonantes do systema e comprehensões do Curso completo. O Direito Financial é cousa que não existe para os nossos reformadores, nem no Curso de Sciencias Administrativas! E com isto, compendios a serem feitos por stricto dever e em prasos fataes, os Lentes levados a conde Lippe, estudantes apertados em leito de Procusto, eliminação do feriado de quinta-feira, suspensão por um anno quando o Lente leia a prelecção, e quejandos disparates! Bem tristes peças officiaes, que accusam em seus signatarios ausencia de qualquer cogitação sobre o ensino!...

publica nacional [1], que fará germinar e vegetar viçosamente os talentos d'este clima abençoado, e collocará a nossa Constituição debaixo da salvaguarda das gerações futuras, transmittindo a toda a nação uma educação liberal [2], que communique aos seus membros a instrucção necessaria para fazer a felicidade do grande todo brazileiro ».

Solemnia verba, et preterea nihil!

Que caminho temos feito? O Decreto de 9 de Janeiro de 1825 creou provisoriamente um Curso Juridico na Corte e Cidade do Rio de Janeiro, *para que os habitantes do Imperio gozassem*

[1] Nacional... Si isto quer dizer alguma cousa, quer dizer o contrario do que temos, pois todo o nosso ensino é *importado*. O inglez, por exemplo, é contado como preparatorio, embora bem possa dispensa-lo o estudante de Direito; mas, si não se contentam com o portuguez, o latim e o francez (e a razão é quererem modelar um *curso preparatorio* pelo bacharelado em lettras da França), porque não lhes adjuntam, em vez do inglez, o hespanhol, a lingua dos nossos visinhos, onde ha tanto o que ler? E si o inglez é cousa indispensavel; porque não sê-lo-ha, por igual ou por melhor, o italiano e o allemão? *Instrucção nacional*... Só depois de annos lembraram-se da lingua nacional e da historia patria, nada ainda de historia do nosso emmaranhado Direito, e carencia de todos os complementos da Cadeira creada por D. João VI... Não cabe mais em uma nota.

[2] Liberal... Nobilissima aspiração!

Hojemdia, além das importunas *triangulações* do ensino a cada passo, engendrando-se cautelas e formulas que desagradam o mestre aos olhos do discipulo, e este aos seus proprios olhos, as primeiras normas de Liberdade recebidas pelos jovens estudantes brazileiros são essas fileiras de pontos organisados na Côrte... Requinte de centralisação, que alcança os proprios livros de classe sempre alli arranjados, que nullifica os professores das provincias, e acanha muito funestamente o estudo da mocidade.

quanto antes de todos os beneficios promettidos no art. 179 § 33 da Constituição.

Veio depois o Decreto de 11 de Agosto de 1827, creando os Cursos Juridicos de Olinda e S. Paulo; até hoje sob a relação do ensino do Direito, pode-se dizer que as cousas estão como no principio, tão pequena ha sido a alteração na substancia...

O ensino continúa a ser uma especie de *alma vil*, sobre que se fazem experiencias.

O magisterio continúa sem independencia, sem estimulos para serios estudos.

Si o mestre não deve ser uma pura maquina de prelecções oraes, si faz parte da sua missão esquadrinhar e propagar a Sciencia, si a palavra magistral deve, afinal, ser archivada no impresso que fica, si as congregações devem ser até illustrados auxiliares dos poderes publicos, tudo nos falta, para esta parte da missão, nas leis, e nos habitos da administração brazileira.

Na tarefa que inceto com este livro, quem sabe o que me espera ?

E ainda algumas palavras.

Em mim o mestre identifica-se com o cidadão: si é peccado, morrerei impenitente.

A harmonia da collectividade, sem distinguir gráos na dignidade humana, de classe para classe nem de homem para homem, sem sacrificar ao Deus-Estudo ou a um decantado *direito social*, situando sempre no primeiro plano o individuo, porque o principio individual é o principio *maximus* do Direito, esta a base do meu mal architectado ensino.

E na Economia Politica tenho vasta arena, pois tenho o homem nas indeclinaveis manifestações da sua actividade.

O mestre de hoje deve ser do dia de hoje, preparando o dia de amanhã.

« Por muito tempo (diz eloquentemente Blanqui) os exercitos e as côrtes occuparam o primeiro plano; e a parte da especie humana, a que não mata nem pilha, essa mal ficava no segundo, e tão succintamente, que, a muito custo, se tem noticia d'ella pelo espaço de trinta seculos. Eis porque sempre os historiadores, obedecendo á indifferença publica, foram muito sobrios dos factos economicos; eis porque chegou-se a datar do seculo XVIII a Economia Politica, pois foi então que a humanidade pediu ás suas contas, e redigiu em termos explicitos o programma do futuro ».

Subscrevendo, ratifico o meu credo de 1859 [1], ao inaugurar a minha vida de Lente, n'esta mesma Cadeira, de que hoje sou proprietario.

— Creio na Liberdade, pois creio na Providencia: a divisa da minha bandeira é e será sempre

DEUS E LIBERDADE!

[1] Em discurso, que correu impresso.

BIBLIOTHECA
DA
FACULDADE DE DIREITO
DO
RECIFE

II

ESBOÇO HISTORICO

Si a Economia Politica não nasceu armada como Pallas, o mesmo se poderá dizer de toda a sciencia; si balbuciou, si apalpou o caminho, o mesmo se poderá dizer de tudo o que respeita á humanidade.

Tem-se dito, com certos intuitos de desacredita-la, que a Economia Politica é uma sciencia nova, porque só de certa data foram sendo assentados os seus principios. E' como si dissessem: a terra não era redonda no tempo de S. Agostinho; até Newton os corpos não gravitavam; só depois de Copernico, Galileo e Kepler, a terra girou sobre o seu eixo em torno do sol.

As leis de Liberdade, que regem o mundo economico, nasceram com o homem. Si em tempos idos essas leis não agiram triumphantemente, o atraso das idades explica o facto, mas não autorisa a concluir pela não-existencia, e não-actividade d'essas leis: antes a verdade é, que a historia da humanidade é a historia da cruzada, mais ou menos pronunciada ou consciente para a terra santa da Liberdade, cujo captiveiro explica os soffrimentos do passado, como do presente, e explica todas as convulsões revolucionarias.

E os factos aferidos e agrupados por meditada observação confirmam esta e todas as boas theorias sociaes: em tudo que respeita ao homem, a base philosophica é a sua natureza, revelada por tendencias e factos.

Si a Economia Politica é, proximamente, a sciencia do bem-estar material do homem, si n'este é inata e fatal a tendencia para esse bem-estar, é claro que, desde o começo das idades, o homem deveria ter-se occupado e effectivamente occupou-se da Economia Politica, quér pelo lado individual, quér pelo social. Começou, é verdade, com passos incertos; mas, sob que relação teria sido outro o primitivo modo de andar da humanidade? Pois não vemos ainda hoje a theologia, e materias connexas, fazendo caminho, a despeito de todas as jactancias infallibilistas?

A Economia Politica é como todas as outras sciencias: vai avançando, vai luctando, vai conquistando.

Como o Sr. Jordão de Molière fazia prosa sem saber, assim desde as primeiras idades fez-se Economia Politica; pois desde as primeiras idades o homem devia procurar o seu bem-estar [1].

Certo, a Economia Politica, nos primeiros tempos, não foi discriminada precisamente da Moral, da Philosophia, da Politica; mas, é tambem verdade, que desde epocas muito longinquas ella se affirmava como sciencia.

Sendo uma sciencia essencialmente coadjuvante, cooperadora, necessariamente devia ir

[1] Veja-se DUMESNIL-MARIGNI, Hist. da Economia Politica

tomando o geito das differentes organisações sociaes.

A Historia falla pela Economia Politica, quanto á sua importancia, desde remotas éras: os povos das idades primitivas reservavam sempre as suas maximas homenagens para aquelles que augmentavam o seu bem-estar.

Deuses das theogonias do Egypto e da Grecia foram os homens que melhoraram a agricultura, a industria e o commercio. Saturno vem de *satus* (acção de semear ou plantar); e a fouce, com que armou-o a tradicção, é o emblema do serviço que fez, bem como o appellido de *Sterculos* é o signal da gratidão pelo ensino das vantagens dos adubos da terra. Neptuno, em um carro tirado sobre as ondas por cavallos marinhos, é o descobridor da navegação, e o que primeiro sujeitou o cavallo á mão do homem; bem como o haver contractado com Laocoonte, por um salario, a reconstrucção dos muros de Troya, foi a consagração do trabalho. Vulcano foi adorado como deus do fogo, por haver ensinado a arte de fundir metaes. Apollo, Minerva e Mercurio foram reputados creadores dás artes, iniciadores de todas as industrias. Baccho e Ceres receberam honras, porque propagaram a vidicultura, e em geral a agricultura; e tiveram o nome de *tesmophoros*, isto é, legisladores ou fundadores do primeiro dos principios economicos, o da propriedade. Os proprios guerreiros alcançavam as honras divinas, quando faziam serviços economicos, afugentando ou exterminando os salteadores: Hercules, Thesêo e outros, tiveram templos, porque fizeram reinar a ordem, a paz e a segurança.

E eram logicos, e obedeciam a um grande principio os nossos avós d'aquellas éras... Honras só para aquelles que realmente concorreram para o bem-estar dos povos: dominadores do mundo, infatuados pelo seu grande poder, quizeram arbitrariamente decretar a sua propria deificação; mas, o culto de tão indignas entidades foi sempre ephemero.

Que os nossos antepassados assim reconhecessem a benefica influencia das creações economicas, e não reflectissem sobre ellas, é cousa que não se comprehenderia.

Entrando nos tempos historicos, achamos que todos os legisladores, Minos, Moysés, Solon, Lycurgo e outros meditaram sobre o trabalho, sobre a Economia Politica; e assim os philosophos mais illustres, Socrates, Platão, Xenophonte, Aristoteles e outros.

A divisão do trabalho, cuja paternidade é attribuida a A. Smith, está explicita no liv. 2.° da *Rep.* de Platão, e no liv. 8.° da *Cyrop.* de Xenophonte. A distincção entre valor de uso e valor de troca (hoje regeitada), que muitos dizem do seculo passado, está no liv. 1.° cap. 2.° da *Polit.* de Aristoteles.

As instituições dos Athenienses nos dizem quanto eram elles versados nas questões de troca, moeda e credito; sendo que o mesmo systema protector, attribuido modernamente a Cromwell ou a Colbert, vem de antes do Christo. Aliás, a simples intuição do bom senso conclue pela antiguidade da Economia Politica, e dispensa excavações historicas.

Segundo um proloquio inglez, a vida é, por fim de contas, o maximo negocio para o homem.

Ora, o homem sempre devêra ter procurado viver, viver do melhor modo possivel, relativamente: em certo sentido a Economia Politica é a sciencia de viver, e talvez antigamente houvesse mais cuidado no bem estar do povo.

Narra Diodoro de Sicilia que na India não era como entre os povos, cujos soldados devastavam os campos inimigos: alli o lavrador era inviolavel e sagrado, e proseguia em seus trabalhos na visinhança de exercitos em campanha: os Indios não incendiavam os campos inimigos, nem lhes cortavam as arvores.

Tambem sobre o trabalho já vogaram theorias muito acima das de uma certa philosophia religiosa de hoje.

Com effeito, em vez de transmittirem-nos carnadamente as acerbas palavras de Jehovah, melhor fôra dizerem-nos (e não haveria offensa á verdade) que Deus, soberanamente bom e misericordioso, fez do trabalho em certa medida, ao expellir o homem do paraizo, um exercicio salutar, uma verdadeira satisfação para o corpo e para o espirito.

Na India comprehenderam isto, e ahi só as enfermidades são havidas por castigos do céo.

Si na Grecia souberam da *condemnação ao trabalho sobre uma terra amaldiçoada*, nunca disseram isto ao povo.

As expiações impostas pelos deuses a certos personagens, v. g. a Prometheo, eram todas pessoaes: nenhuma inquinava o trabalho com o

labéo de castigo celeste; e, pelo contrario, as divindades do paganismo trabalhavam com os homens.

O exposto não exclue o reconhecimento dos progressos modernos, a fé nos commettimentos do futuro. O dizer que os principios, que as luzes da verdade irromperam do cerebro dos nossos antepassados, não é dizer que ellas tivessem espancado todas as trevas. Bem sei o que tem custado, e ha de custar, o reinado da Liberdade, condição indeclinavel da acção dos principios materiaes...

Quiz mostrar a antiguidade da sciencia. Quanto ao mais sei que os nossos avós possuiam ouro e vestiam pelles; que a mulher de Carlos VI foi accusada de luxo desmedido, por usar camisas de linho; que Henrique VI possuia apenas tres lenços, e que sua mãe, Anna d'Austria, confessava, á hora da morte, o peccado de finos tecidos em seu leito [1].

O progresso economico é uma realidade muito visivel, proveito de todos, principalmente das classes operarias. A primeira prova é o grande accrescimo de população. No seculo XVI a Europa contava sessenta milhões de habitantes, e hoje duzentos e setenta: só no seculo presente a Inglaterra passou de dezoito milhões a trinta e dous; a França, de vinte e quatro a trinta e oito; e a Allemanha, na mesma razão, si não maior. De 1784 para cá, a população dos Estados-Unidos

[1] J. Simon—*La Liberté.*

subiu de quatro a trinta milhões. Accresce a tudo, que a média da vida humana tem augmentado na razão de um setimo. E pois, si ha mais homens no mundo, e vive-se mais tempo, força é concluir que os meios de existencia cresceram e tornaram-se mais accessiveis ás massas [1].

Aqui, como sempre, a historia é *magistra*. Blanqui, encarregado de ensinar Historia e Economia Politica no Curso especial de Commercio de Paris, em breve (elle o confessa) chegou ao conhecimento que entre as duas sciencias ha tão intimas relações, que uma não pode ser estudada nem aprofundada sem a outra.

« A' proporção (diz elle) que me adiantava na exposição das doutrinas, sentia a falta dos exemplos; e por outra parte, achava incompleto o estudo dos factos, emquanto a Economia Politica não vinha esclarece-lo.

« Pouco a pouco, approximando os trabalhos dos meus dous cursos, e reforçando-os uns com os outros, acabei com uma multidão de prejuizos, que passavam por verdades correntes, mesmo aos olhos dos mais instruidos e adiantados...

« Houve uma Economia Politica entre os antigos, como entre os modernos, si não formulada em escriptos, claramente enunciada em factos. Tal tem sido a marcha de todas as sciencias, estudados os passos de seus cultores: os que chegam primeiro, concebem, praticam, executam; os que vêm depois, raciocinam, melhoram, completam a obra. Para bem apreciar os trabalhos

[1] H. Dameth—*La Question Sociale.*

dos economistas modernos, é de necessidade conhecer as principaes phases do movimento social, operando-se desde a antiguidade, por entre revoluções, onde ha tantos arrojos gloriosos, e tantas peripecias dramaticas. »

Sim, a Economia Politica não é *proles sine matre creata*, não data da segunda metade do seculo XVIII. Mais de duzentos annos antes, a Italia contava tratados mui notaveis sobre assumptos da alçada da sciencia economica: bem sabiam Florença, Veneza, Genova o modo como se multiplicam as riquezas: muitos relatorios dos doges e podestás poderiam sustentar o confronto com as mais acabadas mensagens dos presidentes americanos. As reformas financeiras de Sully, os ensaios atrevidos de Colbert, o famoso acto da navegação dos inglezes, as vastas operações dos judeus, a inversão monetaria pela descoberta do Novo-mundo, o que foi tudo isto sinão Economia Politica?

Cinco escolas podemos contar em Economia Politica, cada uma com o seu caracter nacional: a italiana, a hespanhola, a franceza, a ingleza, a allemã [1]. A luta sob formas differentes, e sempre a mesma: entre o senhor e o escravo, o rico e o pobre, o patrão e o operario; luta que ha originado todos os systemas, desde as Economias de Xenophonte até o Phalansterio de Fourier, e as Sociedades cooperativas de R. Owen.

Escola Italiana—A Italia, que tem as honras de haver tornado a accender os fachos de

[1] Veja se a *Hist.* de Blanqui.

todas as sciencias, foi a primeira nação que cultivou o Estudo da Economia Politica. Quando quasi toda a Europa engendrava artificios financeiros, e lutava com a miseria, a Italia com os seus bancos e os seus estudos sobre moeda e imposto, nobilitava a sciencia, e ufanava-se do seu professor Genovesi, o escriptor que mais fielmente representa o caracter da escola, e pode ser considerado o rival de A. Smith.

Em todos os tempos a escola italiana distingiu-se como philosophica e reformadora; como que deleitava-se com os azares da politica, e os seus conselhos dirigiam-se menos aos povos do que aos reis: Genovesi teve a coragem de mante-la em seu perigoso posto de honra. Combateu pela liberdade do commercio dos cereaes, pela abolição das leis do juro e pelas restricções das communidades religiosas. Proclamou que o trabalho era mais fertil do que as minas ferteis; e como que via em 1764 a emancipação da America Ingleza e a quéda do systema colonial. Embora um certo favor ao systema mercantil, pode Genovesi ser considerado o fundador da Economia Politica na Italia: é um vulto de alta moralidade, grande eloquencia e vasta erudicção.

As seguintes linhas de Filangieri, um dos mais habeis defensores da liberdade do commercio, e constante inimigo dos numerosos exercitos permanentes, avivam a accentuação cosmopolita da escola italiana:

« Emquanto os males da humanidade não forem sanados; emquanto os erros e prejuizos, que os perpetuam, tiverem partidistas; emquan-

to a verdade, conhecida sómente por alguns privilegiados, estiver debaixo do alqueire para a maioria do genero humano, apenas ousando mostrar-se longe dos thronos: é dever do economista philosopho prégar e sustentar a verdade; e, si as luzes por elle diffundidas não servirem ao seu seculo e á sua patria, servirão a um outro seculo, a um outro paiz. Cidadão de todos os paizes, contemporaneo de todas as idades, o universo é a patria do philosopho, o mundo a sua cadeira, e discipulos os seus contemporaneos e os seus descendentes. »

E vem Melchior Gioja, o Atlante da sciencia na Italia: o seu famoso *Prospecto das sciencias economicas* tinha por fim—systematisar tudo quanto os escriptores pensaram, os governos sanccionaram, e os povos praticaram. A obra é uma encyclopedïa da sciencia; mas, nem sempre imparcial.

A escola italiana encara tudo em grande, em complexo; não vê a sciencia em abstracto, e identifica-a com a Moral e a Politica.

Quaesquer, porém, que sejam as fallhas das suas armaduras, devemos reconhece-lo: são benemeritos da sciencia e da humanidade esses economistas, cuja vida foi um combate, que escreveram affrontando as inquisições de Roma e Veneza, e o despotismo dos governos.

Escola Hespanhola—Na Hespanha sempre se teve a Economia Politica por uma alliada do fisco; e toda a legislação resente-se de um caracter d'exclusivismo, que remonta-se á expulsão dos Mouros e á descoberta do Novo-Mundo.

Cedo succumbiu a liberdade d'industria á face das manufacturas de monopolio senhorial ou real; e a necessidade d'assegurar á Hespanha o mercado da America originou o systema prohibitivo, que infeccionou depois toda a Europa, e é a fonte de todos os flagellos economicos.

Com os Mouros e os Judêos, os Hespanhoes expelliram da peninsula o espirito de empreza e especulação. Multiplicando os conventos e os frades premiaram a indolencia, e fizeram da mendicidade uma profissão. Os morgados, a mão-morta, o odio ao estrangeiro, causaram immenso damno á agricultura, á industria e ao commercio.

Foi na Hespanha que a administração economica mais ruinas fez: pode-se dizer que esse paiz experimentou em si todos os máus systemas. E aliás, o que se poderia tentar de util sobre os rigores da Inquisição, e com as inesgotaveis minas da America que se afiguravam como seguros meios de reparar todos os erros, de amparar contra todos os perigos?

E a Hespanha, com os absurdos da Balança do commercio e as leis draconianas contra a exportação do numerario adormeceu á sombra da mancenilheira.

Nos proprios escriptos publicados sob a influencia dos prejuizos reinantes acha-se a explicação da decadencia do paiz e do effeito crescente das más doutrinas. Quasi todas redigidas por frades ou empregados do fisco, as obras hespanholas são verdadeiros manifestos contra os principios fundamentaes da riqueza das nações.

Oppressão no interior e exclusão no exterior, tal a divisa de todas. Dir-se-hia, ao lêr taes li-

vros, que a especie humana foi crêada para usofructo de algumas familias ou corporações. A reacção fez-se no fim do seculo XVIII, e o espirito philosophico penetrou na Hespanha; mas todos os esforços hão sido impotentes contra os prejuizos nacionaes e contra as desgraças que têm opprimido essa infeliz nação, desde o começo do seculo presente. Perdidas as mais bellas colonias, pelo systema prohibitivo ou protector; destruidas as manufacturas pelo monopolio industrial; esterilisada a agricultura, pelos dizimos e morgados; dissipados os capitaes, pela guerra; paralisadas todas as forças, pela anarchia [1]: eis a Hespanha pagando os seus erros e o seu espirito estacionario em Economia Politica.

Escola Franceza—As vozes generosas na França, pelo triumpho da justiça na repartição dos lucros do trabalho, datam de longe.

Desde S. Luiz as corporações asseguravam, sinão a cada individuo, a cada congregação de officio, uma certa independencia: o operario era sujeito á severa disciplina; mas, a corporação era livre.

Sully ergueu a agricultura do torpôr em que a deixara o regimen feudal.

Colbert deu novas bases á industria.

Law, com as suas tempestades de credito, fez margem a experiencias, dolorosas sim, mas reveladoras de um dos principaes elementos da futura riqueza da França.

[1] Estragado o senso moral das massas, pela influencia fradesca.

Os economistas do seculo XVIII completaram a obra, expondo a primeira theoria, que realmente serviu de introducção á sciencia. Os physiocratas como que deram o brado de alerta á Europa, e desde então o pensamento humano não descançou mais.

Comprehenderam todos, que a sciencia social interessava aos mais modestos cidadãos, como ás mais augustas cabeças.

A sociedade applicou a si o *Nosce te ipsum*, e estudou os phenomenos de sua propria physiologia.

De experiencia em experiencia, mesmo por entre desgraças, a França conseguiu assentar os dados do problema do futuro, com a lucidez do costume, aos olhos de todos os povos e governos.

Escola Ingleza—A Inglaterra imprimiu á Economia Politica um aspecto e uma tendencia exclusivamente industriaes: sciencia pura da riqueza, em abstracto, sem consideração aos males que muita vez flanqueam a sua producção.

Com razão se tem increpado aos economistas inglezes o haverem traçado funda separação entre o bem-estar dos operarios e as questões de manufacturas e maquinas: e o se mostrarem insensiveis aos soffrimentos das classes operarias.

Precisaram a linguagem, firmaram uma nomenclatura, deram as melhores definições, muito fizeram pelo desenvolvimento do poder productivo da nação, em geral; mas, nada fizeram por melhorar a condição das classes operarias.

« Ainda não é chegada a occasião (dizia Blanqui em 1845) de julgar o systema da Ingla-

terra, que se fez a terra classica das experiencias, e é como que o immenso laboratorio, d'onde os resultados d'essas experiencias transbordam pelo mundo ».

Escola Allemã—Os economistas da Allemanha têm considerado a sciencia sob um ponto de vista philosophico e politico, que os distingue de todos os outros escriptores europeus. Pouco falta que para elles seja a Economia Politica a sciencia da administração, o complexo das sciencias a que dão o nome de *cameraes*. Comprehendem no quadro economico a Diplomacia, o Direito Constitucional, a Estatistica, e até a Policia, fazendo assim um labyrintho, onde os melhores espiritos se perderiam.

Felizmente, a difficuldade da empreza impõe reservas aos escriptores allemães.

Accrescentarei apenas, que na Allemanha a Economia Politica foi sempre considerada em suas relações com o Direito Publico e a Administração. Em parte alguma ostenta a sciencia economica um tão numeroso cortejo de desenvolvimentos e applicações, havendo até escriptores que cogitassem em dar-lhe uma base theologica.

A tendencia invasora da escola allemã tornou-se quasi geral na Europa; e o proprio Say divagou, mais de uma vez.

Embora o desenvolvimento da industria e do commercio vá modificando as demasias especulativas da Allemanha, não são ahi abandonados os habitos metaphysicos: fazem verdadeiro contraste os escriptos dos seus maiores econo-

mistas com a clareza dos da França, e com as formas severas e didaticas dos da Inglaterra.

Eis as cinco escolas. A Economia Politica, philosophica na Italia, fiscal na Hespanha, especulativa e politica na Allemanha, industrial na Inglaterra, foi organisadora na França, para chegar a ser, como está sendo, uma Economia Politica *natural* ou *racional*: ponto em que hão de fundir-se todas as escolas.

Sim, parece-me questão vencida: a tendencia liberal, a tendencia cosmopolitica ha de vencer.

BIBLIOTHECA
DA
FACULDADE DE DIREITO
DO
RECIFE

III

METHODO

A questão do methodo ha sido e será sempre a primeira, nas exposições scientificas: disse Couvier, que o methodo tem para as sciencias muito maior importancia, do que estas ou aquellas descobertas de per si, por muito que sejam de maravilhar.

Por antiquados são lidos hoje, diz um professor da Universidade de Leipzig [1], os methodos que applicam á sciencia da vida publica principios tomados ás outras sciencias.

Com effeito, seria mais consoante ás idéas novas abordar mathematicamente a Economia Politica, procedendo mais por via de deducção do que de affirmação de principios: a Economia Politica, em sua parte geral, tem certas analogias com as sciencias mathematicas, pois n'ella tambem abundam as abstracções: separa, como fito de considera-los em particular, muitos elementos, que aliás no curso da vida fazem um só feixe.

Assim como no quadro da natureza nada se offerece aos nossos olhos com um rigor mathematico, nem linha, nem ponto, nem centro de

[1] Veja-se G. Roscher—*Princ. de Economia Politica.*

gravidade, nem abobada celeste, tambem por igual em parte alguma se acha, por exemplo, a producção ou a renda da terra em seu pleno rigor segundo as concepções scientificas. As leis mathematicas do movimento, que suppõem o vacuo, soffrem na applicação as inevitaveis modificações da resistencia do ar: o mesmo a respeito de muitas leis da sciencia economica, por exemplo, a que determina o preço da venda das mercadorias, segundo a offerta e a procura; pois n'este ponto a nossa sciencia imagina contractantes isentos de todo o movel accessorio ou occasional, dirigidos unicamente pelo interesse bem entendido.

Assim, não é de estranhar, que muitos autores tenham cogitado na reducção das leis economicas a formulas algebricas, porquanto cabe applicação do calculo, onde quer que haja quantidades e relações: Herbart o demonstrou quanto á Psychologia; e toda a sciencia que se occupa da vida publica, especialmente a Economia Politica, participa da Psychologia.

Mas á maneira que os factos se multiplicam, e perdem o seu primitivo caracter de simplicidade, menos vantagens reaes vai offerecendo a applicação das formulas mathematicas.

Isto se vê na psychologia ordinaria do individuo, e muito mais quando se trata da vida publica de um povo [1].

[1] O psychologo instrue-se fazendo observações sobre si proprio, e estudando as faculdades da sua alma. Por não attender a isto, cahiu Senior no erro de basear a Economia Politica, antes no *reasoning* do que na *observation*.

Desde que os factos se multiplicassem, as formulas algebricas tenderiam tambem a multiplicar-se, por modo a impossibilitar todo o trabalho; e assim não poderiam servir a uma sciencia como a nossa, cujo objecto é variar as observações, aprofunda-las, estende-las e combina-las sob todas as formas.

No portico de todas as sciencias da vida publica ha dous quesitos inevitaveis: 1.° O que é? 2.° O que deve ser?

Os economistas, em grande parte, hão confundido mais ou menos estas duas questões [1]; no entanto que, discriminadas cuidadosamente, resalta a opposição entre o methodo *historico* ou *physiologico* e o *idealista*.

As muitas producções do idealismo sentenceiam o methodo. Ahi as contradicções formigam, e cada theoria tem o seu elixir de felicidade universal: não ha ponto importante, em que não estejam divididas as autoridades de maior peso; e o pro e o contra são sustentados com a mesma vivacidade.

No intuito de dissimular este deploravel aspecto, hão sustentado muitos, combatendo o socialismo, que a Economia Politica soffre mais

[1] Por exemplo: Ricardo é quasi exclusivo no exame do estado real das cousas; e os socialistas, pela inversa, quasi que só indagam o que ellas devem ser. Na Allemanha, a datar de Rau, admitte-se a distincção da Economia Politica em *theorica* e *pratica*. Ha até quem pense, que um bom curso de Economia Politica Pratica, supprimidos prolegomenos, provas, demonstrações, poderia ser um codigo com autoridade geral. Mercier de la Rivière annunciou o intento de propôr uma organisação politica, que devêra necessariamente produzir toda a felicidade possivel para o homem.

variações em seus pontos fundamentaes, do que mesmo as sciencias naturaes, opinião aliás apenas acceitavel em parte.

Dizia o divino Platão, que o deslumbramento causado pelas profundezas da sciencia é o principio da sciencia; razão por que não devemos desanimar. Antes devemos reputar principio da verdadeira sciencia da Politica e da Economia Politica o nosso pasmo á vista da immensa variedade, em diversas epocas, das idéas dos homens sobre o que se deve pedir ao Estado, á Administração.

As quadras influem soberanamente sobre os factos e os homens da occasião. A força dos grandes theoricos é como a de todos os grandes homens: resulta ordinariamente de saberem elles corresponder ás necessidades do seu tempo; sendo que a sua principal tarefa é a expressão e a justificação scientifica d'essas necessidades.

O trabalho de umas gerações vai modificando as outras; e os homens, uma vez transformados, querem transformadas as instituições. A luta accende-se entre a mocidade e os homens feitos: estes querem manter as fórmas consagradas pelo tempo; e os moços forcejam para que sejam satisfeitas as novas necessidades por meios ainda não experimentados. Como as vagas do oceano, sempre agitadas, sempre em fluxo e refluxo, assim a vida dos povos conta epocas de repouso—quando as fórmas correspondem ao estado real das cousas, e epocas de crise—quando a necessidade de modificação reage energicamente contra as formas actuaes.

Achegando-nos ás leis e instituições economicas, vemos que ellas se modelam pelo povo, e não o povo por ellas. Que por sua natureza sejam susceptiveis de mudanças, é ponto incontestavel, e aliás não é um mal: grande engano seria, dos que pretendessem eliminar o phenomeno como um flagello, quando é cousa util e salutar, uma vez que as transformações sigam marcha parallela ás modificações do povo. As theorias, pois, correspondem ao seculo, e ás populações a que se applicam; e não vai n'isto um germen de contradicções.

E' tão difficil admittir um idéal economico, que sirva ás muito variadas e variaveis necessidades dos povos, quanto achar um vestido que se ajuste a todos os corpos.

Os que intentam formular o melhor idéal economico, para não se alongarem da verdade e da pratica, deveriam multiplicar as suas concepções conforme os caracteres particulares de cada povo; e deveriam ainda revêr o seu trabalho com breves intervallos, pois os povos vão mudando, e conseguintemente as suas necessidades, e na mesma razão deverá modificar-se o idéal economico: tarefa que não é facil.

Demais, uma apreciação prompta e completa da realidade, e esse tacto maravilhoso, que habilita a contar *as pulsações* do tempo, suppõem um especialissimo genero de talento, a habilidade toda pratica de um ministro dos negocios interiores ou das finanças. Os praticos mais eminentes, como dizia o ultimo Pitt, são de ordinario guiados por um sentimento vago e instinc-

tivo, que não por noções claras que possam transmittir aos outros, marcando-lhes o caminho.

O methodo historico ou physiologico repelle as construcções idéaes [1]: descreve a natureza economica (si é licito fallar assim) e as necessidades dos povos; e d'aqui passa ao estudo das leis e instituições destinadas á satisfação dessas necessidades, expondo os seus resultados praticos [2]. Pode-se dizer *a anatomia e a physiologia da economia social*.

Analogia e differenças, regras e excepções, eis o methodo.

Tambem o methodo physiologico ataca o sentimento de orgulhosa sufficiencia, e a leveza com que se desdenha do que se não comprehende, e dos transactos gráos de cultura. O homem da sciencia vê na semente o germen do futuro desenvolvimento, e na flor o signal precursor do definhamento.

Com certeza, baixasse de subito ao nosso planeta um habitante da lua, ignorante das leis do desenvolvimento progressivo do homem, e visse uma bella criança entre os adultos, com certeza toma-la-hia por um monstro, de cabeça

[1] Em geral, nenhum methodo deve perder de vista certas *primitividades* indeclinaveis, certas leis naturaes que, por assim dizer, constituem o ser humano, e agem conseguintemente, mui directa e efficazmente sobre o ser abstracto que se chama sociedade. No entanto vou estreitando o quadro, porque intento apenas esboçar o methodo d'estudo da Economia Politica.

[2] Ch. Dunoyer, *Liberdade de Trabalho*:—"Nada imponho, nada proponho, apenas exponho".

interesse para a questão do methodo; e a mesma consideração explica o resto do presente capitulo.

Indagação sobre a natureza das causas da Riqueza das Nações. Com este titulo mostrou A. Smith abandonar a tradição dos seus mestres, os economistas francezes: para A. Smith a riqueza é o unico objecto da sciencia, e a sua producção o unico fim.

Levantavam mais suas vistas os economistas francezes: a riqueza era apenas um meio para a multiplicação e felicidade dos homens; e nas suas pesquizas abrangiam toda a organisação social.

Dupont de Nemours escrevia a Sey, que não se estreitasse a idéa ingleza; e Sey assenta no seu *Curso*, que a Economia Politica não se limita á formação, distribuição e consumo da riqueza.

Rossi, o ultimo theorico da escola ingleza, foi fiel com a sua definição, *Sciencia das riquezas.*

Certo, Quesnay e seus discipulos levaram a sciencia além dos limites naturaes; mas, com elles se marca a differença entre a idéa franceza e a ingleza.

Para a escola franceza a idéa dominante é é uma idéa moral:—a justiça antes de tudo, o homem e a sociedade no primeiro plano, e no segundo a riqueza como simples meio.

Na escola ingleza é fim, o que na outra é meio: para ella a riqueza, o producto material, é o objecto essencial da sciencia. O homem fica no segundo plano como productor da riqueza, em

quanto não substituido pela maquina; e como consumidor, em quanto não se transforma toda a riqueza em capital.

Isto diz Ott, e a sua critica não me parece justa, ao menos além d'uma certa medida; aliás a escola ingleza seria cousa mais accentuada do que um erro, seria uma impossibilidade. Macleod redimiu a sua patria: alargou immensamente o elemento immaterial e economico, e descortinou horizontes não cogitados pelas duas escolas; sem que para isso invadisse dominios, antes estreitando com rigor demasiado, penso eu, a área da sciencia economica, isto é, limitando-a á theoria da circulação. Prosigamos, porém, na confrontação das duas escolas.

Para viver deve o homem trabalhar; e para trabalhar precisa dos outros homens. Só produzindo conserva-se, e só em sociedade produz.

Seu primeiro cuidado—os modos de seu trabalho que melhor se coadunam com o estudo social, e as leis que o regem, isto é, as leis de um ser intelligente, livre e social. Só depois vem o outro problema, o da productividade do trabalho—[1].

Partindo da idéa moral, naturalmente se offerecem os dous problemas; mas, restricta a questão á producção das riquezas, fica excluso o

[1] Assim não andaram, e inverteram a nobre posição da questão, aquelles que ainda hoje no Brazil, como historiadores, philosophos ou politicos, defendem directa ou indirectamente a escravidão como *productiva*, como um fio *necessario* e *providencial* na têa do progresso humanitario. Ainda na discussão parlamentar de 1871 se lêem cousas curiosas.

primeiro, ou dependerá a sua solução, o que é ainda peior, da do segundo.

Exemplifiquemos.

Na questão das colonias com a escravidão dos negros, a solução no ponto de vista moral será pela abolição da escravidão, passando-se á indagação do melhor modo de produzir *sem escravos;* no entanto que, no ponto de vista exclusivo da riqueza, far-se-ha apenas a fria comparação entre o trabalho livre e o trabalho escravo [1].

Na divisão do trabalho, o ponto de vista moral levará a buscar a solução nas aptidões humanas e no seu exercicio; ao passo que, no ponto de vista da riqueza, a questão estreita-se ao acervo dos productos. E assim quanto á distribuição e ao consumo.

Dizem, porém, que o justo nada tem que ver na questão, porque a Moral refere-se aos homens e a sciencia da riqueza ás cousas: este o falso fundamento da escola ingleza, e prova-se.

O homem, assim no moral como no physico, forma um aggregado, um todo organico: os membros d'esse todo podem ser estudados separadamente; pode-se de cada orgão fazer objecto de uma sciencia especial; mas sob a condicção de jámais esquecer a relação de cada um com todos os outros.

D'aqui o cunho de sciencia moral na Economia Politica.

[1] Foi este o caminho de Varnhagen, como historiador, de José d'Alencar (*Erasmo*), como politico; e de um economista brazileiro, aliás muito autorisado.

Em toda a sciencia ha objecto e fim

Objecto—o facto geral: é procedente da natureza das cousas, e independente da vontade do homem.

Fim—o motivo pelo qual o nosso espirito se occupa d'esse facto: está em nós, resulta da intervenção de nossa intelligencia e actividade sobre os factos naturaes.

O homem, estudando os factos naturalmente independentes da sua vontade, quer sujeita-los e transforma-los. Tende a conhecer o mundo social, porque a sociedade é condição primaria da sua vida, e como tal cabe o primeiro papel á actividade humana.

E, pois, é sempre o fim o movel unico da sciencia; mas, com uma distincção.

Quando o homem estuda os factos não-humanos, o mundo physico, tem um unico fim, geral e essencial: prever os phenomenos, e habituar-se a dirigi-los. A direcção não influe sobre os factos geraes: a pratica, n'esta ordem de conhecimentos, dá lugar a sciencias especiaes, chamadas *de applicação*, que subsistem-separadamente das *theorias*.

Assim não é nas sciencias moraes e sociaes, onde o proprio homem é o objecto da sciencia: os factos pelo homem estudados não são independentes de si, antes são obra sua, expressão de seu livre arbitrio.

[1] Confrontem-se as ideas de Macleod, e contrastem-se umas pelas outras, reciprocamente.

Isto posto, de necessidade, o fim da pratica humana confunde-se com o fim da propria sciencia. Si um dos fins em Politica, por exemplo, é realisar a igualdade, o alvo da acção será ao mesmo tempo o fim da sciencia, pois estuda-se a sciencia para bem determinar a pratica.

Na ordem physica o homem começa por estudar os factos, deixando para depois o saber dirigi-los; na ordem moral os factos são vontades, actos humanos, que não podem ser estudados independentemente da sua direcção.

Na ordem physica o fim domina a sciencia, si bem que não constitua rigorosamente elemento seu; na ordem moral, pelo contrario, o fim constitue elemento essencial da sciencia.

Vê-se que as sciencias moraes e sociaes são essencialmente praticas, pois é impossivel estudar a actividade humana fóra dos meios para attingir o seu fim: aqui a pratica deixa de pertencer aos dominios da sciencia, quando exige de si-propria uma theoria, isto é, quando entra na categoria das artes.

Cabe agora a distincção entre principios e factos.

Nas sciencias physicas os principios confundem-se com as leis geraes, que por sua vez são factos geraes.

Em Politica, a Liberdade e a Igualdade são principios, que a actividade humana deve alcançar.

Em Economia Politica, a justa retribuição do trabalho, o direito de todos os membros da so-

ciedade á vida sufficiente [1], são principios e são fins a attingir.

Aqui resalta o erro da escola ingleza, que erige em principios todos os factos geraes, quando factos e principios distinguem-se, como *o que é* distingue-se *do que deve ser*.

A questão é si devemos, na ordem dos factos humanos, tomar o ponto de vista do que é, ou do que deve ser; si devemos submetter-nos passivamente aos factos existentes, ou transforma-los com intuito no bem.

Certo, não tivesse a humanidade livre arbitrio, e dever-se-hiam acceitar como principios as leis geraes resultantes do estudo dos factos. Mas, sendo a humanidade essencialmente livre e progressiva, tendo por missão modificar incessantemente o que é para crêar, o que deve ser, devendo marchar sempre para um fim a que deve chegar, força é reconhecer que os seus principios directores derivam d'esse mesmo fim, não podendo ser os factos a base das suas operações.

Nas sciencias moraes ha ainda uma distincção a fazer entre factos e factos.

Uns, como resultantes da propria natureza das cousas, são leis fataes para o homem: trabalhar para comer, comer para viver. Outros são de creação humana, e resultados da nossa actividade, como todas as instituições sociaes. Os primeiros são factos strictamente naturaes ou primitivos; os segundos são factos derivados.

[1] Ou melhor—a liberdade do trabalho e a propriedade dos seus fructos, enunciado que me parece implicar a essencialidade do individuo e da sociedade.

Nesta conformidade, qual o objecto da Economia Politica?

Deve ser um facto universal, constante, necessario, pois aliás não poderia originar uma sciencia; e deve ser um facto humano, pois a Economia Politica é, antes de tudo, uma sciencia moral e social.

A riqueza?—Não; porque não é um facto primitivo, e sim um resultado da actividade humana; porque não é um facto humano, e sim uma cousa material.

O direito, a politica, a producção das riquezas?

— Tambem não, pelas mesmas razões.

A conservação social?

— Pode ser fim, mas não objecto da sciencia.

A conservação physica da sociedade e dos individuos? Seria formula, ou extensa demais, pois ha outras sciencias, que d'isto se occupam; ou demasiado restricta, pois a Economia Politica não se occupa somente da conservação physica.

O objecto é o trabalho.

O homem foi feito para o trabalho: é este o facto primitivo e universal, que domina toda a nossa existencia terrestre; mas, si no facto do trabalho existe o primeiro elemento do objecto que procuramos, ahi não está todo o objecto.

O trabalho é um facto, ao mesmo tempo individual e social.

Individual, porque a sociedade compõe-se de individuos, e estes são os agentes directos de todos os trabalhos; mas, debaixo d'esta relação, a

sciencia do trabalho não pode ser sinão a dos processos e operações technicas, a theoria das artes: é debaixo da relação social, que a Economia Politica encara o trabalho [1].

Sendo o estado social condição indeclinavel de toda a manifestação humana, de todo o exercicio das faculdades e aptidões que constituem o homem, o trabalho, este ramo essencial da actividade individual, constitue ao mesmo tempo um dos ramos essenciaes da actividade social; e é este o titulo, que faz d'elle objecto de uma sciencia social.

Objecto da Economia Politica:—*O trabalho sob o ponto de vista da sociedade* [2], *ou a sociedade sob o ponto de vista do trabalho.*

A idéa geral de trabalho encerra necessariamente:

— Agente do trabalho: o trabalho suppõe trabalhador;

— Fim do trabalho: não se comprehende acto humano sem fim;

— Modos geraes e sociaes do trabalho: todo o acto individual é sujeito a certas condições naturaes ou racionaes;

[1] Vou expondo a doutrina de A. Ott, com a qual não concordo n'este ponto: os phenomenos da producção e repartição, assim como o problema do bem-estar, devem ser considerados *scientificamente* sob a relação do individuo. Para mim o individuo é base, ponto de partida e de mira ao mesmo tempo, em toda a sciencia moral e social. No entanto, as idéas do supradito autor têm muito para serem estudadas.

Veja-se adiante a definição, que proponho para a Economia Politica.

[2] Do individuo e da sociedade, diria eu: e o autor me dá razão no que vai dizendo.

— Finalmente, resultados do trabalho: é pelos resultados que se pode julgar, si a acção foi apropriada ao fim.

Assim, considerado o trabalho como objecto da Economia Politica, não se abrangem somente os problemas relativos á producção, distribuição e consumo das riquezas, sinão tambem todos os que respeitam á organisação do trabalho, á conservação individual e social, problemas estes que só por incidente apparecem nos livros da escola ingleza [1], por não haver para elles espaço na theoria professada por esta escola.

Rossi, fiel á doutrina platonica, que separava o mundo das idéas d'este mundo material em que vivemos, vê na Economia Politica uma sciencia puramente especulativa, independente de applicações, e cujas conclusões bem podem até abrir luta com as tendencias e fins da pratica.

Ora, não ha sciencia puramente especulativa: o saber humano não terá valor, desde que não dér ao homem uma regra de proceder. A falsidade da these de Rossi sóbe de ponto nas sciencias que têm por capital objecto acções humanas, acções livres, procedentes de leis multiplas.

[1] Fosse este o defeito da escola ingleza, e comprehendesse ella melhor o elemento individual!... A concepção de Ott, si bem a comprehendo, incide no extremo opposto, e afoga a Economia Politica no oceano da Sociologia. Nem o materialismo do individuo maquina (defeito arguido á escola ingleza), nem o pantheismo sociologico absorvendo o individuo no ser social. Ha uma floresta de divergencias no assentar cadauma das escolas sociaes; sendo que mesmo nos autores de mais vulto acham se incoherencias. Por mim, o que exponho é com fidelidade, e o que proponho é com humildade.

Vê-se no livro de Rossi: sempre que elle quiz tratar de uma questão, viu-se forçado a entrar na pratica; e nunca poude traçar um limite entre a pura theoria e a applicação.

O homem estuda o trabalho, para melhor dirigir a sua actividade n'este ponto; e a actividade humana tem um fim duplo.

1.° O homem age physicamente sobre o mundo exterior, porque assim é forçado a fazer, para conservar a sociedade, para conservar-se e cumprir a sua missão, resistindo a todas as causas destruidoras. E pois, a melhor conservação do individuo e da sociedade pelo trabalho é o primeiro fim da Economia Politica.

2.° O homem é um ser intelligente e livre, e por sua natureza adstricto á vida social: uma lei rege a sua liberdade e as suas relações com os seus semelhantes, a lei moral.

Esta lei se applica á actividade humana em seu todo, e a cadaum dos ramos d'esta actividade.

E pois, o homem tem necessidade d'estudar o trabalho, não só para melhor attingir o fim do proprio trabalho, sinão tambem para melhor conhecer as condições moraes de sua organisação na sociedade.

Organisar o trabalho de accordo com a lei moral, eis o segundo fim da Economia Politica [1].

[1] Aqui, parece-me, a noção de trabalho pecca por demasiado extensa, sob a relação economica; e a idéa de organisação, só por só, induz a graves suspeitas de socialismo. Quando no trabalho assentei a definição da Economia Politica (como se verá adiante), não inclui na sciencia toda a activi-

Definir a Economia Politica (continua o mesmo escriptor) sciencia da riqueza, ou sciencia da producção, distribuição e consumo das riquezas, é desconhecor o seu verdadeiro objecto e o seu verdadeiro fim.

Considera-la como abraçando toda a sciencia social, é apagar-lhe o cunho especial e essencial, que a constitue sciencia, de direito e de facto.

O seu objecto é o trabalho, considerado sob o ponto de vista social, e em seus agentes, seus fins, seus modos, seus resultados: o seu fim é a melhor conservação do individuo e da sociedade pelo trabalho, e a realisação da moral christã, isto é, da liberdade, igualdade e fraternidade, nos factos do trabalho.

E conseguintemente (conclue) pode-se difinir a Economia Social—a sciencia que tem por fim organisar o trabalho, com vistas na mais perfeita organisação da sociedade e do individuo, e na realisação da liberdade, igualdade e fraternidade.

Eis como A. Ott, escriptor illustrado e de longos intuitos, assenta, a par de grandes principios, idéas meio verdadeiras e meio falsas sobre a Economia Politica, até quasi dar em cheio no socialismo, quando define a Economia Social.

dade humana, evitei o escolho socialista: si bem que toda a actividade humana, em certo sentido, vai entender com a sciencia, pois todos quantos vivemos, somos, a um tempo e indeclinavelmente, productores e consumidores. A questão liquida-se, penso eu, com a distincção de *proximo* e *remoto*, como exporei na minha definição.

No que respeita ao homem em suas cardinalidades, toda a organisação decorre da lei natural: a mão do homem, fazendo leis, deve mirar a perfeição economica na maxima das leis naturaes, e da livre concurrencia, da liberdade do trabalho.

Corre pleito sobre ser a Economia Politica uma sciencia propriamente dita, ou uma sciencia de applicação.

O Sr. Léon Walras [1], em sua *Theoria mathematica da troca*, pensa que a sciencia economica não pode ser ao mesmo tempo uma e outra cousa, pois tal não pode ser uma verdadeira sciencia.

E distingue:

Economia Politica Pura—simples estudo dos effeitos naturaes e necessarios da livre concurrencia, em materia de producção e troca.

Economia Politica Applicada—demonstração da conformidade d'esses effeitos com o interesse geral; e conseguintemente, a enumeração das applicações do principio da livre concurrencia á agricultura, á industria, ao commercio, ao credito.

Diz-se e escreve-se que a Economia Politica não é uma sciencia. E porque ?

Será porque refere-se a factos e actos humanos ?

Então elimine-se toda a Sociologia.

[1] *Journ. des Econ.*, Ab. 1874.

Será porque a disputa ha rolado até hoje sobre a precisão e definição dos termos? Mas, além de que o facto alcança todas as sciencias, mesmo as chamadas *physicas*, onde a nomenclatura tem muito de arbitrario, a verdade é que uma sciencia qualquer, em si mesma, é independente da precisão e definição dos termos: os factos scientificos, que são factos naturaes, independem da precisão escolastica ou expositiva. O sangue não começou a circular depois que a sciencia verificou e proclamou a lei da sua circulação.

Nas grandes assembléas da França, de 1789 a 1800, professou-se Economia Politica, sem que se lhe declinasse o nome [1]. Mirabeau, Simon, Cambon, Roberto Lindet, Robespierre, Marat e outros, eram muito mais economistas *na occasião* do que Dupont de Nemours, Dufresne, e muitos que faziam profissão da sciencia.

Mas, o que concluir d'aqui? Tambem Napoleão, voltando de Marengo (conta o probo Cormenin) discutia o codigo civil com os Portalis e Tronchet, punha o dedo nas Pandectas que nunca lêra, como que adivinhava os grandes dictames juridicos...

A Sciencia do Direito perdeu os seus foros?

E' uma sciencia a Economia Politica. Si a certos respeitos pode ser considerada sciencia moral, não se lhe deve recusar, diz o Sr. Beaulieu, o caracter de sciencia natural, isto é, que

[1] *Journ. des Econ.*, Ab. 1874.

assenta em factos geraes e constantes, sempre independentes de toda a phantasia individual.

O que ha, sim, é que não se deve *isolar* o estudo da Economia Politica.

Todas as sciencias prendem-se, e algumas muito estreitamente (Rénouard): sendo que d'ellas ha rebeldes á especialidade do ensino.

E' a Moral uma sciencia, a que ninguem pode marcar limite n'esta ou n'aquella classe de tal ou tal escola: o ser um todo á parte não significa que pode ser ella comprehendida sem auxilio estranho.

Tambem do Direito e da Economia Politica podemos dizer o mesmo: são sciencias á parte, com suas regras proprias e estudos especiaes; mas, que ingerem-se inevitavelmente em muitos outros assumptos dos conhecimentos humanos.

Têm entre si, e com a Moral, numerosas affinidades, e a cada instante carecem de apoiar-se em principios communs. Não se é jurisconsulto, sem o espirito enriquecido com as verdades economicas fundamentaes da utilidade social; como não pode haver economista, na ignorancia dos principios do Direito: para a posse de uma das duas sciencias é indispensavel, pelo menos, larga iniciação na outra.

Devemos encarar a Economia Politica, em sua devida altura, cerrando ouvidos aos superficiaes que a reputam apenas *uma litteratura pouco divertida*, porque só leram economistas *simples* ou *simplorios*, sem methodo nem fomento de philosophia, ignorantes da Moral e da Politica, em perenne contradicção com os eternos

principios de Justiça. Os economistas celebres e uteis, os Vauban, A. Smith, Turgot, eram philosophosantes de tudo, e como se era outrora, isto é, verdadeiros sabios, jurisconsultos e politicos, senhores da Historia, de navio aparelhado sempre para todos os mares da sciencia.

Para mim a base de todo o estudo é a natureza do homem, o natural destino das cousas.

A harmonia do universo—origem de toda a sciencia; aliás, o homem procuraria em vão, entre os seres e as leis, relações não existentes.

Ha fóra do espirito humano um mundo de realidades objectivas; aliás, a verdade é que não se poderia conhecer o que não existe.

A descoberta da verdade é um attributo do homem; aliás, a sua razão não existiria, pois se a verdade não fosse possivel, não teria razão de ser uma faculdade de conhecer.

Existe a razão, logo existe a verdade, que é o fim da razão; existe a verdade, logo existe a realidade, que é o objectivo da verdade.

— Razão—verdade—realidade, tres irmãs, as tres deusas de toda a crença scientifica.

O scepticismo é uma mentira grosseira: negar a realidade ou o ser, e affirmar a propria existencia, e o Ser de que esta deriva: negar é affirmar a existencia d'aquelle que nega.

Realidade é tudo o que existe, é o complexo dos seres, de tudo o que reune as necessarias condições de existencia: as leis que regem os seres, as propriedades que os distinguem, as re-

lações que os ligam, os seus fins—eis o que existe, eis o campo da razão humana.

A realidade creada tem duas ordens distinctas [1]: a do espirito e a da materia, com suas propriedades e leis combinando-se mediante relações prestabelecidas: os objectos materiaes tendendo a um centro commum, que os attrahe á *unidade;* e os seres espirituaes alvejando a um fim commum, que os attrahe á *união.* Em summa, dous mundos, o material e o espiritual, a natureza e a humanidade.

O homem, pela natureza do seu ser, participa das duas espheras de realidades, com um pé em cada mundo; e tem conseguintemente duas especies de vida, cumprindo-lhe prover á conservação de ambas, e devendo dispôr, como dispõe, de dous meios de communicação: um para o corpo, quanto á realidade que lhe originou a existencia; outro para a alma, quanto á realidade que lhe deu o ser.

D'aqui duas especies d'orgãos, correspondentes ás duas especies de realidades: os materiaes e os espirituaes: os sentidos para o mundo physico, e as faculdades da alma para o mundo moral: o olho—razão do corpo, a razão—corpo da alma. Com uma differença porém: pela visão, o olho, o homem só percebe o phenomeno, a

[1] A. B. Sain-Bonnet—*De l'Unitè Spirituelle.* Expondo as doutrinas do autor deixo de parte o que se refere á realidade increada, aproveitando apenas o que entende mais proximamente com o meu assumpto. Na obra citada ha largas vistas sobre o methodo, que sinto não poder trasladar em sua integra. O que exponho, é com certa liberdade.

apparencia do mundo physico, carecendo de recorrer ao orgão espiritual, para a concepção da substancia e leis da natureza, e para completar o conhecimento de um mundo de que tinha apenas o phantasma; no entanto que o espirito, porque faz parte do mundo espiritual, tem necessariamente a concepção prévia do seu ser, isto é, o sentimento de sua propria substancia, sentimento ou idéa que refere depois a todos os phenomenos.

O homem possue uma verdade, quando vê em si alguma cousa do que se passa, no mundo physico ou no espiritual: a verdade é—a realidade sob a posse do espirito.

Pela verdade entra o homem no laboratorio da natureza, no ponto mesmo em que as causas produzem os seus effeitos, no centro d'onde partem as leis para abranger o mundo. Ahi, como intelligencia, o homem se apossa das leis da realidade; como causa, dispõe d'ellas, e torna-se verdadeiramente uma segunda potencia do universo. Dizia Bacon: *O homem pode porque sabe.*

A questão da verdade é a que tem por objecto saber, si devemos conhecer o que se passa na realidade, isto é, as condições e leis da existencia: o que significa—ter o meio de applica-las á nossa propria natureza, de fazer-nos participantes dos principios d'existencia e vida das realidades a que devemos a nossa substancia, e segundo as quaes deve ser dirigida a nossa emprestada vida, pena de destruição.

Assim, a questão da verdade é a questão da vida. Deve o homem viver? Deve procurar os

meios de conservar-se? Respondem pela affirmativa todas as sciencias.

Para o homem ha duas especies de conservação, pois tem duas especies de vida: [1] 1.° a conservação da vida corporal; 2.° a da vida espiritual. Cadauma d'estas vidas participa das leis do mundo correlato: a primeira, finita em suas forças, no espaço e no tempo; a segunda, infinita.

O bem para o homem consiste no trabalho para a sua conservação e desenvolvimento, isto é, nos actos pelos quaes se mantem nas suas leis naturaes.

Pesquiza da verdade, a primeira acção humana; realisação da verdade, a segunda.

E pois, deve o homem por sua vez crear dous mundos correlatos ás duas realidades: para o corpo, o mundo industrial, com a realidade physica; para a alma, o mundo moral, com a realidade intellectiva.

D'aqui duas especies de sciencias, correspondentes ás duas realidades.

As da primeira chamam-se *physicas*, em razão do seu objecto, si bem que sejam obra das faculdades espirituaes do homem; tomando o nome de *industriaes* quando applicadas ao mundo industrial, isto é, quando os principios de Chimica, Physica etc., se applicam á agricultura e mais industrias.

[1] Reciprocas ou *hypostaticas*, ouso accrescentar. Estas considerações philosophicas não embargam, penso eu, o methodo physiologico; e respondem aos que accusam a Economia Politica de sciencia materialista.

As da segunda tomam o nome de *ontologicas*, tambem por seu objecto; appellidando-se de *moraes* quando applicadas ao mundo moral, isto é, quando os principios religiosos, theologicos e estheticos se applicam ao direito civil e politico, e ao internacional.

E tudo se encadeia. Para a edificação do mundo industrial, em quanto uns cultivam a terra, empregam as maquinas, dão-se ao commercio, outros devotam-se ás sciencias circumscriptas á sublime indagação da verdade.

A verdade no mundo industrial chama-se *Util*; no mundo moral *Justo*. Emquanto uns estudam as leis da Justiça, desenvolvem as suas noções, promulgam as suas formulas, garantem a sua execução pela sancção legal, outros a realisam por seus actos; manobras sublimes! E assim concorrem para a edificação da Ordem moral.

Espirito e corpo, o homem necessita d'uma esphera duplice: o mundo social é a reunião da ordem moral e da ordem social; e d'aqui sciencias especiaes.

Os seres do mundo physico podem ser estudados: 1.° em si; 2.° em suas relações entre si. Em si, são estudados pelas sciencias chimicas; nas suas relações entre si, as sciencias resultantes são a Astronomia e a Physica especial.

Tambem os seres do mundo moral podem ser estudados: 1.° em si; 2.° em suas relações entre si. Em si, são estudados pela Psychologia e pela Moral; nas suas relações entre si, as sciencias resultantes são o Direito Natural em confronto

com a Moral, as relações da consciencia em confronto com as relações dos actos.

A reunião da Moral (em sua accepção mais ampla) com o Direito Natural toma o nome de Sciencia Social.

A applicação do Direito Natural ao Civil, ao Politico e ao Economico sujeita os seres moraes á coordenação chamada Sociedade: a Sociedade é a ordem em que existem os seres moraes n'este mundo, é um facto universal do genero humano, por conseguinte necessario, por conseguinte producto d'uma grande lei da creação—a que implica as primeiras condições d'existencia da humanidade.

Eis, em largos traços, o meu modo de ver, os elementos do methodo, com que estudo e ensino a Economia Politica.

BIBLIOTHECA DA FACULDADE DE DIREITO

BIBLIOTHECA
FACULDADE DE DIREITO
RECIFE

IV

Economia Politica: em geral, e quanto ao seu ensino em particular

Disse Macleod:—« A Economia Politica entende mais intimamente com o bem estar e felicidade dos homens, do que todas as outras sciencias juntas.

As outras fallam mais á imaginação, mas, quem descobriu que no *commercio ambas as partes devem ganhar*, operou uma revolução maior e mais benefica, do que os descobridores de todas as outras sciencias ».

E como (ousaria eu perguntar ao mestre inglez) como em uma sciencia assim excluir o elemento moral ?

Como, tratando-se da *felicidade* do homem, não metter em conta o elemento espiritual ?

Bem sei que todas as sciencias se prendem, e vão ter ao homem; e que, si muito alargarmos a comprehensão de qualquer dellas, acabará por abranger todas as outras. Mas, aqui ha um meio-termo, como em tudo, que é a verdade.

Diz o escriptor-mestre d'uma seita, a que não pertenço [1]:—« Ha um elemento que não tem sido contado pela sciencia economica, e sem o qual

[1] Allan-Kardec.—*Liv. dos espir.*

não passará ella de uma theoria—a educação; não a intellectual, e sim a moral; não a moral pelos livros, e sim a que consiste na *arte de formar os caracteres, os habitos*, pois a educação é o *aggregado de habitos adquiridos*. Quando se attende á massa de individuos atirados cada dia na torrente da população, sem principios nem freio, entregue aos seus proprios instinctos, não se deve pasmar das ruinosas consequencias ».

O que se pode replicar a isto? A Economia Politica assenta no phenomeno—da producção, e o unico verdadeiro agente d'esta é o homem; e pois o homem considerado individual e socialmente, ao menos no que se prende intimamente á sua acção economica, deve ser estudado na Economia Politica.

Lamenais tudo resumia na liberdade e propriedade, esta como garantia d'aquella [1]. A questão da propriedade não póde ser encarada sem os elementos moraes do homem, não pode haver Economia Politica sem propriedade, o alpha e o ómega do facto da producção—Harmonisar o principio moral e o scientifico—Deus e o universo, o Creador e a creação, no Christianismo a ordem natural, na sciencia a ordem espiritual: eis como Lamenais resumia os seus conceitos, dizendo em especial quanto á Economia Politica: — « Em quanto a sciencia encerrar-se exclusivamente na esphera dos puros phenomenos physicos, será destruidora do Direito; emquanto o Direito não descer áquella esphera, será esteril: dar um corpo

[1] *Pass. e Fut. do Povo.*

ao Direito, tal o fim da sciencia especial chamada Economia Politica, a qual não é sinão *a applicação de todas as outras á solução dos problemas sociaes, no que respeita ás condições naturaes do homem e da sociedade.*

A riqueza economica, por mais que se a restrinja, depende d'uma serie d'immaterialidades.

Disse V. Cousin:—« Cumpria a um philosopho como A. Smith, afeito á indagação dos primeiros principios, subir até a idéa da força una e indivisivel, immaterial em si, ainda que sujeita no seu exercicio a todas as divisões do espaço e do tempo; e fundar sobre esta idéa a grandeza do trabalho, e a dignidade da Economia Politica.

Seria injusto, e quasi ridiculo, pedir esta generalidade e elevação de vistas a um economista ordinario; e aliás era cousa natural ao professor de Philosophia Moral da universidade de Glascow, ao engenhoso e profundo autor da *Theoria dos sentimentos moraes.* Montesquieu poderia ter escripto uma especie de *Espirito das Leis*, assignando á cadauma sua razão particular, sem procurar a razão geral e ultima das leis; mas, fundou para sempre a philosophia politica, dando-lhes por supremo principio o conteúdo n'esta sublime definição: *As leis são as relações necessarias, que derivam da natureza das cousas.* A Economia Politica está assentada sobre uma base da mesma grandeza e solidez: A riqueza é o des-

envolvimento regular da força que constitue o homem » [1].

Ainda se pergunta entre nós—Porque a Economia Politica em um curso de Direito...

Um illustre advogado francez, J. Lefort, dizia em 1872, na Sociedade de Economia Politica de Paris, noticiando a morte do romancista Pellat:—«O Sr. Pellat, que a Faculdade de Direito e esta Sociedade tiveram a dôr de perder, não era só um dos mais sabios romancistas, tambem cultivava cuidadosamente a Economia Politica, tanto comprehendêra elle a necessidade d'ella para os seus estudos ordinarios: ás suas funcções de professor juntava a de nosso vice-presidente ».

E responda a Inglaterra, paiz cujo bom senso pratico é seu traço caracteristico [2], e que se fez o paiz classico da Economia Politica, o laboratorio d'experimentação de todas as grandes reformas economicas, bem como de grande parte dos progressos industriaes.

Alguns traços sobre o ensino da Economia Politica.

A Allemanha tem até Faculdades de Economia Politica, como nas universidades de Tubingue, Munich e Wurtzbourg [3].

[1] Sessão da Acad. das sc. mor. e polit., Nov. 1846.
[2] G. DE MOLINARI—*Movim. socialist.*
[3] *Ensino Livre*, periodico de Lisboa, 1872 n. 4.

Segundo informações particulares que obtive (não tendo encontrado noticia nos meus livros) taes cursos d'Economia Politica abrangem tres annos, com as seguintes materias: Politica, Direito das Gentes, Direito Universal do Estado, Economia Nacional, Finanças, Direito Policial.

Vejamos a França, paiz onde o socialismo tem desferido mais arrojados vôos doutrinarios, mas tambem onde os sãos principios têm offerecido mais largo peito á onda. O ensino, em qualquer grão, deve ser no intuito do maximo proveito para a vida social moderna. Não se fecharão os gabinetes dos eruditos; mas a erudição passará a ser meio e não fim, auxilio e não perigo, como perigo é todo esse arsenal paganico zelado por padres, e actualmente o primeiro leite das intelligencias [1].

Na escola, actualmente, aprende-se a ler, e não se ganha o gosto da leitura; nos collegios faz-se collecção de antiguidades, que fica para ahi á margem, logo que seu dono vê a contraposição com a vida moderna; nos cursos superiores tudo é sacrificado a methodos antigos, sem attenção ás necessidades de cada paiz, sem a minima preoccupação de imprimir ao ensino o cunho de nacionalidade dos grandes principios [2].

[1] *Journ. des Econ.*, Maio 1872. M. Bréal, ob. cit.—Os primeiros esforços do autor, como Lente, foram contra o *arsenal paganico*, e a favor do nacionalismo no ensino, intuito com que publicou dous opusculos, *Estudos sobre o ensino publico*: ninguem lhe deu attenção; *vox in deserto*, estacou.

[2] Applique o leitor estas e as seguintes linhas ao nosso Brazil, tão *traductor*, tão *europeu*, tão pouco *nacionalista*.

O Sr. de Fontpertius, analysando um livro sobre a instrucção publica, diz que o autor caracterisou em poucas palavras o ensino bisecular dos lyceus:—a subordinação de todos os conhecimentos a uma idéa dominante, a resolução de toda a instrucção á arte de escrever.

Dizia ultimamente um grão-mestre da Universidade de Paris, que esta fazia bachareis em vez de homens, fornecendo assim um grande contingente ás idéas anti-economicas, porque a mocidade franceza (*como a brazileira*) acha-se repartida entre as reminiscencias da antiguidade greco-romana que a seduzem, e as necessidades do tempo que ella mal comprehende [1].

E o mais deploravel é, que se não leva em conta a mocidade pobre, numerosa turba destinada a tomar o caminho da industria.

Em 1872 o conselho geral do departamento do Sena incluiu os rudimentos da Economia Politica na instrucção primaria.

A causa do mal (dizia então o Sr. L. Molinos, não está na Internacional nem nas paredes (gréves), que são apenas manifestações: está nas idéas socialistas. Abra-se a discussão, dê-se por toda a parte a palavra á Economia Politica. Nem se diga que a sciencia não é para o povo,

[1] Na Allemanha, de 1820 a 1825, abriu-se uma campanha contra os estudos classicos. Na França em 1852 feriu a batalha o padre Gaume, e veio depois o theatino Ventura. No Brazil fui eu o primeiro, como já mencionei. Devo declarar aqui: o meu typo está corrigido. Não se trata de trocar uma por outra phase do passado, como queriam aquelles padres; e sim de vasar em moldes completamente novos as novas gerações.

pois a sua resposta é terrivel: si o não instruem, instrue-se elle a seu modo; e o Socialismo é a Economia Politica dos ignorantes.

Ha muito se preoccupam os inglezes com a propaganda economica nas classes operarias; e já em 1871 o conselho d'instrucção publica de Londres havia incluido a Economia Politica nas escolas primarias.

Convençam-se todos: d'ora avante é impossivel evitar a discussão das questões sociaes: propague-se a sciencia por todas as classes, sem perda de tempo.

Si bem que divergentes em detalhes de organisação, fallam por uma bocca todos os bons pensadores, quanto ao ponto capital; e em França a iniciativa particular tem feito prodigios na diffusão da Economia Politica.

E' esta a sciencia dos povos livres: dizia Voltaire, ha mais de um seculo, fallando da Physica de Newton, que em pouco tempo haveria menos merito em conhecel-a, do que vergonha em ignora-la; palavras que cabem hoje á Economia Politica (diz o Sr. Wolousky), pois o nosso seculo, no conceito de Gladstone, é o seculo dos operarios.

E' do gramatico Dumarsais, que em parte alguma abundam tanto os trapos, como nos mercados: analogamente, pode-se dizer, que em parte alguma abundam tanto as promptas soluções economicas e sociaes, como na bocca dos incipientes.

Aviso ao nosso Brazil...

BIBLIOTHECA
DA
FACULDADE DE DIREITO
DO
RECIFE

Economia Politica: definição

Quando a Economia Politica não tinha ainda forma scientifica [1], dizia Aristoteles—que o seu unico objecto era a riqueza, acquisição de bens (Chrematistica); e que se não devia confundi-la com a Moral, e a Politica propriamente dita.

Tratou elle da riqueza em uma obra especial, de cujas theorias deve ser um resumo o livro segundo da sua *Politica*.

Depois, e até o meiado do seculo XVIII, ninguem se occupou de methodo e classificação em Economia Politica: a *escola mercantil*, que havia creado profundas raizes, occupando-se de um certo numero de factos particulares que generalisava como podia, não passou do estado de arte, nem declinou jamais pretenções á sciencia: a base do systema era a intervenção directa do governo, confundindo-se a Economia Politica com a Politica.

Vistas mais largas tiveram os *Physiocratas*: a Economia Politica não era para elles um capitulo de organisação social e politica; no entanto não se preoccupavam somente da riqueza, e vol-

[1] Veja-se Théod. Fox.

viam-se para a questão da epoca—a organisação da sociedade.

Seguiu-se a *escola industrial*, com o principio de que o trabalho é a primeira fonte da riqueza. Esta escola, fundada por A. Smith, não pretendia reconstruir as sociedades e os governos: occupava-se unicamente de investigar os principios da nossa natureza, e os factos mais energicos na formação da riqueza nacional. Os discipulos de A. Smith passaram o mestre.

J. B. Say disse:—« A Economia Politica é a economia da sociedade: o estudo da natureza e funcções das differentes partes do corpo social creou um aggregado de noções, a que se tem dado o nome de Economia Politica, e que melhor se chamaria Economia Social ».

Segundo Sismondi, é objecto da Economia Politica—o bem estar physico do homem, até onde póde ser obra do governo.

Para Starch é a Economia Politica—sciencia das leis naturaes, que determinam a prosperidade das nações, isto é, sua riqueza e civilisação.

E mais longe vão os economistas allemães, dos quaes citarei dous:

Soden:—« Como o Direito Natural estreita os laços das nações, sem prejuizo da independencia de cadauma, assim a Economia Nacional ensina os bons principios para os esforços dos individuos de todas as nações para a prosperidade, e isto em virtude do laço natural cosmopolita ».

Jacob:—« A Economia Nacional pode ser definida—sciencia da natureza e causas da riqueza, ao influxo da organisação social e leis positivas.

Mas, porque a influencia d'estas leis só é bem aquilatada, quando se conhece aquella organisação, segue-se que, para chegar a uma theoria da riqueza, é preciso analysar todas as causas de riqueza, e assignalar exactamente o genero d'effeito das instituições politicas e estabelecimentos publicos sobre a mesma riqueza. Pode-se tambem considerar a Economia Nacional —a sciencia dos principios das instituições e leis da riqueza nacional ».

Os economistas inglezes faziam esforços inversos: para elles como que tudo se reduzia a conhecer os melhores processos de creação das riquezas.

Senior, que aliás illustrou a sciencia, diz:— « O objecto da Economia Politica é o conhecimento da natureza da riqueza, e investigação das leis de sua producção, troca e distribuição.

O dever do economista é fazer theoria pura. Desde que pretenda applicar este ou aquelle principio, deve juntar ao da Economia Politica o conhecimento de alguma outra arte ou sciencia, v. g., o Commercio, a Legislação, a Politica. Para praticar uma d'estas sciencias é absolutamente necessario, não só conhecer os principios geraes da Economia Politica, sinão tambem possuir uma idéa exacta de todas as circumstancias accidentaes, que formam cadaum dos casos particulares a que possa caber a applicação de um principio. Taes dados são innumeros, e não é facil possuir abundancia d'elles; no entanto, os factos fundamentaes da sciencia pode-se dizer que são poucos, repetem-se em todos os climas e

sociedades, e cabem no alcance da experiencia de todos. A Economia Politica é, pois, uma sciencia de limites estreitos, e a sua theoria é fundada sobre um diminuto numero de proposições geraes, resultado da observação e da reflexão ».

Nem tão longe como os allemães, penso eu, nem tão perto como os inglezes.

Segundo Rossi, devem-se distinguir tres ordens de factos e ideas, no que respeita aos limites da sciencia.

A Economia Politica *Racional* é, no seu conceito, a sciencia que investiga a natureza, causas e movimento da riqueza, baseando-se nos factos geraes e constantes da natureza humana e do mundo exterior: não nega nem renega as outras sciencias sociaes, pois d'ella recebe muitos dos seus meios; mas, por bem do progresso de cada-uma, importa não confundi-las.

Na Economia Politica *Applicada* a sciencia é reputada simples meio. Passando da sciencia á arte devem ser contadas muitas circumstâncias particulares, que podem modificar os principios em suas applicações: o tempo, o espaço, a nacionalidade, representam um grande papel n'essas causas modificativas dos resultados puramente scientificos.

Ambas, Racional e Applicada, têm em substancia o mesmo objecto—a riqueza: a primeira trata d'esta de um modo geral; a segunda, de um modo especial e sob o ponto de vista nacional.

« Finalmente (diz Rossi), concebe-se, que a Moral e a Politica intervenham nas questões so-

ciaes. O fim da sociedade, como do individuo, não consiste em possuir a riqueza:—o intuito da posse d'esta deve subordinar-se a outro muito mais elevado.

A Economia Politica pode servir-nos de guia para um certo fim; a sua missão, porém, não é induzir-nos a fazer tal ou tal cousa, pois uma sciencia só tem por fim a indagação da verdade. Na applicação, sim, devemos levar em conta todos os principios concurrentes para a solução de uma questão social. Erro é suppôr-se, que toda a questão social é soluvel pela applicação de um só principio; e toda vez que um principio economico se acha implicado em qualquer questão, injustiça é, em muitos casos, o requerer a solução exclusivamente á Economia Politica. Esta fornece resultados economicos, puras consequencias dos principios economicos: aos applicadores incumbe a convocação de todos os principios, para que a solução seja de accordo com os interesses *mais charos* ás nações e aos individuos.

Quando, v. g., em uma questão o interesse mais charo é a riqueza, incumbe á Economia Politica a ultima palavra; quando, porém, entram em jogo interesses de prestigio e dignidade nacional, as considerações economicas passam a ser motivos de segunda ordem, que devem ceder o passo ás sociaes e politicas ».

Por muito que me imponha um escriptor da estatura de Rossi, não posso acceitar como verdadeiro o seu desenho da Economia Politica. Uma sciencia que se prende tão intimamente ao

ser individual e social, uma sciencia que, como todas, deve ter tambem uma certa área absoluta e exclusiva, não pode ser assim condemnada á plena relatividade e constante dependencia.

Deve contar a Economia Politica (pena de perder os foros de sciencia) principios invariaveis, que constantemente possam ser invocados, e devam ser applicados.

O defeito de Rossi, e de outros, vem de querer subordinar a sciencia ao seu ponto de vista especial.

E diz Theod. Fix:

« A Economia Politica é o aggregado de principios geraes da formação e distribuição da riqueza; e as suas verdades são absolutas, em si e na applicação: quando têm de ceder a estranhas considerações, é que a sciencia está em circumstancias anormaes ou excepcionaes.

« A differença entre a sciencia *racional* e *applicada* existe de facto; mas, não existiria, si a sociedade fosse organisada nas melhores condições.

« Uma guerra, v. g., posterga todas as leis economicas, ou antes obsta á sua applicação: é um successo violento e de acção temporaria, um accidente que não elimina a sciencia, nem a necessidade da sua applicação.

« Admittidas excepções de outro genero, como privilegios e monopolios que suspendem a applicação dos principios economicos, melhor fôra proclamar, que o erro deve triumphar da verdade.

« Os verdadeiros principios economicos já-

mais estão em opposição aos verdadeiros principios sociaes, nem na theoria nem na applicação. Seria uma triste sciencia, aquella que tivesse de arriar bandeira a cada incidente filho do acaso, ou de problematicos interesses. Felizmente, assim não é: a Economia Politica tem uma existencia propria, independente, e sempre de accordo com os interesses geraes de qualquer sociedade, uma vez que esta se ache em boas condições organicas e circumstancias normaes».

. . . . . .

. . . . . .

E n'este vaivem de opiniões navega-se e navega-se, e não se vê terra... Sem pretenções a Colombo, permittam-me tentar o meu rumo.

A começar da denominação da Sciencia, muitas hão sido, e vão sendo ainda as dissertações e contendas [1].

Para designar as doutrinas dos economistas francezes do ultimo seculo, desde Quesnay até Turgot, Dupont de Nemours emprega a palavra *Physiocracia*, que bem pode exprimir—um poder publico a governar segundo a natureza das causas; mas, não fica determinado o objecto da sciencia.

A. Smith intitulou a sua obra—*Indagação sobre a natureza e causas da riqueza das nações.*

[1] Sobre o historico de debate, veja-se Amb. Clement. Nomenclatura da sciencia: *Journ. des Econ.*, Out. 1872.

Assim assignalou um dos objectos principaes da nossa ordem d'estudos; mas, tão pouco importa esse titulo uma denominação da sciencia, que o proprio A. Smith serve-se muita vez da expressão *Economia Publica*:

J. B. Say escreveu—*Tratado de Economia Politica, ou Simples exposição dos modos de formação, distribuição e consumo da riqueza.* Aqui é menos incompleta e mais explicita a determinação do objecto da sciencia; mas, falta a idéa essencial de Liberdade, pois só um regimen verdadeiramente livre consente o imperio das leis naturaes nos phenomenos economicos.

Depois de Say, os tratadistas em geral, adoptando as suas divisões, assentaram no titulo de *Principios d'Economia Politica.*

C. Dunoyer intitulou um dos melhores tratados conhecidos—*Da Liberdade do Trabalho, ou Simples exposição das condições de maxima energia para as forças humanas.*

Aqui falta a indicação da idéa de riqueza, bem como o ponto ou *objecto* de applicação das forças do homem, cuja energia trata-se de desinvolver.

Na maxima parte dos escriptores allemães temos—Economia do Estado, Nacional, Publica, designações defeituosas, inculcando que se trata de phenomenos sob a alçada do poder publico, o que implica uma das idéas mais antagonicas ao verdadeiro objecto da sciencia.

Pela inversa, a administração franceza, receiando que o termo *politica* provocasse para a sua autoridade e actos as investigações da sci-

encia, procurou dar curso á expressão *economia industrial*, expressão que exclue os serviços de governo e segurança, e os consumos publicos.

Estes, considerando a riqueza objecto primario da sciencia, propuzeram o nome de *Chrematistica*: aquelles, vendo na troca esse objecto, offereceram a palavra *Catallatica*. Mas, qualquer destes vocabulos, tirados do grego, redundaria na designação exclusiva de um dos phenomenos a estudar, sem augmento de luz para o debate.

Lamenta o Sr. C. Coquelin, que se tenha caracterisado a sciencia pela idéa de riqueza, o que obriga a definições abstrusas e estereis dissertações; e por sua vez propõe—*Sciencia das leis geraes do mundo industrial.*

Discorda o Sr. A. Clément, pois assim parceria excluida toda a actividade governativa, e toda a actividade referente ás faculdades intellectuaes e moraes do homem, objectivas de prima importancia na economia geral.

Finalmente, o Sr. J. Garnier, a exemplo de Hutcheson [1], limita-se a propôr o nome de *Economia*, excluindo as qualificações de *politica*, *social* etc., que lhe parecem a causa da confusão. Mas, esta denominação, que outrora applicou-se a uma parte da Philosophia Moral, a concernente ao *governo de uma familia*, não poderia, sem que se lhe alterasse o sentido, applicar-se ao que se chama hoje Economia Politica, isto é, cousa

[1] Antecessor de A. Smith, na cadeira de Philosophia Moral da universidade de Glascow.

mui diversa da economia privada, embora as relações entre uma e outra.

E pois não ha motivo serio para mudança de nome. *Economia*, lei da casa, da familia, boa administração dos bens particulares: *politica*, idéa de cidade, sociedade.

Enumeremos:

1.° Não se trata de um poder politico dirigindo a sociedade segundo a ordem natural, como inculcaria a palavra *Physiocracia*, tendente á eliminação do elemento individual.

2.° Não diz tudo o titulo da obra de A. Smith; pois a natureza e causas da riqueza das nações constituem apenas um dos objectos da Economia Politica.

3.° A definição de Say pecca por não involver a idéa de Liberdade, condição essencial para a plena manifestação dos phenomenos economicos.

4.° Dizer simplesmente, com Dunoyer, *Liberdade do Trabalho*, não é precisar o objecto da sciencia, pois a expressão é vaga, attento o laborar incessante e extremamente multiplo da colmêa humana; e dizer *Condições de maxima energia para as forças humanas*, é deixar no vago a natureza d'essas forças e objecto da sua applicação, no ponto de vista da Economia Politica.

5.° Repetir com os escriptores allemães, *Economia do Estado*, Nacional, Publica, é incluila no Direito Publico, sujeita-la á alçada do poder publico.

6.° Adoptar o nome de *Economia industrial*, como faz a administração franceza, é mutila-la, tirar-lhe o elemento social ou collectivo, e excluir os serviços do governo e segurança e os consumos publicos.

7.° *Chrematistica* ou *Catallatica* são denominações, que inculcam os aspectos especiaes da *riqueza* ou da *troca*.

8.° Dar á sciencia economica a denominação de *sciencia das leis geraes do mundo industrial*, é tambem mutila-la, é excluir toda a actividade governativa, e não levar na devida conta o intellectual e o moral do homem e da sociedade.

9.° Propôr, finalmente, o titulo de *Economia*, é querer dar a uma sciencia que involve o todo social um nome restricto, que significa propriamente o *governo da familia*.

Isto posto, parece que a definição da Economia Politica deve comprehender:

— Individuo e sociedade, correlações necessarias, porque o homem é necessariamente individual e social ao mesmo tempo;

— Material e moral, pois, em nada do que respeita ao homem, a abstracção de um d'estes dous elementos pode ser completa.

Como, porém, definir a sciencia, comprehendendo o seu objecto, sem dar de mais ou de menos ?

Digo—comprehendendo o seu objecto, porque de outra sorte não pode ser a definição de uma sciencia.

Fazer como até agora, definir a Economia

Politica e depois indicar o seu objecto, é partir a viagem em duas jornadas.

Si o objecto de uma sciencia não é involto em sua definição, que definição será essa, sem o que mais importa saber?

O proprio critico A. Clément procurou determinar, com as palavras seguintes, o objecto da sciencia economica:—« A Economia Politica, segundo a sua propria determinação, tem por objecto verificar as leis naturaes, ou as relações derivadas da natureza das cousas, em virtude das quaes as riquezas, não de uma familia e sim do todo das familias, desinvolvem-se, estacionam ou definham, conforme as leis economicas são mais ou menos observadas no procedimento geral: tem ainda por objecto mostrar como as riquezas, sob o regimen de uma verdadeira liberdade de trabalhos e transacções, são produzidas, distribuidas e consumidas; não se occupando dos processos technicos das diversas producções, e somente das condições geraes que lhes são communs ».

Mas aqui haverá, si quizerem, a explicação, o commentario de uma definição, na qual o objecto da sciencia estivesse explicito ou implicito: como parte integrante d'uma definição, o periodo seria uma monstruosidade.

E porque o illustrado escriptor, fallando em familias, de per si ou conglobadas, esquece o individuo? A Economia Politica é a mais social de todas as sciencias sociaes, si posso fallar assim, e d'estas, nenhuma deve excluir o individuo, porque seria rebaixa-lo a simples meio para os

fins da sociedade: é da natureza physica e moral do homem, dos seus fins individuaes ou collectivos, que as sciencias sociaes fazem os seus primordiaes fundamentos.

Ainda mais. Porque nas palavras *trabalho* e *riqueza* não deixar logo transparecer a idéa do intellectual e moral, quando a sciencia economica já não contende sobre os productos immateriaes, que na evolução humana tudo participa das duas naturezas?

O meu ponto de vista é outro.

Em toda a sciencia, em todo o ramo de applicação do espirito humano ha o immediato e o mediato, o proximo e o remoto; e as sciencias sociaes, visinhas todas e muito visinhas, hão de praticar constantemente entre si, quaesquer que sejam as paredes divisorias: aqui não vogam muralhas chinezas, que seriam deploravel attestado de vista curta. E pois, toda a definição em sciencia, para ser perfeita, deve involver quanto possivel o proximo e o remoto, isto é, o objectivo e a resultante necessaria da convergencia das forças para alcança-lo.

Forcejei para tirar do vago os meus discipulos, d'esse vago que tanto trabalho me tem dado e ha de dar-me. Eis a definição d'Economia Politica, que propuz em 1873, e ainda hoje mantenho:

SCIENCIA DAS LEIS NATURAES [1] DE QUALQUER [2] TRABALHO LICITO [3] DO HOMEM, SOCIAL E INDUSTRIALMENTE CONSIDERADO [4] COM RELAÇÃO PROXIMA AO BEM ESTAR MATERIAL [5], E MENOS PROXIMA AO PROGRESSO INTELLECTUAL E MORAL [6].

Explicarei, enumeradamente, os meus intuitos scientificos n'esta definição.

1.° Excluo a *physiocracia*, porque tambem comprehendo o individuo.

2.° Não me restrinjo como A. Smith, porque fallo do trabalho em geral.

[1] Liberdade, em suas multiplas manifestações; propriedade, como garantia primaria; e mais consectarios da natureza duplice do homem.

[2] Inclue-se o immaterial.

[3] Respeito á Liberdade, inviolabilidade da vida e da propriedade, bases essenciaes da coexistencia social. O esforço *illicito*, os trabalhos dos bandidos, das prostitutas, dos carrascos, e semelhantes, não os incluo como elementos economicos, para que não me digam, o que a G. de Molinari disse C. Dunoyer, dando parecer, na Academia de Sciencias moraes e politicas, sobre o *Curso d'Economia Politica* d'aquelle muito illustrado mestre; o qual, na segunda edição da sua obra, obedeceu á sabia critica.

[4] Nem socialismo, nem egoismo: o homem como elle é.

[5] Fim proximo, o que não quer dizer sciencia materialista, como adiante provarei: no quadro das sciencias, não me parece cabivel a alguma d'ellas o qualificativo exclusivo de materialista. Evito dar em cheio nos dominios da Moral; e dos dous aspectos, por assim dizer, hypostaticos do homem, determino, em sua plenitude, aquelle que deve ser plenamente encarado pela Economia Politica.

[6] Fim menos proximo, o que está indicando uma certa affinidade. Quero dizer, que o aspecto moral não pode ser desdenhado pela sciencia economica, antes deve ser contado por ella em uma certa medida.

3.° Invoco a sciencia do Justo, porque só reconheço o trabalho licito.

4.° De mim não se dirá, como se disse de J. B. Say, que fiquei ausente da idéa de Liberdade, pois é esta a primeira das leis *naturaes*, de que fallo.

5.° Evito a accusação, que se fez a Dunoyer, de só attender á vida physica, pois incluo o progresso intellectual e moral.

6.° Não submetto o mundo economico ao poder publico, desde que não desattendo ao individuo, e não refiro a sciencia exclusivamente á collectividade.

7.° Não baixo ao mundo industrial, a limitar-me exclusivamente n'elle, e deixo em seu lugar as cavillações da administração franceza, que aliás illudiram tão boa intelligencia como a do Sr. Coquelin.

8.° Não me limito ao domestico: metto em linha o elemento social.

9.° Finalmente, e em resumo: comprehendo individuo e sociedade, material e moral; e determino o objecto da sciencia conforme os dictames da natureza do homem, sem mutila-lo, sem a tentativa de refaze-lo á imagem de puras abstracções, sem levantar muros da China, ao mesmo tempo que não falto ao principio das boas divisões scientificas, o que é cardeal em materia de exposição ou ensino.

E não concluirei sem uma resalva, tanto medo me faz a minha ousadia: embora fructo de aturadas cogitações, é muito possivel, bem sei, que mais tarde venha eu proprio a corrigir a minha definição.

BIBLIOTHECA
FACULDADE DE DIREITO
RECIFE

VI

Economia Politica não é sciencia materialista

Graças a uma certa escola theologica, corre mais ou menos, que a Economia Politica é sciencia da materia, e conseguintemente da impiedade, sciencia que não deve ter a palavra em Roma [1].

Não me demorarei com semelhante enormidade: já não devem impressionar os animos alheios, os que trazem o seu tão conturbado na disputa pelo dominio temporal dos papas, e cada vez mais revestem o culto com as pompas da riqueza material...

Embora o agudo e illustrado Balmés tenha aventurado, que a Economia Politica não deixou ainda as fachas do começo da primeira infancia, n'isto apenas vejo mais uma prova, de que tambem dormitam os bons Homeros ecclesiasticos; de que pode a theologica infatuação, confiada na esmola em grosso e a retalho, julgar dispensa-

[1] Depois de escripto este capitulo subiu ao pontificado Leão XIII. Si o papa não matou o cardeal Pecci, o juizo romano deve ser outro agora. Na carta pastoral, que este cardeal dirigiu ao povo de Perusa, na quaresma de 1877, a Economia Politica tem as honras de justas apreciações, sendo mais uma vez invocado o nome de F. Bastiat.

vel o estudo das leis economicas, decidindo sem bullas sobre o que não conhece. Penso, porém, que uma theologia séria não desconhecerá a lei divina do trabalho e as suas consequencias, nem fará da esmola, official ou officiosa, a ultima palavra da concepção economica. Aliás, teriamos o regimen do universal dinheiro de S. Pedro, e dos caldos ás portarias dos conventos, isto é, muitos pedindo, alguns dando á custa de outros, e... quem trabalhando?

São bem visiveis as leis naturaes ou providenciaes do mundo economico. Assim como os pagãos romanos diziam, em razão do seu systhema d'estradas—*Todos os caminhos levam á Roma*, podemos nós dizer com o Evangelho, nosso marco milliario—Todos os caminhos levam ao Céo [1]. A virtude é possivel ao homem em qualquer situação: o cubiculo socegado do bom frade, como a tenda irrequieta do operario activo, são officinas do cumprimento do dever.

Nobilitar esta *sciencia da materia* sem ser materialista, é o meu maximo empenho.

Antes de tudo, porque a qualificação em tom desdenhoso, si o mundo material é creação de Deus, si foi entregue á actividade humana, si d'elle deve haurir indeclinaveis condições de vida?

Tratando a Economia Politica do que é inherente á natureza humana, pode jámais ser cha-

[1] E bem o reconheceu o meu illustre amigo o Sr. Bispo do Pará: despedindo-se dos soldados paraenses, mostrava-lhes o Céo pelos caminhos da guerra do Paraguay..

mada *sciencia materialista*, em tom de quem dissesse (barbara expressão!) *sciencia irracional?*

Seja embora objecto proximo o bem-estar material, a Economia Politica é sciencia como as outras.

Não será a Medicina, propriamente a sciencia do corpo humano? E Galiano exarou á frente das suas obras:—«Escrevendo, componho um hymno em honra d'Aquelle que me fez.» E Boerhave, o Hipocrates moderno (como o qualifica Altmeyer), terminava as suas dissecções anatomicas bradando:—« Oh milagre! oh excellencia incomparavel do dedo divino! ».

Um economista resumiu assim os nossos moveis de acção: a riqueza, a consideração ou a fama, e a ordem geral ou Deus; sendo que na generalidade dos homens influe o primeiro movel, na maioria o segundo, e na minoria o terceiro [1].

E' assim a natureza humana, não lutemos contra ella. Por fim de contas, *a vida é o maximo negocio*. O mundo só deve ruinas e dores, aos que têm querido fazer d'elle um quartel ou um convento, o sonho de José de Maistre, alma de neve salpicada de sangue!

Mas, a positividade da vida individual não exclue a necessidade das relações desinteressadas da vida social, como observa o mesmo economista. Si todos ensurdecessem aos appellos do dever de humanidade, cadaum privar-se-hia insanamente d'uma multidão de bens, que teria a

[1] C. SÉNEUIL— *Étude sur le mandarinat français.*

esperar dos seus semelhantes. Attenta a insufficiencia de cada homem de per si, é claro que a vida humanitaria não dispensa duas correntes de relações: as desinteressadas e as interessadas.

E pois o economista, estudando o homem e a humanidade, mesmo sem sahir da esphera de sua competencia, trança uma corôa para a caridade, porque não isola o homem, e quer a todos—livres e em livre convivencia, salvo a subordinação á lei natural. Economista e moralista dão-se as mãos, quando ambos reconhecem (e devem reconhecer) a natureza humana como lei de Deus.

A Astronomia apresenta aos homens um grandissimo espectaculo, um quadro esplendido de força divina [1]; mas, a Economia Politica parece destinada a dar melhor idéa de justiça e bondade da Providencia. Antes da propagação das doutrinas economicas, qual era a idéa da organisação social, e qual a condição da prosperidade individual? Todo o movimento social era presidido pelo antagonismo.

Homo hominis lupus—dizia a antiguidade. Mais tarde, Montaigne e seus contemporaneos—*O lucro de um é a perda de outro*: maxima, que se dizia consagrada pela sabedoria experimental das nações. Não se acreditava, que o Autor das cousas se houvesse ingerido na organisação social, e sim que entregára o mundo a um acaso malefico: os homens, sob tal ponto de vista, eram reduzidos a esbulhadores e esbulhados, carrascos

[1] Veja-se G. DE MOLINARI—*Cours d'Economie Politique*.

e victimas. Eis o que se pensava da sociedade, quando os economistas começaram a estuda-la.

Elles, os economistas, nada fizeram para merecer uma repulsa da religião, e sim tudo por demonstrar que a Providencia não abandonou a humanidade aos cegos impulsos do acaso; que a sociedade tem leis providenciaes, harmonicas, que fazem imperar n'ella a justiça, como as leis da gravitação fazem reinar a ordem no universo physico; que ha nas relações sociaes, em vez de antagonismo, uma lei irresistivel da solidariedade; em summa, que a desgraça e a felicidade de cadaum reflectem sobre todos: tal a doutrina opposta ao velho antagonismo da sociedade pagã.

Não erigimos altares ao ventre: attendemos ás necessidades moraes, incluimos na riqueza o immaterial.

O que ha, conclue Molinari, é que os economistas *não anathematisaram* os productos materiaes, e as necessidades, a cuja satisfação se destinam, *porque o homem tem tambem um corpo, que é obrigado a conservar no proprio interesse da alma* [1].

A base da Economia Politica é o capital, e este é oriundo das faculdades moraes do homem; logo, não pode ella estar em desaccordo com a

[1] Servem em geral as ideas de Molinari para objecto d'este meu capitulo; mas, este seu defeituoso enunciado produz-lhe a definição diffusa e confusa, que não adoptei: pelo dizer do economista belga, fica invertido o papel da sciencia, sendo seu principal objecto o immaterial. Desde que Molinari definiu a Economia Politica—*sciencia da organisação da sociedade*, devia cahir na confusão, que procurei evitar com a minha definição.

Moral. Quando fallece nos centros productores a força moral da economia, o mundo economico desequilibra-se; razão porque tudo quanto tem por objecto cultivar e aperfeiçoar o moral do homem, merece a attenção da Economia Politica [1]

Antes das verdadeiras noções economicas, no tempo da crença no antagonismo, pensava-se logicamente, que o rico era rico á custa do pobre, que a fortuna accumulada em certas mãos era um roubo á communhão: caminho para o socialismo, pois sendo assim é o caso de *organisar*.

Poderá alguem oppor suspeição de materialismo ao padre Gratry?... Pois diz um economista, que para o sabio sacerdote, como para F. Bastiat, o estudo das leis economicas era uma face do estudo das leis providenciaes.

Para elle o Evangelho não se apartava da sciencia; e é o seu *Commentario* sobre S. Matheus, em muitas paginas, um bom ensino economico, elevado á altura da prédica. D'elle são as seguintes palavras, que servem de epigraphe ás *Lições* do Sr. Fred. Passy:—«Dizem que a Economia Politica é um flagello, e eu digo que é a salvação das sociedades».

No citado *Commentario*, na *Paz* e na *Moral e Fé da Historia*, o padre Gratry affirmou a sua convicção, expondo sob mil formas a sua sympathia pelo que elle chamava—a mais nobre e a mais importante das sciencias: entende, que o

[1] *Menos proximamente.* Insisto, por não querer modificar o texto de Molinari, mantendo ao mesmo tempo a coherencia com a definição por mim proposta.

dever social faz parte do dever religioso; e que este consiste, d'ora avante, em dar a todos, comprehendidos os menores entre os pequenos, a luz e o pão, a Liberdade e a dignidade, que são correlações necessarias.

Gratry, que era admirado pelo conspicuo Sr. Renouard, morreu mal visto pela curia romana!

Jacopo Virgilio, professor d'Economia Politica no Instituto Technico de Genova, publicou em 1871 a sua *Moral Economica*, com o feliz intuito de provar, que—das tendencias naturaes do homem para a felicidade hão de provir, entre os povos civilisados, muitos habitos ou costumes (*mores*), exclusivos do vicio, conducentes ao bem geral, precisamente pela procura apurada do bem-estar individual: a isto chama o professor italiano *moral economica*, o que se parece tanto ou quanto, diz o Sr. C. Romey, com o *interesse bem entendido* de Helvecio.

A este proposito escreveu Blanqui, ha trinta annos, algumas paginas, que parecem de hoje [1].

Quando se evocam as gloriosas memorias dos primeiros tempos do Christianismo, e os magestosos detalhes de sua tão simples e sabia organisação, fica-se melancolico ao ver hoje esta religião ameaçada de uma seria decadencia. E' certo que o edificio, embora muitissimo arruinado, está ainda em pé, e projecta sempre sobre o presente a grande sombra do passado: celebram-se os officios divinos, estão abertos os templos, a hierarchia é a mesma. E porém, quanta

[1] *Hist. da Economia Politica*, capitulo IX.

differença no fervor das crenças, e como estão invertidos os papeis! O padre de hoje, nem dá o impulso, nem sabe recebe-lo; gasta em lutas estereis contra o progresso social [1], forças já enfraquecidas pela intolerancia, e pelo choque das revoluções. Occupa os pulpitos, e os pulpitos são mudos; a sua voz já não vibra como outrora no coração dos povos, quando arrastava-os em massa á conquista dos Santos Lugares. A religião existe, é verdade; mas, sem ministros na altura da sua missão e das nossas necessidades. No entanto, apezar dos nossos muitos esforços de regeneração politica, a constituição da sociedade religiosa é ainda a mais forte.

Muitas questões d'Economia Politica têm de balde aguardado os auxilios da religião para a sua solução. Serão para breve as soluções economico-religiosas?

Parece caber ainda a resposta negativa de Blanqui. Si bem que a reacção religiosa se manifeste por toda a parte, reconhecendo-se *mundanamente* a influencia economico-social, que em todos os tempos ha exercido o Evangelho, principio de todas as liberdades, os padres vêem n'isto uma negação do progresso!...

[1] O visconde de Souza Franco no final da carta citada no cap. 1.º diz: "E no entanto ha quem tente proscrever as sciencias naturaes, as sciencias todas talvez, e reduzir a humanidade á ignorancia da meia-idade! Para a felicidade do genero humano, e de nossa cara Patria, não o conseguirão: não ha de ficar assentado, que a revelação é a unica base da sciencia, a revelação a cujo serviço estão a ignorancia e o fanatismo!" Foi dos ultimos cantos do cysne: a carta é de 13 de Maio de 1873.

Mas, não será para muito longe, penso eu. O seculo XX não verá a estupenda anomalia *padresca* de hoje; e as declamações do pulpito contra o progresso em geral, e contra os progressos economicos em particular, hão de morrer afogadas em ondas de ridiculo.

BIBLIOTHECA
FACULDADE DE DIREITO
MCMXX

VII

Economia Politica não é puro empirismo

Será a Economia Politica uma sciencia toda empirica, transformando-se de paiz a paiz, como dizem muitos? Vejamos.

J. B. Say, discriminando da Estatistica a Economia Politica, diz que esta é *experimental*, e aquella *descriptiva*.

Não duvidarei acceitar a denominação de *sciencia de factos*, uma vez que se considere facto a natureza das cousas; um facto, porém, cujo estudo eleva ás primeiras leis de Deus. N'este sentido, de factos são todas as sciencias; e foi por não se attender ao *porque* de J. B. Say, que se intentou desacreditar com as suas palavras a Economia Politica.

«Os phenomenos, cujas causas e resultados a Economia Politica procura revelar, podem ser considerados, ou como *factos geraes e constantes*, sempre os mesmos em todos os casos semelhantes; ou como *factos particulares*, tambem por força de leis geraes, influindo mais de uma ao mesmo tempo, e multiplicando-se reciprocamente: nos repuchos dos nossos jardins é vulgar a experiencia das leis da gravitação modificando-se pelas do equilibrio...

Vã é a contraposição da theoria á pratica. O que é a theoria, sem o conhecimento das leis que ligam os effeitos ás causas, isto é factos a factos?

Quem melhor que o theorico pode conhecer os factos, elle que os conhece por todas as suas faces e em suas relações?

Semelhantemente, o que é a pratica sem a theoria, isto é, sem os meios, sem o *como* e o *porque* da acção de taes meios? Alli seriam inuteis abstracções: aqui, perigoso empirismo, que poderia levar á applicação do mesmo methodo a casos oppostos [1].

Com effeito, si a Economia Politica fosse puro empirismo, onde estaria o mundo, correndo á revelia de quaesquer leis os graves assumptos que se referem á vida, ao *maximo negocio?*

Sciencia é a Economia Politica, e no rigor da expressão: involva embora *theorias praticas*, na expressão proposta pelo Sr. Wolousky [2], sempre é certo que o estudo dos factos economicos leva ao conhecimento de leis geraes.

Estudando a marcha da humanidade, o que vemos sinão factos observados, cuja acção se manifesta mais e mais, até que se impõe como uma lei geral? O facto divino do Christianismo, o que tem sido, o que é e será, até que se incarne em todas as instituições, como era aspiração de Lamartine? Mas, veja-se no facto a concretisação

[1] J. B. Say—*Cours.*, Introd.—Não é litteral a reproducção.

[2] *Utilité pour les ouvriers d'étudier l'Econ. Polit.*—Journ. des Econ., Nov. 1872.

do Direito, da Justiça, da Lei: no *facto generalisado*, que não contravem á natureza do homem.

As paginas da Historia nunca devem ser isoladas entre si: as vicissitudes da humanidade devem ser vistas de longe e do alto, diz o Sr. Renouard [1]; para marcar o logar do Direito no mundo e prever o seu futuro, a nossa attenção deve recahir, não sobre factos, e sim sobre séria comparação entre os factos do presente e do passado. O estudo das influencias, a que tem obedecido a marcha da civilisação, revela-nos as victorias definitivas, não se levando em conta passageiras derrotas ou ephemeros triumphos.

Veja-se a escravidão. Facto, pode-se dizer, coetaneo do genero humano, imperou tanto, que a muitos pareceu caber-lhe um logar entre as leis sociaes necessarias: já era uma instituição politica, já parecia uma dobra no espirito da humanidade, quando o Christianismo veio mina-la pela base.

Hoje os principios economicos são confirmados pelos factos, que aliás ajudaram a investigação dos mesmos principios.

A Economia Politica, procurando ler os principios nas paginas dos factos geraes, collocando-se ao longe e no alto para abranger grandes áreas e periodos de observação, faz como todas as sciencias moraes e politicas.

[1] *Journ. des Econ.*, Nov. 1872.

VIII

Economia Politica: sua importancia

N'estes ultimos tempos não faltam investidas aos economistas [1]. No entanto, a Economia Politica tem a seu cargo agitar e resolver, em grande parte, os mais graves problemas, de que se occupam os corações generosos. Os melhores homens, os espiritos mais rectos, Vauban, Franklin, Washington, Jefferson, Monröe, A. Smith, Turgot, Necker, Bentham, Fox, Peel, Brigth, Cobden, Bastiat, pertencem á galeria dos economistas.

O que pode haver de mais humano e mais nobre do que curar da sorte dos homens em sociedade, abrir o mais possivel o circulo do bem-estar fechando o da miseria, ennobrecer o trabalho, este fundamento novo de liberdade civil e politica?

Isto, porém, pelos principios da lei natural, da Liberdade. A Economia Politica é arauto da Propriedade, condição essencial da Liberdade; e dia a dia vai se fazendo uma harmonia, como queria Platão.

Verificar as leis d'existencia, desenvolvimento e decadencia das sociedades, as leis que

[1] Veja-se P. Larousse—*Grand. Dict. univ. du XIV Siècle.*

regem as relações do trabalho entre os homens, indagar a acção *possivel* dos governos sobre o bem-estar individual ou geral—este o objectivo da Economia Politica, que falla ciceronicamente em abono da sua importancia social.

Maxima felicitas—nobre e generosa divisa de J. Bentham, que deve ser a de todos os estadistas, e está implicita nas aspirações economicas.

Com tratar de pão quotidiano, com serem simples as suas formas, não se attenua o seu nobre alcance, a sua elevada importancia.

As formulas da Economia Politica, diz o Sr. M. Chevalier, notaveis por sua extrema simplicidade, estão ao alcance de todas as intelligencias; o que não exclue o grandioso no resultado da applicação dos principios. Trabalhai todos, trabalhai bem, sêde economicos, tratai de cultivar a vossa intelligencia, respeitai a liberdade do trabalho... tudo isto é muito simples; mas, constitue um programma, que parece copiado do bom senso das ruas, e involve a solução de todos os problemas economico-sociaes.

BIBLIOTHECA
FACULDADE DE DIREITO
DO
RECIFE

IX

Sociabilidade e socialismo

O socialismo, batido nas ruas pelas armas, e na liça dos pensadores pelas leis do bom senso, acha-se acastellado nas chancellarias dos governos [1], onde faz de lobo da fabula com o cajado de pastor [2].

Ha sociabilidade e socialismo: alli está a natureza com as suas leis; aqui está o homem com as creações arbitrarias da sua imaginação desvairada.

O radical é o mesmo; um abysmo, porém, separa os dous termos.

Sociabilidade—significa a natureza humana consultada, o homem reconhecido como essencialmente social, mas sem deixar de ser meio e fim para si proprio, sem absorpção de sua perso-

[1] Não risco o que escrevi, embora o chanceller e o vice chanceller do imperio allemão, com as suas investidas anti-socialistas de hoje (Setembro de 1878). No procedimento reaccionario e contraproducente de Bismark, vejo ainda o socialismo, a nenhuma confiança na Liberdade, a negação mesmo das suas leis.

[2] Temos o socialista, que é logico no erro; e o conservador liberal ou o liberal-conservador, que é o socialista a meio caminho, ou o socialista illogico; antes tem tido a palavra nos governos. O liberal puro, o logico da verdade, esse é que ainda não governou em parte alguma. G. Molinari o demonstra nos seus *Serões*, verdadeiro cathecismo das doutrinas liberaes.

nalidade, na communhão, sem que se lhe apague o signo da Liberdade.

Socialismo—é o predominio absoluto do principio da communhão [1], é a individualidade immergida n'esta, é a eliminação da familia, é a aspiração louca a uma igualdade contra a natureza, é o renascimento da antiga adoração paganica do Deus-Estado, debaixo de novas e mais seductoras formas.

Em resumo: o socialismo é o homem para a sociedade, a sociabilidade é a sociedade para o homem.

Os nossos vindouros desattentos, aquelles que não souberem aprofundar as cousas, hão de pasmar que tenha feito bulha, no seculo XIX, o acervo de incoherencias que constitue o socialismo; mas, os philosophos d'então melhor saberão explicar, do que os de hoje (porque verão do alto e de longe) o attractivo de taes doutrinas, pela aversão que inspiravam os restos de privilegios, que ainda imperam, e como um justo castigo das aberrações contra a Liberdade: um abysmo chamando outro abysmo.

E porque ainda vaga o phantasma do socialismo?—Porque os governos têm querido impor a medicina do silencio, porque (com excepção do glorioso Washington) nenhum estadista ha governado com plena fé na divina therapeutica da Liberdade. Não se tivesse levantado a cruzada

[1] Levo d'involta o communismo, embora as profissões de respeito á propriedade por certos bandos socialistas. O socialista assim é apenas o communista illogico, como bem diz Thiers, na sua *Propriedade.*

governativa da compressão, ficasse franca para elle, como para todas as doutrinas, a liça da discussão, não lhe déssem a força moral do martyrio, e ter-se-hia em breve desvanecido o seu prestigio.

Em 1872 ou 1873 um socialista allemão, condemnado á prisão em uma fortaleza por crime de injurias ao imperador, foi reeleito deputado ao parlamento prussiano; o governo tomou-se de tal susto, que activou o estudo das medidas contra o socialismo, o que aliás havia feito objecto de uma conferencia entre os representantes da Prussia e Austria.

Pelo mesmo tempo a *Gazette de France* foi condemnada á prisão, multa e custas, na pessoa do seu gerente, pela inserção de uma circular da Internacional ás federações e sociedades filiaes.

Dizem que a força não prevalece contra a verdade; e poder-se-hia accrescentar, pensa Molinari [1], que a força é ainda menos efficaz contra o erro. A verdade apparece pouco a pouco, e só impressiona de prompto os espiritos bem formados: o erro é mais accessivel á multidão, proporciona-se mais á capacidade geral dos espiritos nas sciencias moraes, como nas physicas fere mais os sentidos.

Remedio, a Liberdade.

Desgraça aos governos meio socialistas! Penso com o Sr. M. Chevalier [2], que muito ha a esperar, para a riqueza publica, da cooperação dos governos; mas, sinto logo necessidade d'ac-

[1] *Movim soc.*

[2] *Lic. de abertura no Colleg. de Fr.*

crescentar, que essa cooperação só será efficaz, não sahindo elles da sua esphera, respeitando a Liberdade, a autonomia individual, expressões correlativas da ordem, da prosperidade social. Mal comprehendo, que o mesmo Sr. Chevalier como que tivesse pedido licença para dizer, que a cooperação dos povos no desenvolvimento da riqueza publica é ainda mais indispensavel do que a dos governos; pois isto não pode ser ponto da mais leve hesitação para um verdadeiro economista [1]. Os governos não são entidades magicas, que possam viver que não para o povo e pelo povo, e o mais que podem os despotas é fabricar moeda falsa: o proprio Sr. Chevalier pintanos magistralmente os reis moedeiros falsos, quando a realeza usurpava as riquezas dos povos.

Quando o prussiano sitiava a heroica Paris, e uma população fremente de patriotica indignação procurava, armando-se e fallando, repudiar o triste legado de um abominavel imperialismo de dezoito annos, registrou-se muito dislate socialista, muito remedio peior que o mal... Tudo se fazia e se dizia na heroica cidade, sem cogitar-se do *como*, nem do *porque*; mais de um lampejo sublime, porém, d'esses que sempre irrompem dos embates de um povo agitado, luzia como que para

[1] Depois de escriptas estas linhas, tive occasião de ler, no *Journ. des Econ.* de Janeiro de 1875, um trabalho do mesmo autor, sobre *Os meios do Estado para refazer suas finanças*. Na liberdade resumiu tudo o Sr. Chevalier; e ninguem poderá fazer melhor demonstração, de que só do povo e pelo povo resulta a felicidade das nações. O cesarismo, que tambem quer throno erguido no mundo economico, tem altiloquo protesto no supradito trabalho.

attestar á posteridade, que o coração da França nunca deixou de bater a pancada civilisação. Um orador do club, cujo nome nem ficou registrado, perorou com a seguinte sentença, cuja execução seria a felicidade do mundo politico, bem como do mundo economico:—« Só fazemos ao governo uma supplica, a mesma de Diogenes a Alexandre: *sahe te do meu sol!* »

Sim, que os governos vivam sem tirar o sol aos individuos, eis todo o segredo da Liberdade.

Mas, o socialismo, porque ha governos chamados *livres* fazendo meia sombra, quer elle curar o mal fazendo sombra inteira. A verdade está commosco, economistas liberaes, que não tiramos o sol a ninguem.

Diz o Sr. Passy, em carta á Sociedade d'Economia Politica, de Paris:—Enrubeço quando vejo analphabetos; mas, não me envergonho só, tremo, quando vejo letrados suppondo o mundo uma maquina, que se pode montar e remontar á vontade, e applicando a todas as queixas, legitimas ou imaginarias, o remedio da força!

E' que o socialismo não passa de absolutismo em Economia Politica.

O Sr. J. Simon divide o absolutismo em tradicional, revolucionario e empirico [1]: todos exagerando a autoridade, não levando em conta a individualidade, a Liberdade.

O tradicional funda a autoridade sobre a tradição; o revolucionario, sobre a absoluta sobe-

[1] *La Liberté*, tom. 1.º

rania do povo; e o empirico, sobre as necessidades sociaes: mas, nas consequencias praticas o attentado é um só.

O poder forte do absolutismo tradicional reputa-se encarregado de fazer a felicidade do povo; e, porque não ha felicidade sem virtude, ei-lo sacerdote universal, Providencia visivel: convento e quartel, eis o idéal.

O revolucionario levanta bandeira contra o privilegio, reputa o do dinheiro peior que o das castas, sonha uma abastança universal, e vem no fim a erupção do Vesuvio popular.

D'uma e d'outra parte umas abstracções de direitos sociaes, que levam á absorpção do individuo: os dous absolutismos são identicos na ultima consequencia. Um rei ou demagogos, diz o Sr. J. Simon, castas ou clubs, privilegios ou desordens, o communismo do rei ou do povo.

O empirico, affectando ares de um virtuoso meio termo, ameaça ainda mais a Liberdade, por isso mesmo que é mais arteiro.

Vai entrando em moda não se discutirem principios em materia de governo; no entanto, como bem diz o publicista citado, nenhuma discussão pode ser definitiva sem os principios fundamentaes e as suas deducções logicas: no moral e social é como na chimica, onde se estudam os simples, embora só existam sob a forma de compostos.

Os factos só por si nada resolvem com segurança. Os que exageram o poder do Estado, resolvem tudo pela prevenção, tudo fiam da acção

collectiva; os que exageram o elemento individual, paralysam o poder publico.

Para os adversarios da iniciativa individual, o Estado é tudo: com Henrique IV planta amoreiras, funda fabricas de seda e panno, adianta a agricultura, abre o canal de Briare; com Luiz XIV faz magnificas estradas, abre portos, constrúe arsenaes, junta dous mares pelo canal do Meiodia; com Luiz XVI, já estragadas as finanças, já desabando o poder do rei, conquista o porto de Cherbourgo, etc.

Os factos, porém, fallam todas as lingoas (continua o Sr. J. Simon), e a resposta não é difficil. Si por um longo periodo da historia de França só o Estado faz o bem, é que por elle foi tudo reduzido á inacção.

Na Hollanda e na Inglaterra fazia-se fiança na actividade individual, e o progresso foi maior do que em França.

Logo, a experiencia é pelo individuo: *vê-se* a actividade, que o Estado desenvolve em materia de escolas, de estradas, em tudo; mas, *não se vê* a suppressão de actividade, de que realmente é elle a causa unica.

E pois, não é simplesmente pela historia e estudo dos factos politicos, que se deve resolver a questão; e sim pelo que é de direito, pelo que é natural. Si a Liberdade é um direito do individuo, nada pode legitimar a autocracia, qualquer que seja.

No antigo regimen os parlamentos condemnavam doutrinas economicas, e até historicas. O rei vendia aos subditos a licença para trabalhar,

punha em leilão o monopolio, regulava idade de aprendizes, hora e logar do trabalho, taxa das transacções; o confisco abundava nos codigos, e o direito de lançar tributos acabou exclusivo do rei. O povo (refere o duque de St. Simon) gemia ao peso dos impostos, e Luiz XIV bateu mais um, pelo que sentiu remorsos, e foi aos pés do confessor:—«Elle consolou-me (dizia o rei), demonstrando-me que os bens dos meus subditos são meus, e é presente que lhes faço, tudo quanto não lhes tomo pelo imposto».

Era tudo assim: nem familia, nem propriedade, nem pensamento!

A Revolução está mais perto, impressiona mais, e os inimigos da Liberdade não se cançam de cita-la; mas, do reinado de Luiz XV, das favoritas, das torturtas, da Bastilha, etc., de tudo isso parecem de todo esquecidos.

A Historia ha de ir pondo as cousas em seu logar.

São irmãos os absolutismos, e o socialismo é absolutista: quer passar a esponja no individuo e na familia, crê no collectivismo, erige-se em Providencia, não leva em conta as leis naturaes.

A Allemanha possue uma seita de sentimentalistas, a que o Sr. M. Black dá o nome de economistas, e eu sem escrupulo darei o de socialistas: é que tambem por lá chegaram os echos [1]...

[1] Não ha muito, o Sr. de Bismark vociferou pela excellencia da Força sobre o Direito, estafando-se depois em explicações, e agora apresenta-se tomado de um terror senil pelo phantasma socialista. E' que tambem ha más fadas germanicas... Penso que foi com os olhos em seu paiz, que o patriota e poeta

Os sentimentalistas offerecem luta aos que elles chamam de racionalistas: os economistas da escola do *laissez-faire* (que anachronicamente denominam escola de Manchester) são por elles tratados como fósseis, que passaram o seu tempo.

E porque? Nós, os racionalistas (como elles nos chamam), conhecemos que ha leis economicas, assim como ha leis physicas; e não negando os soffrimentos que vemos, votamos o auxilio *social*, mas sem prejuizo das leis economicas, da natureza das cousas; no entanto que elles fazem-se Providencia de segunda mão, e querem mudar a ordem natural.

Corrigir a obra de Deus, é a divisa de toda a seita socialista.

Goethe, fallando do *Neveu de Rameau*, de Diderot, proferiu as seguintes verdades:—"Ha neste mundo tão poucas vozes e tantos *echos*, que as accusações banaes, constantemente repetidas, afinal ganham consistencia. Aquelles que, por esclarecidos, não deveriam ser victimas, acabam deixando-se dominar pelo prejuizo geral: repetem, á força de ouvirem repetir: as fallas dos nescios passam para a bocca dos homens d'espirito."

BIBLIOTHECA
DA
FACULDADE DE DIREITO
DO
RECIFE

A Internacional

E' uma das formas do Protheo socialista a Internacional; e a sua influencia de actualidade reclama paragrapho á parte. Os trabalhos documentados dos Srs. Anat Dunoyer e J. Lefort [1] servir-me-hão de guia, no resumo que passo a dar.

O que pretende a Internacional consta, capituladamente, do programma da *Alliança da democracia socialista*, em *Genebra*, declarada internacional pelo conselho geral de Londres em 1869.

1.° A Alliança se declara athéa: quer a abolição dos cultos, a substituição da Fé pela Sciencia, da justiça divina pela justiça humana, e a abolição do casamento como instituição religiosa, politica, juridica e civil.

2.° Quer, antes de tudo, a abolição plena e definitiva das classes, a equalisação politica, economica e social dos individuos; e para isto pede em primeiro logar a abolição do direito de herança, afim de que no futuro o gozo seja igual á producção de cadaum; e tambem, conforme a decisão tomada pelo ultimo congresso dos opera-

[1] *Journ. des Econ.*, Junho 1871 e Ab. 1872.

rios em Bruxellas, afim de que a terra, os instrumentos de trabalho e qualquer outro capital, *tornando se de propriedade collectiva da sociedade inteira*, sejam de uso sómente dos trabalhadores, isto é, das associações agricolas e industriaes.

3.° Quer para os meninos dos dous sexos, desde o seu nascimento, a igualdade dos meios de desenvolvimento, isto é, de mantença, educação e instrucção scientifica e artistica, em todos os gráos: convicta de que esta igualdade, primeiro simplesmente economica e social, irá produzindo progressivamente uma igualdade natural dos individuos, eliminando todas as desigualdades pacticias, productos historicos de uma organisação, que tem tanto de falsa quanto de iniqua.

4.° Inimiga de todo o despotismo, não reconhecendo forma politica sinão a republicana, e rejeitando absolutamente qualquer alliança reaccionaria, repelle tambem toda a acção politica não tendo por fim immediato a victoria da causa dos trabalhadores contra o capital.

5.° Reconhece que todos os Estados politicos e autoritarios ora existentes, reduzindo-se mais e mais ás simples funcções administrativas dos serviços publicos em seus respectivos paizes, deverão desapparecer na união universal das livres Associações, agricolas e industriaes.

6.° Não podendo a questão social encontrar a sua *solução definitiva*, sem a base da solidariedade universal e internacional dos trabalhadores de todos os paizes, a Alliança repelle toda a politica

fundada sobre o chamado patriotismo e a rivalidade das nações.

7.° Finalmente, quer a associação universal de todas as associações locaes.

E' um acervo de absurdos! E' o desconhecimento completo da natureza do homem e da sociedade!

Uma guerra de classes, e uma terrivel ameaça contra a liberdade de todo o mundo! Foi o producto das commissões operarias da exposição universal de Londres em 1862, favoneadas por Napoleão III, que não passava de um socialista coroado [1]!

O remedio para tão grande mal, diz o Sr. J. Lefort, está na abundante propagação das luzes, na penetração das verdades economicas em todas as camadas da população: não ha outras armas [2].

Concluindo sobre os multiplos desvarios do socialismo, sinto necessidade de protestar a minha fé no progresso, nos prodigios immensos a esperar da Liberdade, da lei natural de fraternidade.

Veja-se Domat e Cicero, o christão e o pagão sobre a natureza da Sociedade e o principio do Direito: não descançar á sombra da mancenilheira do passado: não crer jámais, nem que tudo está feito, nem que tudo está por fazer.

A palmigenesia de Ballanche, não a quero; e

[1] Veja-se DUFAU—*Misère sociale.*

[2] Sobre a Internacional, veja-se o livro do Sr. J. J. Rodrigues de Freitas, *A Revolução Social:* é uma optima exposição e refutação das doutrinas da tremenda associação.

as cathegorias historicas de Hegel, acceito-as apenas como termos ou symbolos, que explicam peculiaridades de certas epocas, que não são como taboas de Sinai, que devam reger sempre.

No mundo economico, em especial, ainda menos cabe a theoria de Ballanche: no vaivem das evoluções economicas, si a doutrina volta, é modificada; si torna o facto, é com outro aspecto, porque o mundo andou e andará sempre. Por igual, as cathegorias hegelianas são apenas salutares avisos do passado ao futuro: é assim que comprehendo a historia na dignidade *magistra*.

O medo da utopia não me arranca dos braços o idéal. Ha, diz o Sr. Caro, uma grave distincção a fazer entre o idéal e a utopia: o idéal é uma verdade theorica, que afere soberanamente a realidade, mesmo quando não se pode impor em seu logar; a utopia tem tanto de falsa na theoria, quanto de inapplicavel na pratica.

E ousarei accrescentar, que ao idéal deve tudo a humanidade. Dizendo Jesus—*sêde perfeitos como o Pai celeste*, proferiu uma formula idéalista, que, entendida ao pé da lettra, daria de frente em rasa utopia. Talvez seja ainda por muitos seculos um puro idéal a paz perpetua; mas, estadistas e moralistas, que fazem e dizem como si o idéal fosse realidade para breve, que desde hoje carregam a pedra, honram-se e honram a humanidade.

BIBLIOTHECA
FACULDADE DE DIREITO

XI

Passado e Presente

Uma confrontação entre o passado e o presente social demonstra o progresso, refuta implicitamente as doutrinas socialistas. Farei em largos traços a confrontação [1].

Em seguida aos acontecimentos de que a Europa ha sido theatro n'este ultimo quarto de seculo (acontecimentos que podem parecer um regresso, si bem que estejam longe de sê-lo) vimos despertar ou fortalecer-se a doutrina dos que pensam ser destino do mundo agitar-se em um circulo de ferro, passando e repassando pelas mesmas phases de florescencia ou decadencia, sem progresso real e definitivo.

O futuro do mundo não pode ser a reproducção do seu passado: antes o idealismo esperando demais, do que o realismo assim desesperado e desesperador.

Para que fosse fundado o systema historico-realista, para pretender-se que a historia sempre nos offerece o mesmo quadro, fôra preciso provar, que com effeito nada se mudou no estado social, de seculos para cá, o que é impossivel.

[1] Veja-se Jacquinet—*O passado e o presente*. Resumindo, vou accommodando ás minhas as idéas do autor.

Na antiguidade a escravidão, mesmo em Roma e Grecia: o trabalho, cousa aviltante: as leis de Lycurgo, sem fazerem cabedal da industria e do commercio: os cidadãos romanos (lê-se em Montesquieu) olhando commercio e artes como occupações de escravos.

Na idade média, honras só as tinham o officio das armas e o estado religioso: o artista e o mercador não exerciam influencia social. Veneza, Genova, Londres, Flandres, excepções como foi Carthago na antiguidade.

Escravidão, servidão da gleba, privilegios. Só nos fins do seculo XVIII, particularmente em França, o principio da igualdade perante a lei tentou de véras levar de rojo o privilegio: a emancipação dos escravos na União Americana, e de cincoenta milhões de servos na Russia, garantem que estamos em principio do fim, e constituem um aspecto humanitario, que não tem correspondente no passado.

No estado politico, propriamente dito, não é tão accentuada a modificação, mas é real. Chefes que sejam senhores absolutos e deuses para os povos, como os monarchas asiaticos e os cesares romanos, são cousas hoje impossiveis: mesmo nos estados menos livres ha instituições, que garantem a justiça aos governados, e até certo ponto obstam o arbitrio dos governantes.

Na idade média teve a Europa os senhores feudaes, com as liberdades communaes, que deixaram-se absorver pelos reis do direito divino: hoje não se pode fallar sériamente em direito di-

vino [1]; e mesmo onde fosse elle admittido em theoria, forçosamente seria modificado pelos costumes e idéas actuaes: accrescendo que a moderação reciproca e constante dos principios de Autoridade e Liberdade é a caracteristica dos governos modernos.

O regimen da força vai perdendo muito terreno nas relações entre os Estados.

A gloria no passado era devastar o mundo: Grecia e Roma tinham por principal objectivo a guerra, sendo a gloria das armas a primeira para o cidadão: nos livros dos poetas e historiadores antigos á guerra pertencia o logar de honra.

Nas sociedades modernas o mal existe; mas, a sua intensidade é muito menor.

A invasão dos barbaros, a dissolução do imperio romano, a fundação dos Estados modernos sobre as suas ruinas, tudo isto se fez pela força das armas. A feudalidade foi um regimen militar: o frade e o soldado. A monarchia absoluta herdou este poder, e foi meio fradesco e meio militar; e na Europa os seculos XV a XVIII assignalaram-se por uma série quasi ininterrupta de guerras, de successão, de religião, de conquista, de preponderancia: Francisco I, Henrique VIII, Carlos V, Philippe II, Luiz XIV, Carlos VII, Pedro-Grande, Catharina II, foram os protogo-

[1] E são padres catholicos, os escriptores que mais procuram guardar o serio, não comprehendendo que o direito divino é um traço do paganismo, como bem diz Esquiros. A idolatria, inseparavel da escravidão, levou o homem á adoração de outro homem, depois de haver divinisado as obras de suas proprias mãos.

nistas. A desgraçada politica do segundo imperio francez, e a ambição da Allemanha, não poderão fazer que a Europa volte ao passado, pois o espirito publico por toda parte é pela paz.

No estado economico o traço é vivissimo.

O vapor e suas applicações á navegação, as estradas de ferro, os telegraphos, são descobertas modernas, quasi eliminadoras do grande obstaculo da distancia, e que deram novo aspecto á vida.

Os antigos fiavam e teciam á mão; e hoje as maquinas arrojam aos mercados montões de productos, de preço ao alcance dos mais pobres: o operario actual é um homem rico á vista do proletario de outro tempo.

Entre a vida moderna e a das civilisações antigas ha um abysmo. Antigamente, nas cidades, *panem et circenses*; nos campos escravos. Roma e a Italia, depois Bysancio, por satisfação a uma vida luxuosa e prodiga, empobreceram o resto do mundo, recebendo tributos de Asia e Africa. Hoje o fundamento de tudo é o trabalho de cadaum: o solo já não é entregue a escravos, e muito mais do que estes hão feito os homens livres: menos fomes e consequentes epidemias; mais zelo e sciencia nas administrações; mais dignidade e justiça nas relações reciprocas de individuos e povos. E accresce o credito publico, este laço novo entre as nações, este poder maravilhoso a serviço do commercio, da industria, dos trabalhos publicos.

Quanto ao progresso intellectual, é de evidencia.

Nas sciencias moraes e especulativas não se negam á antiguidade pensadores e philosophos: não se negam os Pythagoras, Archimedes e Euclides, descobridores da mór parte das verdades fundamentaes que os modernos apenas têm desenvolvido; mas, a confrontação é toda a favor das novas idades no que depende dos elementos e accidentes do tempo, da accumulação de trabalhos e cogitações.

Basta notar, quanto ás sciencias physicas e naturaes, que os antigos apenas conheciam uma pequena parte do globo, cuja fórma ignoravam; e em resumo de tudo, não lhes tocou a imprensa, novo *fiat lux* intellectual e moral, pairando acima de tudo o Christianismo, fecundo gerador dos grandes principios das sociedades modernas.

Terá a nossa época voltado ao paganismo, ao militarismo, em consequencia da phase industrial que atravessamos? A affirmativa só na bocca do jesuita, cujos factos desmentem as palavras, pois que é elle acabada encarnação do peior dos materialismos, o theocratico [1].

Não estaquemos em nossos hymnos de triumpho, e saibamos rir das ridiculas pretenções dos modernos publicanos e phariseus. O gigante

[1] E creia-se no jesuita, que prohibe a leitura da Biblia, livro iniciador das realidades christãs, livro para ser lido por todos junto aos muros do templo. Veja-se GAUME, *As tres Romas*. Os doutores ultramontanos são mais nocivos ao Christianismo do que os hereges e incredulos: devastam dentro do recinto, com facilidades que não têm os inimigos declarados. Os ultramontanos com as côres do Evangelho são como os Troyanos com as armas dos Gregos: astucias, por alcançar triumpho mais completo. Veja-se P. ROCHELLE, *L'Ultramontanisme devoilé*.

do Progresso, o Micromegas de Voltaire, ha de tomar na palma da mão essa poeira de inquisição, de *vade in pace*, de cavalletes e carceres de ferro e fogo, e ha de sopra-la para as escuras regiões de um ominoso passado: restará o Christo com o seu Evangelho; e tambem a Igreja, como a fez o inspirado bom senso dos Apostolos, e não como a querem uns inspirados ridiculos que vão passando á face da humanidade [1].

Si na familia já não vemos um certo espirito simples e patriarchal, tambem a humanidade não foi feita para apascentar, ou apanhar maná atravessando os desertos da vida. E aliás, quanto haveria a dizer da familia no povo de Moysés, sem sahir da lettra dos proprios livros sagrados?

Diz-nos a historia o que havemos ganho, em vida publica e particular. A opinião hoje tem grande imperio; o adulterio, v. g., já não poderia cynicamente ostentar-se nos thronos; a astucia e a publica má fé não mais terão as honras do systema.

Nas classes populares ha mais probidade, mais principios d'honra: si temos crimes e criminosos que fazem voltar a cara, veja-se o passado: roubos e depredações publicas, habitos brutaes do povo, barbaria de processos e penas.

Pode-se dizer, que hoje reina a justiça, ao menos comparativamente ás passadas éras; e a

[1] N'este capitulo, e particularmente n'este periodo, acharam alguns collegas do magisterio motivo ponderoso, para ser mandado o livro ao fogo, pela mão do carrasco... Cabe aqui apenas a menção do facto.

liberdade d'imprensa (liberdade maxima, que por isto tanto irrita o obscurantista espirito theocrata) é uma policia vigilante, que muito previne, por meatos multiplicados.

Em summa, temos uma sociedade mais esclarecida e mais trabalhadora, o que importa dizer que a temos mais espiritualista, e mais moralisada.

Estudar o passado, para ageitar o presente, por bem do futuro, é a tarefa do economista philosopho.

BIBLIOTHECA
DA
FACULDADE DE DIREITO
DO
RECIFE

XII

LIBERDADE

(Fragmentos de discurso academico [1]*)*

. . . . . .

Roteando o campo da sciencia, estudando o homem no immenso feixe das manifestações de sua actividade, uma preoccupação me domina soberanamente: nada está definitivamente assentado e acabado, quando na base e na cupula de todos os edificios não se acha o signete da Liberdade.

N'este presupposto, é de primordial interesse para os que me ouvem, o ficar bem determinado como entendo a Liberdade em geral, e em particular, na actividade economica.

Melhor do que nenhum outro, em meu fraco entender, um escriptor-mestre procurou fixar a noção da palavra. Refiro-me a C. Dunoyer, cuja exposição irei seguindo, salvo reservas e modificações que por brevidade não farei salientes [2].

[1] O Sr. Littré, na introducção aos seus *Estudos sobre os Barbaros*, disse que eram elles um semi-livro, isto é, uma obra sem o encadeamento, a deducção, a continuidade, mas ainda assim regida por um pensamento unico. Fique entendendo o leitor: si alguma honra me fosse licito pretender para estes meus *Estudos*, as minhas ambições não iriam além de quarto de livro.

[2] Veja-se *Liberdade do Trabalho*, liv. 1º.

Ao primeiro lance d'olhos sobre o homem, vemos—necessidades, e faculdades para satisfaze-las.

Pelo seu lado material e sensivel, temos—necessidade de alimento, abrigo e vestuario; e para satisfaze-las—instinctos, intelligencia, vontade e orgãos.

Muito se ha disputado sobre o móvel das faculdades do homem: si está n'elle ou fóra d'elle; na sua ou fóra da sua independencia; si elle attende, compara, julga, deseja, delibera, porque quer e como quer, ou si as faculdades agem sem elle e mau grado seu, por influencia de causas que não pode dominar; finalmente, si tambem independe da sua vontade o resultado de seu trabalho.

Certos philosophos têm sustentado, que o homem é senhor da acção em si e dos resultados; ascendente ou dominação a que deram o nome de livre arbitrio ou liberdade moral. Outros negam tal dominação, sustentando que do exterior vem o primeiro impulso, e que todos os movimentos do homem, todas as suas funcções e actos, são consequencias naturaes e necessarias d'esse impulso exterior.

Podemos deixar á margem o debate. Ou tenha ou não tenha o homem em si mesmo o primeiro móvel da sua actividade, incontestavel é, que nem sempre age com o mesmo desembaraço: enfermidades, inexperiencia, vicios, disposições á violencia e á injustiça, eis outros tantos obstaculos.

Por outra parte, é tambem incontestavel,

que pode isentar-se d'essas causas de fraqueza e servidão; e á maneira que o vai conseguindo, vai entrando na posse de um certo poder, de uma certa facilidade d'acção, de que antes não dispunha: assim como, por igual, que o esquecimento, saber adquirido, a volta dos vicios e enfermidades, importam para o homem a perda do poder adquirido, fazendo-o tornar a impotencia de que gradualmente se redimira.

Nesta conformidade, pode-se dizer que Liberdade é—o poder que o homem adquire de usar mais e mais facilmente de suas forças, á maneira que *remove* os *obstaculos* ao seu exercicio: mais ou menos livre é o homem, segundo a maior ou menor somma de obstaculos removidos.

Nem é isto usar da palavra Liberdade fóra de sua accepção ordinaria, antes é emprega-la no seu sentido mais usual e familiar. Veja-se os escriptores francezes (e o mesmo podemos dizer dos portuguezes) que mais se esmeraram na clareza e precisão dos termos. Locke, Condillac, Tracy; consulte-se o diccionario da Academia Franceza, verificar-se-ha, que Liberdade em sua accepção commum é—o *poder* que adquirimos de usar mais e mais das nossas faculdades, á proporção que removemos os obstaculos de qualquer natureza, seja em nós ou fóra de nós a origem d'estes, provenham das nossas proprias enfermidades e fraquezas ou da injustiça dos outros homens.

Diz-se que um homem tem *liberdade* d'espirito, não só quando a sua intelligencia não é perturbada por nenhuma violencia exterior, si-

não tambem quando não é obscurecida pela mebriaguez, ou atrophiada por falta de cultura e exercicio; que tem a lingoa e as mãos *livres*, não só quando ninguem lhe tem posto açaimo ou ferros, sinão tambem quando esses membros não estão paralysados ou atacados de agitações convulsivas, etc.

« A palavra Liberdade (diz Dunoyer) corresponde em meo pensamento á idéa de poder; e o phenomeno, que com ella quero designar, é o poder sempre crescente de agir, á maneira que vamos desembaraçando as nossas faculdades dos obstaculos ao seu exercicio. »

Varias são as causas geraes d'estes obstaculos.

Em primeiro logar as leis de organisação, que não consentem ao homem transpor uma determinada esphera de actividade. Ao passo que, em certo sentido, pode elle desenvolver-se quasi *in infinitum*; debaixo de outra relação toca logo aos primeiros passos, pode-se dizer, as raias do possivel. Para o homem é impossivel absoluto, quanto involve contradicção á sua natureza: não está em seu poder, por exemplo, isentar-se das leis geraes do peso, respirar onde não haja ar, ver na ausencia de toda a luz. Aqui é insania procurar Liberdade, pois o obstaculo é invencivel.

Depois, não ha Liberdade *absoluta*: o poder é sempre relativo. Todo o ser creado é subordinado a leis, e ha de agir em limites prefixos e precisos. A expressão *livre como o ar*, de que algumas vezes nos servimos como que para de-

signar uma liberdade sem limites, involve em si uma liberdade limitadissima: a atmosphera presa radicalmente á terra, os ventos sujeitos a leis indeclinaveis, e pois o ar não é indefinidamente livre, como não o é nenhum corpo material, nenhum ser animado, nem mesmo o proprio homem. Este, como todos os animaes e forças da natureza, é apenas susceptivel de uma certa especie de força, e até uma certa intensidade de acção. E ainda, na propria esphera franca á sua acção, pode o homem ser obstado, de um lado pela ignorancia e inexperiencia que paralysam todas as suas faculdades, e de outro pela paixão que as activa desordenadamente, excitando-o a usar d'ellas de um modo prejudicial a si ou aos outros, e assim enfraquecendo-as ou paralysando-as.

Conseguintemente, o homem, por leis insuperaveis de sua propria natureza, não pode usar de suas forças sem obstaculo ou com Liberdade, sinão no seu circulo *natural*; e mesmo ahi é preciso: 1.° que as tenha desenvolvido; 2.° que tenha aprendido a usar d'ellas sem fazer mal a si; 3.° que regule o seu uso por modo a não prejudicar os outros.

E' claro, que ninguem pode ter a liberdade de servir-se d'uma faculdade, cujo uso não aprendeu: por exemplo, ninguem jámais poz as mãos em um piano pela primeira vez, dedilhando uma melodia. Os nossos orgãos, antes de educados, são como si não existissem, pois d'elles não podemos usar. Aprendemos o que não sabemos, é verdade, mas, só fazemos, depois de ter apren-

dido: a ignorancia importa obstaculo invencivel em uma occasião dada, equiparavel ao do mais violento despotismo.

E' claro, que, usando das nossas faculdades em prejuizo nosso, por este facto diminuimos o nosso poder de usar d'ellas: si até um certo ponto podemos praticar actos, que nos sejam prejudiciaes, em nossas mãos não está, que com isto não seja prejudicada a nossa liberdade. E' d'experiencia universal, que tudo quanto corrompe, enerva, ou embrutece as nossas faculdades, tiranos o seu livre uso: seria a mais contradictoria das pretenções—abusar das faculdades e conserva-las integras, dar-se ao vicio sem arruinar a saúde, malbaratar as forças e não mingoa-las.

Finalmente, até um certo ponto é claro, que temos o poder de praticar o crime; mas, não podemos faze-lo sem mingoa da nossa actividade.

Usar das faculdades para fazer o mal, é *ipso facto* comprometter o seu uso; de alguma sorte attentar contra a vida de outrem é suicidar-se; assaltar a fortuna alheia é comprometter a propria. Com effeito, não é de todo impossivel, que alguns criminosos escapem ás consequencias de seus feitos; mas, tambem aqui as excepções confirmam a regra. Resultado necessario da injustiça e da violencia é ficar exposto o injusto e o violento a odios e represalias, que necessariamente lhe hão de tirar a liberdade.

Dizia Sully a Henrique IV:—« Si quereis sujeitar pela força d'armas a maioria dos nossos subditos, haveis de atravessar um milheiro de difficuldades, fadigas, desgostos, perigos e tra-

balhos: sempre o assento na sella, a couraça ás costas, capacete, pistola em punho, espada á cinta ».

Já era banalidade na bocca de Bonaparte, que tudo se podia fazer com um forte exercito: —«Irei á Madrid, irei á Veneza: com um exercito de quinhentos mil homens, vai-se onde se quer ». Com effeito, ficou provado, que com um tal exercito pode-se ir morrer, captivo e abandonado, sobre um rochedo no meio do Atlantico.

O mais poderoso despota jámais poderia ter poder bastante de permanecer sempre poderoso; e o que se diz do individuo, deve-se dizer das maiores reuniões de individuos.

Tem-se visto partidos e povos buscando a Liberdade na dominação; mas, toda a dominação tem redundado mais cedo ou mais tarde em ruina definitiva, através de agitações e desgraças provisorias.

Disse Joubert, um homem de espirito e bom senso:—«O que vem da guerra irá pela guerra, o que se toma será tomado, todos os vencedores serão vencidos, e toda a cidade enriquecida pelo saque será saqueada ».

Segundo Hobbes, pode o homem no estado de natureza fazer o que quizer. Não se nega, que em qualquer estado tenha o homem o poder physico de commetter um certo numero de violencias; mas, não ha estado algum, em que se possa impunemente ser injusto e máu. Não será verdade, em todos os tempos, que a injuria provoca o odio, que o assassinato expõe a vida do assassino?

E pois, o que quer dizer—que o homem no

estado natural pode fazer o que quizer? Em qualquer estado é forçoso, para não soffrer injurias, não faze-las. Nas primeiras idades é cada qual obrigado a exercer mais violencias; mas, tambem cadaum soffre maior numero d'ellas. Naturalmente a resistencia se proporciona ao ataque, e a reacção mede-se pela acção; razão porque a especie humana se mantem, pois só o que resiste permanece.

Si para ser livre é preciso abster-se da pratica do mal, por igual é preciso não soffre-lo: é pela energia da repulsa, que todos se interessam em não commetter o mal, pois quando ha submissão á injustiça, com certeza será ella commettida.

A fraqueza é o que ha de mais corruptor: tudo soffrer, é dar animo para tudo ousar. Alceste reparte igualmente o seu odio entre os *maleficos* e os *complacentes*; e talvez não devesse ainda ser assim: o mal vem menos, por ventura, da malicia dos injustos, do que da fraqueza dos pusillanimes: estes corrompem os outros, o grande numero deprava o pequeno, submettendo-se facilmente aos seus caprichos. Todos nós precisamos de freio; e tanto mais forte, quanto maior é a força de que dispomos. Si os individuos devem ser contidos pelo poder, este precisa de ser contido pela sociedade; e esta, ao mesmo tempo que deve conter o poder, deve repellir os excessos dos adversarios do poder.

De ordinario faz-se consistir a coragem politica na resistencia ao poder, resistencia meritoria, mas nem sempre a mais necessaria nem a mais difficil. Tempos ha em que as facções devem

ser muito mais vigiadas, e contidas cuidadosamente, do que os governos. Si na acção d'estes ha mais nexo, na d'aquellas ha mais transporte, e quando não reprimidas opportunamente crescelhes o fogo, e a desordem é completa. A tyrannia das facções é muito mais terrivel; razão porque é muito mais rara e recommendavel a força d'alma necessaria para oppor-lhes embargos: as maiores glorias da França (lembro que falla Dunoyer) foram adquiridas nas lutas contra as facções, e veja-se L'Hôpital, Molé, Achille de Harlay etc. [1].

Vêde agora os tempos de degradação e falsa coragem, em que a opposição é habito ou mania, que acaba por ser inoffensiva, em que se reputa papel glorioso dar a mão a paixões violentas contra um governo justo, cuja moderação é tomada por fraqueza, e dizei si ha nada mais nocivo do que uma tal resistencia.

Não basta, pois, que a sociedade saiba conter e moderar o poder por ella estabelecido; é tambem essencial, que ella seja capaz de reprimir facções que o atacam, que tenha adquirido a sagacidade e tino, o sangue frio e firmeza, necessarios para tão difficil encargo.

A todos deve fornecer a sociedade motivos para bem proceder, fazendo certo o perigo e sof-

[1] Boas doutrinas, não há duvida, menos este final: os heroes da resistencia ao poder fulgem ainda mais, onde quer que se tenha lutado seriamente pela Liberdade; e força é convir, que os casos de resistir justamente ao poder são muito mais frequentes do que os de ampara-lo com uma justa defeza.

frimento do abuso do poder, por modo a impor o cumprimento do dever, tanto aos despotas mais ousados como ás mais desbridadas facções.

Vistas a largo, e pode-se dizer, que a humanidade não tem trahido a sua missão: si o mundo conta uma massa enorme de injustas aggressões, maior é o numero de justas e honrosas resistencias; aliás, teria perecido o genero humano.

Sendo evidente que a violencia e a iniquidade privam o homem do livre uso das suas forças, é consequencia, que a Liberdade está dependente da industria, instrucção e bons habitos para comsigo e o proximo: o homem só faz o que sabe; e para agir com segurança deve respeitar a si e aos outros.

Quanto mais desenvolvidas as faculdades, mais extenso e variado será o seu uso, maior a Liberdade; e reciprocamente.

São cousas de si evidentes. Por mais que pregasse Rousseau a excellencia da *liberdade do selvagem* (expressão anachronica, radicalmente contradictoria), em seu poder não estava alargar o exercicio de faculdades quasi embryonarias.

Si é condição da Liberdade, que no exercicio das faculdades haja abstenção de quanto pode alterar a sua natural energia, a consequencia é interessar a cadaum no cumprimento do dever para comsigo e para com o proximo: conclusão sempre implicita ou explicita nas differentes formas do raciocinio para expor as verdadeiras condições da Liberdade.

Exemplos na Historia: vejam-se os povos

que prosperaram pelas vias pacificas, e os que fizeram estribo na violencia e na conquista; comparem-se as nações guerreiras da antiguidade e as industriaes de hoje, e facil será dizer onde a maior dóse de verdadeira Liberdade.

Conclusão geral: os homens são escravos, porque não desenvolveram as suas faculdades, nem aprenderam a regular o seu uso, e soffrem a oppressão por sua ignorancia e maus costumes.

A verdadeira medida da Liberdade é a civilisação.

.....

.....

Mesmo pelo profundo interesse que desperta, immensa tem sido a diversidade de intelligencias e doutrinas sobre a Liberdade; havendo até quem pensasse, que o seu progresso está na razão inversa da das nossas faculdades. Si hoje está mais ou menos generalisado, que os homens se fazem mais livres fazendo-se mais justos, a attenção ainda não está bastantemente volvida para o lado economico da questão, para os beneficos effeitos, individuaes e collectivos, da instrucção, industria, habitos de parcimonia, riqueza, etc.

Façamos ligeiro exame de algumas das idéas externadas sobre a Liberdade.

Os homens nascem e permanecem livres: disse a Constituinte franceza, abrindo a Declaração dos Direitos do Homem.

Ora, a Liberdade não é uma cousa fixa e

absoluta, como a Declaração dá a entender: é susceptivel de mais e menos, proporciona-se ao gráo de cultura. Demais, não é cousa que se traga do berço rigorosamente fallando: no berço não ha Liberdade, si bem que d'elle date a aptidão para ser livre. Si pois os homens não *nascem* livres, não se pode dizer com propriedade, que *permanecem*, e sim que *se fazem* livres.

A mesma Assembléa definiu Liberdade—*a faculdade de fazer o que não prejudica a outrem.*

Definição incompleta, pelo menos. E' condição essencial, mas não unica, o não prejudicarem-se os homens uns aos outros: não basta o respeito reciproco, é preciso o de si-proprio; não basta ser moralisado, é preciso ser capaz. De todas estas condições, ao mesmo tempo, depende a Liberdade.

J. Bentham criticou severamente esta definição: não é verdade (lê-se na Tatica das Assembléas), que a Liberdade consista na faculdade de fazer o que não prejudica aos outros; e sim—*em fazer-se o que se quer, mal ou bem, razão porque as leis são necessarias para restringi-la aos actos não prejudiciaes.*

E' de pasmar, que para tão judicioso philosopho a Liberdade consista na licença; dizendo que as leis nos fazem menos livres, quando nos impedem de fazer o mal!

Radicalmente inexacta é a proposição de Bentham, e verdadeira a contraria: muito menos livres seriamos, si as leis não nos impedissem as mutuas violencias, pois viveriamos em sobresaltos, ou quasi paralysados.

Em vez de dizer com Bentham, *que só se poderia evitar o damno reciproco entre os homens amputando-se-lhes a Liberdade*, deve-se dizer pelo contrario—que um dos meios mais efficazes de alargar a Liberdade dos homens é impedir que elles se prejudiquem. Dizem alguns:—« No estado de natureza os homens gozam de Liberdade illimitada, ao passo que no social sacrificam uma parte para resguardar o resto. »

Inexactissimo. Não existe de facto um estado de natureza diversa do de sociedade, que aliás é o estado natural do homem. Ou na vida selvagem ou na nómade, ou na agricola e sedentaria, o homem sempre está em sociedade; e todas essas vidas são *naturaes*, é da natureza do homem passar por ellas. Si na variedade dos estados que o homem atravessa para chegar ao seu pleno desenvolvimento, algum merecesse particular denominação de *estado de natureza*, seria o de sociedade aperfeiçoada: no estado selvagem a Liberdade é mais restricta, do que em qualquer outro.

Finalmente, não é verdade que no estado de sociedade aperfeiçoada o homem sacrifique uma parte da sua Liberdade: os sacrificios a fazer, em todos os estados, são da ignorancia e vicios, da violencia e fraquezas, outros tantos obstaculos á Liberdade.

E' *escravisando-se ao bem*, que o homem ganha latitude para agir, adquire toda a Liberdade compativel com a sua natureza.

. . . . . .

. . . . . .

E' facto ordinario o apresentar-se a Liberdade como alguma cousa de antagonico á ordem, á razão, á sabedoria: fallam em Liberdade razoavel, prudente simplesmente dita, ficando esta assim com ares de cousa não bastante razoavel, nem prudente; e accrescentam, que a ordem é cousa mais precisa, á qual deve a Liberdade ser muitas vezes sacrificada.

Ora, uma tal opposição é phantastica. A *prudencia* e a *razão* consistem no uso mais perfeito das nossas faculdades; e este uso depende da razão e da prudencia. Reinará a ordem mais completa, onde todos se abstenham de qualquer injustiça. E' justamente o que exige a Liberdade: que todos se abstenham da violencia e iniquidade. E pois a palavra Liberdade involve ordem, razão, prudencia; e pedir o seu sacrificio em nome da ordem, é ser tão inimigo d'uma como d'outra.

Outro prejuizo semelhante é apresentar a Liberdade como elemento de perturbação, e o despotismo como penhor de paz; erro que está exarado na seguinte sentença, aliás contraria ao referido prejuizo: *Malo periculosam quám quietum servitium.*

E' uma insensatez alliar ao despotismo as idéas de ordem e seguridade, e as de agitação e perigo á Liberdade, que assim ficaria em plano inferior.

Felizmente, a verdade é o contrario: o que perturba o mundo é o despotismo, e a Liberdade é a paz. Onde ha homens querendo opprimir os outros, ha violencia, desordem, causa perenne de desordens; onde ninguem externa pretenções

dominadoras, onde ha Liberdade, ha paz e garantia de paz, a experiencia o diz: os paizes mais livres são os mais pacificos.

Dizem uns, que a Liberdade está abaixo da *segurança*; outros, que da *propriedade*; outros, que da *igualdade*: fazem assim uma distincção, que está mais nas palavras do que nas idéas. Para apreciar devidamente a segurança, a propriedade e a igualdade, é preciso começar pelo maximo apreço á Liberdade, que é sua condição primordial.

Ha segurança, onde ninguem pensa em fazer violencia a outrem: ha propriedade, onde ninguem é obstaculo na livre disposição de sua pessoa, faculdades, e productos d'estas: ha igualdade, não onde todos possuem o mesmo gráo de virtude, capacidade, importancia social, pois que isto é impossivel, e sim onde cadaum tem a importancia que lhe deve caber, ou pode adquirir toda a importancia, de que é legitimamente capaz.

E pois, igualdade, segurança, propriedade, resultam, si não de todas as causas productoras da Liberdade, ao menos d'uma das que mais contribuem para esta—a ausencia de toda a interpresa violenta.

Erro particularmente funesto é—pretender que a Liberdade resulte da vontade dos governos, que cada paiz tem a Liberdade que o seu governo permitte: tomando-se governo por uma entidade distincta da sociedade, como que existente fóra d'ella.

Sociedade e poder publico não se podem se-

parar e distinguir, na accepção propria dos termos. O governo está intrinsecamente na sociedade: é a mesma sociedade em um dos seus principaes modos de acção, a saber—administração da justiça, repressão das violencias, manutenção da ordem; e as fórmas e modos do exercicio d'esta acção dependem essencialmente da vontade da sociedade.

Em todos os tempos o governo ha sido a expressão, mais ou menos exacta, das idéas e costumes politicos predominantes da sociedade que governa, e mesmo, até um certo ponto, da influencia dos paizes visinhos.

Quanto mais imperfeitos esses costumes e idéas, mais imperfeito o governo, e vice-versa: não ha instituição defeituosa, nem acto vicioso do poder, cujas causas não possam ser detalhamente apontadas no estado da sociedade.

Assim, ligando todas as proposições assentadas, em vez de dizer que a Liberdade depende unicamente do conjuncto de individuos e corporações com o nome de governo, a primeira verdade a assentar é—que ella depende dos costumes e idéas predominantes em cada povo. E aliás este modo de dizer, embora mais exacto, não daria ainda idéa completa das fontes da Liberdade. Esta, com effeito, não depende somente da bondade das nossas idéas e costumes *politicos*, e sim tambem de *todas* as nossas idéas e costumes: somos tanto mais livres, quanto maior e melhor uso sabemos fazer das nossas faculdades, debaixo de todas as relações.

Verdade é, que as virtudes e conhecimentos

necessarios a um bom cidadão podem fazer presuppor grande numero de outros conhecimentos e virtudes; e que deve-se crêr, quando um povo tem attingido um certo gráo de cultura para bem proceder politicamente, que elle ha feito progressos consideraveis nas outras partes da civilisação, e a todos os respeitos de ampla Liberdade. Daqui porém, porque a capacidade politica deixa ordinariamente suppor muitas outras, não se deve concluir, que a Liberdade só d'essa capacidade resulta, quando é certo que de todas depende, e vai crescendo com o progresso de todos os nossos meios de acção. Não ha razão para excluir, como condição da Liberdade, o aperfeiçoamento na justiça privada (como na publica), na agricultura, commercio e qualquer outro modo especial de actividade (como na acção governamental). Qualquer dos nossos progressos tem o mesmo resultado: remover algum obstaculo ao exercicio das nossas forças.

Si a Liberdade não se encerra nas virtudes e aptidões politicas, é tambem certo, que os outros aspectos do nosso desenvolvimento não dependem necessariamente do progresso politico. Principiamos a fazer progressos em intelligencia, industria e moral, muito antes de sahirmos politicamente da barbaria. E' verdade, que esta demora é estorvo a esses progressos; mas, diz a experiencia que não os impossibilita de todo, e a prova é que a civilisação tem atravessado uma serie de guerras, violencias e desordens publicas de toda a especie: a capacidade politica é *ordinariamente* a ultima, que um povo adquire; e si

fazem excepção os Estados-Unidos, onde a capacidade politica precedeu as outras, foi isto uma feliz anomalia originada por especiaes circumstancias.

E' indubitavel, que da idéa de Liberdade se não deve excluir a capacidade politica, de todas a mais elevada; n'ella, porém, não se resume tudo.

Para definir com precisão a Liberdade, seria preciso inventariar todos os conhecimentos e virtudes, de que é susceptivel a humanidade.

A Liberdade de cada povo é—a sua capacidade de agir e viver, na medida do seu progresso em todos os ramos da civilisação.

A industria é o grande factor economico. A palavra vem do latim, *industria.* Dizem os etymologistas, que compõe-se de *indu* por *intus*-em, e *struo*-eu construo. Intus-struere-construir em: acção exercida nas cousas para um certo fim.

Assim pois, etymologicamente, a palavra *industria* exprime ao mesmo tempo a idéa de acção exercida com uma certa intelligencia, com determinada direcção a um fim: os Romanos a empregavam para designar a actividade, os cuidados, a applicação no fazer as cousas, e tambem a destreza ou pericia com que se as fazia. No latim *industrius* é o homem activo e habil.

Não suscitando a palavra, em sua accepção primitiva, sinão a idéa d'uma certa habilidade, foi applicada primeiro a todas as acções feitas

com arte ou destreza, fossem boas ou más essas acções, uteis ou nocivas, justas ou immoraes. Dizia-se industria honesta, e deshonesta; industria de um alcaiote ou gatuno, como de um artista ou lavrador. Parece mesmo, que a principio coube de preferencia o nome a acções pouco honestas: *cavalheiros de industria*, ou *da industria*, os que se distinguiam em fraudes e vergonhosas astucias. No entanto, sempre designou tambem o trabalho honesto; sendo que, pelo rigor etymologico, só era applicada ao espirito de invenção e execução, á *industria de achar e fazer*, isto é, ás artes mechanicas.

Para muitos voga ainda esta ultima accepção, e só applicam o nome ás manufacturas, separando estas de todos os outros trabalhos.

Outros comprehendem tudo o que respeita á fabricação, e tambem o commercio de transportes, excluindo sómente a agricultura.

Outros, finalmente, dizem industria agricola, manufactora, commercial; não applicando o termo aos trabalhos scientificos, religiosos, litterarios ou politicos.

Muito poucos estendem a todas as ordens de acção, que naturalmente deve elle abranger.

Por felicidade, é destino das palavras irem mudando com as sciencias que as empregam, e ganhando accepção mais determinada. E' o que acontecerá á palavra industria, á maneira que for progredindo a Economia Social: será um dia applicada a todos os trabalhos uteis, e deixará de sê-lo a qualquer acção malefica, para o que já está vencido muito caminho.

Isto posto, deve-se entender por estado industrial: não aquelle, em que possam figurar as artes perniciosas, infelizmente mui variadas; não aquelle, em que só se exerçam as artes mechanicas, pois estas por si nunca encheriam a medida das aspirações de uma sociedade qualquer; não mesmo aquelle, em que funccionem todas as artes referentes ao mundo material, pois é condição do desenvolvimento das forças sociaes, que o trabalho se applique aos homens, pelo menos tanto quanto ás cousas... Estado industrial será aquelle, em que figurem ao mesmo tempo, com exclusão das artes perniciosas, todas as verdadeiramente uteis, as que dão valor ás cousas: todas as que se comprehendem na economia da sociedade, todas as que de qualquer modo contribuem, por esforço actual ou fructos accumulados, para augmentar a massa das idéas, bons sentimentos, virtudes, como a das utilidades materiaes de toda a especie, constituitivas da riqueza, força, gloria e felicidade do genero humano.

E ainda resta uma difficuldade a resolver. Verdadeiramente fallando, o homem cultiva as mesmas artes, em todos os tempos. Subindo na historia da civilisação sempre se acham, mais ou menos accentuadamente, as diversas ordens de trabalhos, os principaes generos de orgãos ou apparelhos necessarios ao desenvolvimento da vida social: tudo em todos os tempos, ao menos em esboço, mesmo entre os povos caçadores e pastores, nas idades mais rudes da sociedade. O anthropophago não vive só do assassinato, nem o

nómade só da rapina: um e outro, sob todas as relações essenciaes, começam por dar uma direcção innoxia e frugifera, applicando-se a industrias extractivas e recoveiras, um tanto da agricola e da manufactureira; sendo mesmo que não lhes faltam ensaios informes de arte e poesia, de estudos e observações scientificas, de moral e religião. As sociedades incultas só se distinguem das civilisadas, em que nestas *os mesmos trabalhos* são mais extensos e mais perfeitos, mais efficazes em todo o sentido, e principalmente mais escoimados de costumes violentos ou fraudulentos, mais reduzidos á *industria*, na accepção pura e honrosa da palavra.

Bastaria, porém, para applicar o qualificativo de estado industrial ás sociedades civilisadas de hoje, o facto de estarem n'ellas desenvolvidas todas as industrias fundamentaes, alargadas e mais ou menos rectificadas sob o ponto de vista moral, embora a crença ainda em certo gráo, de que as industrias devem o seu progresso aos privilegios, monopolios e extorsões, sendo tudo isto conseguintemente legitimo?—Não.

Em rigor, o nome de estado industrial só cabe áquelle, em que todas as profissões sociaes, sem excepção, sejam escoimadas de violencia, não a *de facto*, pois uma sociedade *pura* nunca existiu e provavelmente nunca existirá, e sim *de direito*; só cabe áquelle, em que essas profissões *theoricamente* hajam desistido de qualquer pretenção injusta; em que seja constitucionalmente estabelecido, que nenhum homem possa exigir cousa alguma de outro a ti-

tulo de dominador, privilegiado ou monopolista; em que seja principio reconhecido—que o preço alcançado por cadaum pelo que dá ou faz, deve ser todo inteiro a expressão do valor accordado livremente entre as partes, e nunca, em qualquer proporção que seja, de nenhum direito exclusivo, de nenhuma protecção para certos que redunda em prejuizo do resto; em que o governo não tenha um caracter differente dos outros trabalhos, nem possa exercer poderes abusivos ou autoridade arbitraria, e todo o seu poder e meios de acção sejam apenas contra as vontades maleficas manifestadas por actos perturbadores.

Mais resumidamente: estado industrial é aquelle, cuja tendencia commum é escoimar-se da injustiça e violencia; e onde o governo não usurpa, nem permitte usurpar trabalho algum, garantindo a todos a maxima Liberdade.

Para certos escriptores a Liberdade é inconciliavel com o espirito de industria. Em outros tempos a industria era accusada de arruinar a Liberdade, amortecendo as paixões bellicosas, creando irresistivel inclinação á paz; e n'isto consistia a principal queixa dos politicos da antiguidade, que assim pretendiam justificar a exclusão do direito de cidade contra quasi todas as classes industriaes. Depois a queixa foi pela inversa: que a industria arruinava a Liberdade, porque inclinava os homens á guerra. Examinemos o caso, á vista das peças dos modernos es-

criptores, que se fizeram orgãos da accusação sob esta ultima forma.

Bonald, *Reflexões sobre o interesse geral da Europa*:—« A desgraça d'um estado commerciante é ser condemnado a fazer a guerra».

Montaigne, *Ensaios*:—« O lucto de um é a perda de outro».

Abbade Galliani, aliás erudito e versado em materias economicas, nas suas *Cartas a Sra. de l'Epinay*:—« Uma fortuna não pode augmentar, sem que outras diminuam».

Rousseau, no seu *Discurso sobre a desigualdade*, não comprehende interesse commum na sociedade; seguidor de Montaigne, pensa que cadaum faz o seu lucro com a perda alheia; e vai mesmo adiante, dizendo que não ha lucro legitimo, por consideravel que seja, não susceptivel de ser excedido por outro illegitimamente feito.

Ainda no presente seculo escrevia o *Journal des Débats* (numero de 9 de Dezembro de 1820, columna quarta):—« Dizem, que estabelecida a liberdade do commercio será contente o armador, cujo interesse é percorrer em todas as direcções a vasta extensão dos mares; e tambem o consumidor, cujo interesse é comprar barato boas mercadorias. Mas, por certo não o será o fabricante, que espera a sahida dos seus productos em virtude da exclusão da concurrencia estrangeira. No mundo industrial sempre estão face á face a Liberdade e o privilegio, como a igualdade e o privilegio, no mundo politico. Puras illusões, pois, palavreados fallazes, fabulas, o pretender arregimentar interesses contrarios sob uma

mesma bandeira: basta que se olhem, para que se desunam».

E não dizem só que a industria é um principio de desordem; accusam-n'a tambem de ser origem de perturbação da paz, e da corrupção dos costumes.

Sob a sua influencia (dizem) toda a preoccupação é pelos interesses materiaes, pelas possibilidades de fortuna e bem-estar:—immoderado ardor de ganho, appetite mais e mais vivo pelos gozos sensuaes, luxo mais e mais excessivo, tendencias mais e mais egoisticas, eis (na opinião dos seus accusadores) tudo o que a industria produz.

E dizem ainda mais: não é só anti-moral, é tambem anti-politica a vida industrial; mata a imaginação e o gosto, ao idéal substitue em tudo uma realidade grosseira, e tanto deprava as artes como os costumes.

E' tambem ré de lesa-philosophia:—leva ao despreso do lado philosophico e elevado das sciencias, e convida a attenção exclusivamente para o lado util, prejudicando assim a cultura do espirito e a elevação das intelligencias.

Em summa, pelas palavras de seus detractores—a vida industrial intercepta o vôo das nossas faculdades, perante o seu uso individual ou social, prejudica por todos os modos o exercicio das forças do homem, e conseguintemente a Liberdade do genero humano.

Ha em tudo isto um deploravel equivoco. Si as nocivas disposições ou inclinações arguidas não podem ser negadas, a sua fonte é outra, que

não a tendencia honesta de apurar mais e mais as artes, extirpando d'ellas a violencia, e procurando sómente pelo trabalho a fortuna e o bem-estar.

Certo, as numerosas classes de trabalhadores, que constituem grande parte da vida e movimento da sociedade, têm externado em todos os tempos injustas pretenções, opprimindo-se reciprocamente, procurando cadauma alcançar, com detrimento de suas irmãs, taes ou taes faculdades abusivas, taes ou taes prohibições iniquas. Mas, em boa consciencia, pode-se dizer, que era isso industria, na accepção honesta da palavra? Pois, quem procura alcançar, mediante injusto privilegio, vantagens que sem isso não alcançaria, faz acto de industria? O espirito de atravessamento e monopolio é espirito de industria? O odioso regimen de preferencias e exclusões, gerado por esse espirito, é regimen industrial?

Não, absolutamente não. Extorquir não é produzir; augmentar os seus lucros por extorsões, qualquer que seja o disfarce, não é augmenta-los pelo trabalho. A vida dos povos industriaes será tanto mais industrial, quanto mais as diversas artes uteis forem escoimadas dos artificios fraudulentos ou violentos, que o espirito de dominação e cubiça procura incessantemente infiltrar n'ellas, para torna-las mais lucrativas a seu *modo*.

E' tambem certo, que os homens dados á pratica de uma arte qualquer gozam muitas vezes immoderadamente dos seus productos; que elles podem ser egoistas, luxuriosos, sensuaes: forçoso

é convir, porém, que tanto mais adquirem taes defeitos, quanto menos pura é a sua profissão, quanto mais inquinadas de poderes abusivos.

E a industria será causa de taes vicios? Não provirão elles de alguma liga impura? Pois a industria poderá, pelo facto de purificar-se, tornar-se um meio ou causa de corrupção?

Não se contesta, que muitos industriaes têm gosto impuro como os costumes; e assim será, sempre que injustos favores, habilitando-os ao improviso de grandes fortunas, lhes facultarem toda a especie de gozos, antes que o gosto se lhes tenha apurado pela educação. Vê-se que a culpa não é da industria, e sim dos abusos n'ella ingeridos; e seria absurdo sustentar-se, que o gosto de um industrial corromper-se-hia pelo facto de purificar-se a sua industria, que perderia elle o sentimento do bello aperfeiçoando o do justo.

Pode-se convir, que na vida industrial cultivam-se mais as sciencias, do que sob a influencia dos regimens chamados religiosos ou militares; não é certo, porém, que n'aquella vida sejam ellas cultivadas em gráo menor de actividade, intelligencia, extensão, justeza, e mesmo elevação.

Facil é a prova, de que a vida industrial não é anti-scientifica, anti-poetica, anti-moral e anti-social; pois é quasi intuitivo, que, á maneira que as diversas profissões isentam-se da mescla de injustiça, isto é, tornam-se mais industriaes, as bellas-artes, as sciencias, os costumes, as relações sociaes se aperfeiçoam, e as nossas faculdades de toda a especie ganham o elasterio mais

poeticamente animado, mais sabiamente dirigido, mais moral e socialmente regular, de que são susceptiveis: a eliminação da violencia e da fraude (é bom repetir sempre) não poderia prejudicar a imaginação, a paixão, o talento, qualquer força ou faculdade do homem.

E vejamos rapidamente, começando pelas bellas-artes:

Quanto mais a industria humana se purga dos meios immoraes do passado, tanto mais somos excitados a tirar vantagem de todas as artes; e pois, quanto mais industrial a vida, tanto mais ardentemente devem ser cultivadas as artes, bellas ou uteis, e tanto mais intelligente deve ser o seu cultivo.

Quanto mais industrial a vida, tanto mais as artes, activa e habilmente exercidas, devem augmentar a abastança universal: e mais amplos conseguintemente serão os meios de satisfazer a nossa paixão, pelos prazeres da imaginação e do gosto, de animar as bellas-artes, entretendo a sua actividade, elevando-as e fecundando-as.

Cumpre attender finalmente. Quanto mais industrial a vida, tanto mais podem as bellas-artes alargar os seus meios de acção, vulgarisando a baixo preço os seus productos, generalisando o imperio das suas emoções, o que aliás está em seu interesse.

Por sua vez, a industria interessa no cultivo das bellas-artes, para prevenir a sua degeneração (d'ella industria), para que os seus productos ganhem na correcção e elegancia das formas.

Pelo que respeita á poesia, á litteratura em

geral, que outra epoca, mais do que a nossa, ostentou admiração pelos poetas, paixão pela musica e pelo theatro?

E' muito injusto accusar as modernas populações industriaes de pouco enthusiasmo, de pouca exaltação; antes devemos lamentar demasiada poesia em muitas almas, alta dose d'esses instinctos violentos, d'esses sentimentos primitivos e arrebatados, que constituiam a poesia dos tempos antigos: dão testemunho os crimes oriundos da imaginação sobrexcitada: as agitações populares, assassinatos, envenenamentos, dramas loucos e tragedias crueis, que a sociedade moderna constantemente observa, e ainda os suicidios frequentes de paixões mal soffreadas, emulação, amor, ambição, desejo de gloria.

Aos artistas do nosso tempo sobra muitas vezes o peso da paixão, o arrojo da imaginação: a dominante de suas obras é por ventura a exageração de vida e expressão.

« Os antigos (disse Joubert, escriptor de apurado gosto) os antigos tinham no espirito muito menos movimento do que nós: sacrificavam escrupulosamente á consciencia. Razão porque os seus livros e estatuas serão perpetuos modelos de moderação ».

E hojemdia Joubert avivaria o seu traço. Aliás, poderia ser uma *felix culpa* da litteratura e artes modernas o peccado de excesso de animação, si ao calor do sentimento se adjuntasse sempre a correcção dos typos e a pureza das formas.

Em todo caso, é muito de estranhar, que se accuse a arte de movimentos descomedidos, e ao

mesmo tempo se accuse a vida industrial de mingoar o sentimento da poesia.

Em vez de anti-poetica, a industria em suas obras concreta o que ha de mais poetico: de boa fé não se pode comparar a poesia da vida inculta com a da vida civilisada.

« Quanto é bella (exclamava Buffon) esta natureza cultivada! Quão brilhante, pomposasamente adornada, graças aos cuidados do homem! »

« Ha (dizia Lamartine) mais verdadeira poesia n'este movimento febril do moderno mundo industrial, que converte o ferro, a agoa, o fogo, tudo, em servos animados do homem, do que na inercia da ignorancia e da esterilidade, e no repouso contemplativo de uma natureza inactiva ».

Com effeito, que contos de fadas não tem a industria mais ou menos realisado? E o que se pode imaginar de mais prodigioso, do que o seu poder de evocar as forças occultas da natureza, e reduzi-las a funcções servis, fazendo d'essas forças escravos os mais submissos, e ao mesmo tempo os mais engenhosos e poderosos? Si pelo habito não nos impressionam estas maravilhas, attendamos ao pasmo dos filhos de nações incultas, que as vêem pela primeira vez, como em Paris os enviados de Abdel-Kader, no anno de 1838; ou approximemos á nossa epocha ess'outra, em que taes maravilhas ainda não existiam.

Veja-se Paris. O que havia de poetico nas ruas d'outrora, tortuosas, escuras, lamacentas e immundas? E hoje, monumentos, caes, praças, jardins, ruas direitas, largas, arejadas, limpas,

illuminadas com luxo e profusão, policiadas dia e noite, não falla tudo isto muito mais vivamente á imaginação?

O mesmo se pode dizer, debaixo de todas as outras relações.

Na frieza de certos espiritos á vista dos prodigios da industria moderna, ha alguma cousa de singularismo. Si os primeiros lineamentos de todas as artes com razão inflammaram a imaginação dos poetas, porque os seus aperfeiçoamentos e maravilhosas descobertas ser-lhes-hião indifferentes?

Nas creações da arte moderna o que falta para commover-nos, é só e só a perspectiva: desapparecessem ellas para alguma catastrophe, aliás impossivel, e as gerações subsequentes chorariam a perda, tendo até por fabulosas algumas narrativas e descripções.

«A natureza inculta é moribunda e hedionda», disse Buffon. Com effeito, si nos commove, é pelo horror que inspira, contrasteado pelo attractivo, intimo e profundo da natureza cultivada. As obras da creação maravilham, não se nega; mas, quem não sente a verdadeira poesia do trabalho humano continuando a obra divina, e da sempre crescente expressão de vida? Quanto mais se anima a industria humana, tanto mais se activam e se fortalecem os movimentos de todas as artes, e tanto mais torna-se a vida verdadeiramente poetica.

Pelo que respeita ás sciencias, é precisamente na vida industrial, que ellas podem ser convenientemente cultivadas, augmentando o mais

possivel o nosso poder. Nos paizes e epocas de dominação, o estudo quasi que não passa de uma contemplação ociosa, de um frivolo exercicio, por satisfação á curiosidade ou á vaidade: então o espirito, que anima o estudo, é o menos proprio á acquisição de verdadeiros conhecimentos e não se dá o devido apreço ás applicações uteis; suppõe-se aviltamento da sciencia, o prestar ella para alguma cousa; e o sabio como que se degradaria applicando os conhecimentos aos processos da arte. Veja-se a *Politica* de Aristoteles: o estudo das sciencias só passava por liberal, quando não se fazia applicação a utilidades. Veja-se Platão: exprobrava a dous mathematicos do seu tempo, *o haverem corrompido a geometria applicando-a á mecanica, pois que assim reduzia-se aquella a uma sciencia d'escravos.* Então ao artista pouco se lhe dava das theorias scientificas: despresava a sciencia, como o sabio despresa a industria.

Assim não é nos paizes industriaes, onde a arte não é uma rotina, nem a sciencia uma vã especulação: ahi o sabio trabalha para ser util ao artista, e este aproveita as descobertas do sabio: a instrucção anda mais ou menos annexa aos conhecimentos praticos: o estudo não é mero passa-tempo de dominadores reinando sobre escravos, e sim trabalho serio de homens que vivem das conquistas da natureza, subordinando as leis d'esta ao serviço da humanidade.

Não será patente, que o desejo da fortuna, o amor da gloria e a emulação universal devem dar aos trabalhos scientificos um impulso muito

mais energico e poderoso, do que as especulações *sem objecto* de ociosos dominadores ?

Dizem que na vida industrial o estudo das sciencias corrompe-se, avilta-se, quando a verdade é o contrario.

Quanto mais os homens abrem mão dos meios viciosos de fazer fortuna, quanto mais a sua actividade se desembaraça da injustiça e violencia, tanto mais verdadeiramente industrial se torna a vida, e tanto mais se anima o estudo das sciencias.

Si quanto mais industrial se torna a vida, tanto mais procurados são os meios legitimos de fazer fortuna, e si a cultura das sciencias é um d'estes meios, e dos mais honrosos, claro é que n'essa vida as sciencias devem ser muito cultivadas.

Si quanto mais industrial se torna a vida, tanto mais tendem todas as artes a serem exercidas com habilidade, e si as artes precisam do concurso de todas as sciencias, é claro que estas, cultivadas no regimen industrial como industria especial, o são tambem como auxiliares obrigados de todas as industrias [1].

E' claro ainda, que no regimen industrial o estudo das sciencias deve ser muito mais bem dirigido, por isso mesmo que é muito mais necessario, que prende-se muito mais intimamente á pratica de todas as artes.

[1] Vai por aqui um commentario á minha definição da *Economia Politica*, abrangendo em geral a actividade humana.

Nos paizes e quadras de dominação pouco importa, que as sciencias se esgotem em vãs discussões, e se desvairem em caminhos errados, pois é fraquissima a sua influencia na pratica, o que é pelo contrario na vida industrial. E nem sómente esta vida exige, que as sciencias entrem em veredas mais seguras: tambem rectifica materialmente a sua direcção, produz este feliz resultado pela applicação constante das suas descobertas, e pelo contraste severo e permanente da pratica á face da theoria.

Veja-se a massa de justas observações e felizes descobertas, que as sciencias têm substituido aos innumeraveis erros do passado; e principalmente, até que ponto se tem aperfeiçoado o talento preciosissimo das applicações, á maneira que se vai augmentando o numero das verdades applicaveis.

As sciencias de applicação constituem um novissimo ramo scientifico, devido particularmente á influencia do regimen industrial, e destinado a avultar mais e mais. Não vai n'isto, como receiam alguns, prejuizo aos estudos theoricos, ao espirito de systema e generalisação. Si assim parece ou mesmo acontece algumas vezes, não é que as sciencias applicadas enfraqueçam o gosto das considerações elevadas e especulações philosophicas; é sim que ellas alcançam o perigo da tendencia generalisadora e systematica, sabem a quantos erros leva a impaciencia de concluir, o desejo de simplificar e generalisar, a difficuldade de prender factos diversissimos a uma lei unica, e assim previnem ou embargam a creação preci-

pitada de certas theorias, e diminuem grandemente o numero das producções destinadas a explicar o mundo, o universo, as leis geraes da natureza. Com certeza, porém, não damnam a mais fundamental necessidade do genero humano—dar ordem, nexo e unidade aos conhecimentos.

Por outra parte, quanto mais as sciencias applicadas augmentam a massa das observações particulares, tanto mais devem aguçar o esforço para liga-las a um limitado numero de principios, que sejam ao mesmo tempo o seu laço e a sua explicação. Si nos fazem mais acautellados na deliberação de taes principios, a consequencia é que aperfeiçoam o espirito de systema em vez de corrompe-lo, e elevam verdadeiramente a sciencia, imprimindo mais rectidão á sua marcha, e alargando constantemente o campo das suas observações.

Por igual, quanto aos costumes, sahe triumphante a vida industrial.

Exprobram-lhe o fausto, a ambição, o egoismo, vicios que desgraçadamente são inherentes á natureza humana, é verdade, e mais ou menos infiltram-se no coração do homem em todos os estados, mas que por modo algum devem ser attribuidos particularmente á industria. Comprehende-se com facilidade, que sejam elles principalmente fomentados por certos regimens nascidos sob sua inspiração, e onde tudo parece predisposto a excita-los e satisfaze-los, por exemplo, que o ardor do ganho seja extremo, onde certas classes têm o monopolio de trabalhos ou

serviços excessivamente lucrativos, onde favores injustos permittem realisar em pouco tempo grandes lucros: facto que deve inflammar a cubiça de todos, dando em resultado que dentro em pouco ninguem se contente com os lucros moderados, e todos queiram rapida fortuna. E' muito natural, que as despezas se tornem exorbitantes, onde os lucros são immoderados; os felizes da industria privilegiada antes façam inclinações para o luxo, como todos os filhos da fortuna; que o seu exemplo seja seguido e o contagio se propague; e que pouco a pouco a emulação do luxo se adjunte á paixão desordenada do ganho.

Finalmente, é muito natural, que um aspero egoismo seja o resultado d'esta dupla tendencia; que a benevolencia não entre, onde o ardor do ganho fecha o coração á justiça; e que nada reste para a caridade, onde se dá tudo ao luxo.

Vê-se, pois, que os vicios exprobrados á industria não são inherentes a ella, e sim filhos do systema que accelera demasiadamente, por meios injustos, o progresso de certas fortunas, isto é, filhos da negação do estado industrial.

O regimen industrial, que seria o abandono de todos os meios illegitimos de fazer fortuna, que seria o trabalho escoimado de toda a liga impura, não poderia ser favoravel aos vicios: o ardor immoderado de ganho não poderia ser fomentado em regimen, onde é lei uma severa concurrencia, e onde não haveria favor injusto. Um regimen, que de necessidade moderaria os lucros, jamais poderia animar as tendencias luxuosas:

onde os ganhos fossem justos e moderados, e justas e moderadas as despezas, deveriamos ser mais e não menos humanos.

Isto posto, si a vida industrial modera o ardor do lucro, e refrêa as despezas, é mãe dos bons costumes. Não teremos a autoridade dos Espartanos, nem dos Romanos dos primitivos tempos da republica, não ostentaremos o rigorismo das antigas associações guerreiras e monasticas, é verdade; mas, não cahiremos nos velhos desregramentos, e daremos exemplo de vida moderada sob todas as relações, com os sentimentos benevolos mais desenvolvidos; isto é, seremos mais humanos, porque seremos mais justos.

Agora as relações sociaes.

Dizem, que no regimen industrial a Liberdade e o monopolio estão sempre frente á frente, mas, onde ha monopolio, não ha *verdadeiro* regimen industrial: quanto mais longe do monopolio, menos divididos seremos.

Dizem mais, que as classes trabalhadoras têm interesses oppostos; o que é uma verdade no regimen do privilegio, e uma falsidade onde a industria age sem obstaculos.

As iras das antigas corporações de officios, os odios dos productores contra a chamada concurrencia estrangeira, as retaliações de Estado a Estado, não se podem reproduzir onde não haja corporações, nem direitos protectores, em summa, onde haja Liberdade.

De povo a povo, como nas relações interiores de cada Estado, não é a industria que divide, e

sim o espirito de violencia e usurpação; o mal não é do lucro pela industria, e sim pela injustiça. Nas rivalidades internacionaes, como nas intestinas, é sempre a acção do espirito exclusivista, agindo em um plano mais vasto.

Ora, assim como quebrado o élo da iniquidade no interior de cada paiz cessam as lutas, o mesmo se dará de Estado a Estado.

Regra geral:—Sempre que a industria age só, em qualquer parte que seja, firma-se naturalmente a paz em todas as relações economico-sociaes.

Tem-se accusado a concurrencia de ser um principio de discordia, attribuindo-se-lhe a rivalidade das profissões em cadaum e entre todos os paizes, com as suas colisões e guerras consequentes; mas, o argumento não é serio: as colisões e lutas são contra a concurrencia; esta só produz uma natural harmonia.

No regimen da concurrencia, isto é, da Liberdade, não pode haver oppressor nem opprimido. O que exerce industria differente da minha não me prejudica, antes me anima, porque me offerece uma perspectiva de troca. O que exerce industria igual á minha, estimula-me; e está no seu direito, ou aliás não estou no meu: faz o que eu faço, e o licito para mim não pode ser illicito para elle.

Poderia um antigo industrial articular contra o concurrente, que este vem imitar a sua industria, aproveitar-se do seu mercado, e do favor publico por elle angariado para a mesma industria; mas, a antiguidade e o credito são vanta-

gens inherentes á prioridade, que tiram motivos de queixa. No entanto, si o novo industrial é mais habil, com que direito seria expellido em prejuizo dos consumidores?

Ainda uma objecção. Si os concurrentes offerecem os productos por menos do costume?... Semelhante immoralidade não pode ser frequente, por muito cara e perigosa; e a experiencia o diz. O facto só é possivel nos raros casos de industria concentrada em poucas mãos, e estas bastante poderosas, para que possam sustentar a luta por muito tempo: uma anomalia, que está provocando o regimen da Liberdade.

Pelo que respeita ao roubo dos processos, usurpação das marcas, imitação ou contrafacção dos productos, e mais violencias e fraudes, que a ambição e a preguiça podem suscitar, vigoram ainda os principios expostos. A industria leal soffre com isto, é verdade, e seria muito desejavel uma repressão activa, severa e constante; o mal, porém, é da fraude e não da Liberdade do trabalho. Por conseguinte, é contra a fraude que se deve invectivar, e não contra a livre concurrencia.

Diz a observação, que sem fraudes nem ligas culposas, pelo simples facto da vantagem de sua posição, da força de suas faculdades e capitaes, certos concurrentes quasi que impossibilitam a luta contra si; o que tem facil explicação. E' da ordem natural a diversidade de situações: ninguem pode razoavelmente apropriar-se das vantagens de outrem por suas faculdades naturaes ou legitimamente adquiridas.

Por outra parte, não é verdade, que taes vantagens devam necessariamente perturbar seriamente a terceiros; antes muita vez pode aproveitar-lhes muito de perto, aproveitando sempre ao conjuncto das relações sociaes.

Serve ainda de objecção, que é inevitavel effeito do regimen severo da concurrencia, de sua violenta pressão sobre os concurrentes, que estes se atarefem cégamente em busca de uma situação excepcional, que lhes dê toda a possibilidade da riqueza com a menor dóse de esforço, e d'aqui (dizem) a mesma serie de violencias e represalias suscitadas pelo monopolio, e que a concurrencia pretendia evitar. Mas, a hypothese figurada é uma vera tentativa de sahir do regimen da concurrencia; e n'isto vai resposta decisiva á impugnação.

E' facil de ver, está á luz do meiodia, que a concurrencia não divide, antes tende sempre á harmonia. Ha nos paizes industriaes grande numero de trabalhos, quasi de todo á discreção da concurrencia, que enfileiram milhares d'estabelecimentos do mesmo genero, sem que d'aqui resulte para o poder publico uma pesada tarefa.

Algumas ambições podem não achar sufficiente a sua parte e d'aqui a grita contra a anarchia da concurrencia; mas, são puras vozes do despeito. Está aos olhos de todos, nas mesmas cidades, nos mesmos bairros, nas mesmas ruas, muitas vezes no mesmo recinto, homens exercendo a mesma profissão, fazendo a mesma cousa, sem que sejam inimigos uns dos outros. A Liberdade commum é o principio da *paz*; e

esta tanto mais se consolida, quanto mais justo é o poder publico por entre todos os trabalhos, quanto mais se abstem de atravessar ou consentir no atravessamento, quanto mais se limita a bem fazer o seu proprio trabalho, isto é,—a manter uma exacta policia, fazendo reinar a maxima segurança no seio da maxima Liberdade.

E o mesmo é a respeito das associações, dos patriotas: os factos o proclamam.

Si não ha mais corporações privilegiadas sob o regimen da concurrencia, ha associações livres, sem numero limitado, para todo o genero de emprezas, sendo que até se multiplicam, em pequeno espaço, para um só governo de trabalhos. E viverão em guerra, por viverem em concurrencia ?

Esta, onde regular e solidamente estabelecida, não é um estado de hostilidade mesmo entre os partidos politicos por mais animados que sejam na conquista do poder: em paiz educado como a Inglaterra, onde ninguem poderia conceber a idéa de substituir o direito pela força, uma concurrencia regular e parlamentar é a lei de todos os partidos.

Finalmente, si bem que a concurrencia ainda não exista de povo a povo sinão em pequena proporção, já temos factos demonstrativos, de que cessam as rivalidades de commercio, sempre que se abatem os muros de separação, e a concurrencia triumpha: a Suissa não tem alfandegas, e nem por isto vive em guerra *commercial*; o mesmo na União Americana, e no Zolwerein da Allemanha; servindo tambem para o caso a

paz, que por longos annos tem reinado entre a França e a Belgica.

Ou interna ou externamente, as populações vão tendendo á união, á maneira que vão cessando as pretenções exclusivistas e os monopolios.

Si é verdade, como se affirma e ha tantos indicios, que as nações tendem á unidade, mais certo é ainda, que só poderiam lá chegar pelo caminho da Liberdade; o que a realisação e extensão da concurrencia irá tornando mais e mais evidente.

E pois nenhum fundamento ha para queixas banaes contra o regimem industrial, ou quanto ás bellas-artes, ou quanto á litteratura, ou quanto ás sciencias, ou quanto aos costumes, ou quanto ás relações sociaes e internacionaes.

No regimen industrial ganham em extensão, poder e rectidão, não só as artes que agem sobre o mundo natural, sinão tambem as que agem sobre o homem, o qual, quanto mais cultivado, melhor cultiva todas as industrias.

Rigorosamente fallando, os progressos da industria humana são os progressos do homem debaixo de todas as relações; e assim, em vez de excluir os aperfeiçoamentos de uma ordem qualquer, a industria provoca-os a todos, e de todos tira partido.

Em resumo, a vida industrial é aquella, em que os homens usam das suas forças com toda a efficacia, em que menos mal se fazem reciprocamente, nas suas relações de qualquer genero; e assim, é aquella em que mais pode imperar a Liberdade.....

. . . . . .

Ponhamos as cousas em seus lugares, e não aportemos á ilha da Utopia.

Ainda quando todos vivessemos por meios isentos da violencia e injustiça, mesmo assim haveria limites á Liberdade do genero humano, provavelmente porque os ha tambem aos progressos de que a humanidade é susceptivel: não podem ser todos igualmente livres (*em acto*), porque não podem todos desenvolver e rectificar no mesmo gráo as suas faculdades.

Para evitar illusões, assentemos o seguinte: não ha estado social, em que todos possam gozar da mesma somma de Liberdade, porque não ha nenhum, em que todos possuam, com igualdade, industria, actividade, luzes, capacidade, bons costumes privados e sociaes—condições essenciaes para que o homem seja livre.

Sem duvida, o regimen industrial é escoimado das desigualdades oriundas do systema do monopolio e privilegio: as taxas enormes, e a sua distribuição pelas classes favorecidas; administração prevaricadora; premios, debaixo do nome de protecção, a certas classes; obstaculos de todo o genero á actividade laboriosa das classes menos afortunadas; leis com o fim de reter em limitado numero de mãos as fortunas, accumuladas pela rapina, em summa, nenhuma das clamorosas desigualdades de riqueza, filhas da dominação, existiria n'este regimen.

Mas, eliminadas as desigualdades facticias, ficam mais a descoberto as naturaes; e estas, por si-mesmas e sem o concurso da violencia,

geram muitas outras, e d'aqui os differentes gráos de Liberdade.

Associem-se alguns homens sob o principio da mais perfeita igualdade; estabeleçam-se em terra desoccupada, e façam d'ella partilha igual; tenham todos a mesma latitude para o trabalho; garanta-se a cadaum plena disposição da sua fortuna; sejam iguaes os quinhões successivos; em summa, hajam só as differenças *naturaes* que não podem ser obliteradas: dentro em pouco a desigualdade estará em tudo, na riqueza, nas luzes, na moralidade, na Liberdade; pois que nem todos saberão tirar o mesmo partido dos mesmos recursos materiaes, e necessariamente hão de ser varios os gráos da actividade e intelligencia, do espirito de ordem e economia, sem fallar na imprescindivel desigualdade das familias a sustentar e educar.

Mais tarde haverá *pobres*, que alugarão os seus serviços, e as causas originarias d'esta classe de obreiros actuarão sempre para augmenta-la. Multiplicando-se os operarios, necessariamente baixará o preço da mão d'obra; e, apezar da diminuição dos recursos, continuarão elles como que a brotar da terra, pelo descuido com que se oneram de familia, com que se accumulam em certos pontos, e dormitam sobre os meios de melhoramento da sua condição.

E vão n'este movimento de decadencia, até que a miseria abre as fauces [1]. Assim pois, a

[1] Não me parece de rigor logico, de exactidão scientifica, e até de verdade historica, este *movimento de decadencia*, assim com ares de fatalidade. Por brevidade, faço apenas esta

simples differença das faculdades e do seu uso é causa de profundas desigualdades.

No figurado estado social, com partilha igual das terras, etc., não só seria vão o esforço, para que a miseria não chegasse, sinão tambem perdido o soccorro com intuito de extirpa-la. Os sacrificios n'este sentido aggravariam o mal: os conventos com o seu caldo á portaria, as leis dos pobres na Inglaterra, toda a historia da mendicidade, confirmam a proposição.

Conseguintemente, si a desigualdade é effeito necessario da violencia, não é certo que só d'ella possa provir. A rigorosa verdade é, que a desigualdade resulta, em alto gráo, da natureza dos homens e das cousas; e que só a golpes de tremendas violencias, aliás golpes baldados, se poderia fazer a tentativa de seu desapparecimento e extirpação.

Não se pode evitar que os homens sejam desigualmente ricos, como não se pode evitar que sejam desigualmente industriosos, esclarecidos, moralisados. Primeiro, é a differença de industria, actividade e costumes, que faz a desigualdade das fortunas: depois, a desigualdade de fortunas e bem-estar é causa, até um certo ponto, de que todos os homens não possam ter o mesmo gráo de instrucção, capacidade e virtude. Ha

reserva implicita; e pela mesma razão limito-me a supprimir o periodo, em que C. Dunoyer conta com a miseria, mesmo no regimen da Liberdade, porque a população, *em todo o caso* deve crescer mais depressa do que os recursos. Por mim, não tenho medo, antes espero muito do augmento da população; e mantenho idéas, talvez singulares, a respeito do assumpto.

uma acção e reacção continua de cadauma d'estas causas sobre todas as outras, e as desigualdades de toda a especie devem necessariamente coexistir; e como as fortunas, no dizer de J. B. Say, descem por gradações insensiveis, desde a maior que é unica, até as menores, assim o saber, a habilidade, a virtude, irão diminuindo desde os mais sabios, mais ricos, mais virtuosos, que são unicos, cadaum em seu genero, até os menos virtuosos, menos habeis, menos sabios, que em toda a parte são o maior numero.

Uma vez estabelecidas, as desigualdades naturalmente perpetuam-se. Quanto menos se tem, mais difficil a tarefa de adquirir a riqueza, pois nenhuma economia é possivel, quando não ha nem para as primeiras necessidades...

A virtude, os bons costumes sociaes são fructo de um certo bem estar, de que não goza o pobre, e de uma certa educação, que não recebeu...

Em certo sentido e em certo gráo, são portanto as desigualdades cousas essenciaes á nossa natureza, uma lei da especie humana: tão necessarias na ordem moral, como os accidentes do solo na ordem physica: tanto monta ver arvores desiguaes em uma floresta, como ver homens desiguaes em uma sociedade: tanto monta ver homens differentes pela fortuna, saber e moralidade, como pela cara, estatura, proporções do corpo e faculdades da alma.

Em poucas palavras. Si bem que o regimen industrial tenda a generalisar mais e mais na sociedade o bem-estar, e a tornar menos sensi-

vel a desigualdade das condições, o seu effeito principal é classifica-los de outro modo: é fazer com que os mais industriosos, activos, corajosos, economicos, prudentes, sejam tambem os mais felizes e mais livres. A eliminação das desigualdades seria intuito insano: é de lastimar que a inepcia, a violencia, a astucia, a hypocrisia, ainda possam levar á fortuna e á consideração publica; não assim, que haja gráos de bem-estar em todo o sentido.

As superioridades unicamente resultantes do uso mais intelligente e regular das nossas faculdades são um verdadeiro bem, a fonte de quanto é util e grande: o desenvolvimento da industria seria impossivel, si todos fossem igualmente felizes.

A industria abrange ordens distinctissimas de trabalhos: estudo das leis da natureza, applicação d'estas a objectos determinados, execução das obras concebidas. D'aqui a necessidade de muitas classes no pessoal: sabios, engenhosos, empresarios, operarios... Attenda-se bem: não se quer dividir violentamente o mundo industrial em operarios e empresarios, pobres e ricos; e sim affirma-se, que tal divisão é natural, que seria baldado o esforço para oblitera-la, e que sem ella a industria não progrediria...

E agora alinhemos algumas conclusões, por achar os antecedentes enunciados.

— Um estado de igualdade perfeita entre os homens é situação impossivel.

— Um estado em que augmente ao mesmo tempo o numero das familias opulentas, das

abastadas, e principalmente das pobres, é cousa possivel, e que se tem realisado na Europa.

— Um estado, em que diminua consideravelmente a pobreza, sem prejuizo do augmento da abastança e da riqueza, é situação realisavel, nos grandes centros industriaes: é o estado a que devemos tender, aquelle a que se pode chegar pelo regimen industrial, á maneira que todas as classes sejam melhor instruidas sobre as causas de seu progresso e decadencia.

— Finalmente, um estado em que, embora desiguaes os homens, não se contem miseraveis, é situação que se não pode dizer absolutamente impossivel, que nada involve de contrario á natureza das cousas; mas, que parece singularmente difficil, e que o publicista mais philantropo, quando não quer enganar a si-proprio, mal a divisa em longinquo futuro. . . . . .

BIBLIOTHECA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Tem sido atacada, em nome dos interesses do homem e da sociedade, a Liberdade de trabalho, isto é, a que resulta do progresso das boas relações entre o Estado e os individuos, da ausencia de todo o obstaculo illegitimo opposto pelo Estado ao exercicio das nossas forças.

Quem o pensára, nos tempos adiantados que atravessamos, e da penna d'escriptores reconhecidamente illustrados!

Não negam os contradictores, que o regimen da concurrencia tenha produzido immenso des-

envolvimento das riquezas; affirmam, porém, que o resultado da luta ha sido sobrecarregar as mãos que já estavam cheias, acabando d'esvasiar as que sempre estiveram quasi vasias. Pretendem, no meio das prosperidades sociaes e da elevação progressiva das classes opulentas e abastadas, fazer evidente a accelerada decadencia das classes operarias; que tanto mais cresce a miseria destas, quanto mais industriosa, rica e poderosa, se torna a sociedade; em summa, fazem quadros horriveis.

E a culpa de tudo ha sido attribuida á concurrencia, *regimen barbaro*, *selvatiqueza*, *anarchia*, *desordem*, *mal de todos*, *peste*; e como consequencia forçada entraram na procura de menos desastroso regimen.

Deixando de parte os sonhos de Fourier, temos escriptos menos excentricos no intuito de eximir as classes operarias do perigo da concurrencia, libertando o seu trabalho do curso do mercado: isto em virtude do *direito de viver*, que obriga a sociedade ao fornecimento de trabalho a todos.

D'aqui, *organisação* em vez de anarchia, *associação* em vez de concurrencia. Estas as duas chaves do immenso enigma social; e offerecidas por individuos com pretenções a sabios e praticos! D'aqui, essa apparencia de doutrina, as idéas confusas que foram ter ás camaras francezas, aos jornaes mais acreditados de todas as opiniões, ás cadeiras de ensino, e que tanto impressionaram o espirito da mocidade por toda a Europa.

Assim, depois de um esforço de dous mil annos pela emancipação do trabalho no interesse das classes trabalhadoras, descobriu-se que a humanidade estava em erro, e que tal emancipação é um presente de gregos, cujo effeito unico é impobrecer, degradar e esmagar os operarios.

Vejamos as descobertas dos arrojados Colombos da sciencia economica, que morreram todos sem ver terra, isto é, mostremos directa e indirectamente quanto valem.

1.° O regimen da concurrencia, bom ou mau, ruinoso ou fecundo, realmente só existe por excepção aqui ou alli, e muito incompletamente.

2.° O quadro social, que apresentam como produzido pela concurrencia, é infiel; pois n'elle não se contempla devidamente o geral augmento do bem estar social, mesmo contadas as classes menos felizes.

3.° O mal d'estas classes não é attribuido ás suas verdadeiras causas.

4.° Os principaes meios propostos são illogicos, até contraproducentes.

5.° Finalmente, os verdadeiros remedios estariam, até onde a legislação pode intervir, na garantia do regimen accusado de produzir o mal, isto é, n'uma realisação mais e mais ampla da Liberdade.

Com effeito, é singular que se attribua a desgraça das classes operarias á concurrencia, quando ainda estamos muito longe da verdadeira Liberdade de trabalho e transacção.

Falla-se de concurrencia illimitada, cousa que não existe em parte alguma.

Pois não vemos nos paizes civilisados linhas e linhas alfandegarias, a *protegerem* os seus productos, isto é, a excluirem a concurrencia? E aliás, mesmo no interior de cada paiz a concurrencia encontra muitos obstaculos: além dos serviços verdadeiramente publicos, ha um certo numero de profissões, cujo exercicio o Estado reserva para si, mais ou menos exclusivamente; outras, cujo monopolio a lei confere a um restricto numero de individuos; e as que se dizem abertas á concurrencia, são ainda sujeitas a taes formalidades, que realmente o seu accesso não chega a todos.

Como o dos progressos da sciencia, é infiel o quadro da repartição das riquezas, feito pelos *organisadores*. Quaesquer que sejam os obstaculos, filhos não da Liberdade e sim da restricção, é inexacto que as fortunas vão se concentrando mais e mais, e vá crescendo a miseria. Hoje é maior o numero de familias abastadas, e ao mesmo tempo o bem estar das classes operarias: o nivel da geral abastança eleva-se e estende-se prodigiosamente. Como disse A. Blanqui, a miseria não é facto particular aos tempos de hoje: particular á quadra actual é sim—a agitação de todas as classes, a sua impaciencia, a febre de desejos que lhes não deixa repouso, sem satisfação ou *contentamento* possivel; e tambem—o trabalho infernal das facções sobre as classes menos felizes, por faze-las mais e mais descontentadiças.

Não é a miseria material que augmenta, mesmo nas classes inferiores da população, é a

miseria moral, a verdadeira miseria dos tempos modernos: as estatisticas e confrontos historicos fallam muito alto...

Mas, admittindo-se mesmo que entre a mór parte dos povos de hoje, particularmente alguns, goze o trabalho de muito grande liberdade de acção, originando muito viva concurrencia, sendo que é precisamente ahi, onde a riqueza mais avulta, que existe maior numero de infelizes, pode-se perguntar:

— Que relação é possivel entre os dous factos, e como provar que um decorre do outro? Como se provará jámais, que a desgraça das classes operarias vem da Liberdade?

O erro é bifronte: exagera-se o mal, e attribuem-lhe falsas causas.

Dizem:—O pauperismo data da idade média, epoca da libertação dos servos, ha seis seculos; e hoje é mantido pela concurrencia, pela *inorganisação da industria, pela separação entre capital e trabalho*, pela carencia de *associação* entre duas forças; em summa, *capital, maquinas, divisão do trabalho, todo o systema industrial de hoje*, eis as origens de todo o mal.

E fecham com chave d'ouro:—Os pobres actuaes são descendentes dos servos, como estes dos escravos.

Pode-se começar a resposta, perguntando:— E as classes médias formaram-se dos destroços das antigas aristocracias?... Dizer que sim, seria uma triste explicação do progresso do terceiro estado: as classes médias são um legitimo e glorioso progresso da democracia, pelo traba-

lho, pela economia, por uma moralidade vigilante e hereditaria.

E' verdade que os antigos servos, quando foram libertados, eram ainda muito para lastimar; mas, em caso algum pode-se aventurar, que a miseria de hoje seja o resultado da eliminação do constrangimento de então: é incontestavel o beneficio da libertação para as classes libertadas.

Como as classes menos felizes de hoje poderiam queixar-se, lançando vistas retrospectivas, quando se acham cercadas de fecundos elementos novos—segurança, benevolencia, soccorros, amplos mercados abertos á sua actividade industriosa, e mil meios de ganhar, conservar e augmentar ?

Diz um escriptor:—« A concurrencia no trabalho tornou-se para as classes operarias um tão energico meio de depressão, como dos mais energicos que tenham actuado nos tempos barbaros.

E a prova? A concurrencia é apenas um resultado da Liberdade do trabalho, e esta é uma cousa justa, ou não ha justiça no mundo: increpa-la de meio depressivo, é accusar de tyrannia a propria justiça. Si a Liberdade é meio de oppressão, o que será meio de Liberdade ?

A concurrencia, mesmo exagerada, longe de impedir a acção, estimula a fazer melhor; e como estimulante jámais poderá ser meio depressivo. Com ella tem augmentado, em geral, a população e a riqueza, e de todas as considerações é esta a mais decisiva a seu favor.

Tem uma culpa, força é confessar: não trata

com igual bondade a todos, favorece de preferencia os activos, intelligentes, avisados, prudentes; mas, por certo não seria justiça favorecer os ineptos, indolentes, e desregrados.

Abre maior espaço aos que têm maiores meios de acção, tambem é verdade; mas, não seria justiça, que o fizesse aos que nunca trabalharam, ou estão apenas no começo de seus esforços e economias.

Não se nega que as artes, cuja fecundidade a concurrencia excita mais vivamente, podem chegar a um estado de não offerecerem mais lugar, porque não são inesgotaveis; sendo certo, por outra parte, que em todo o momento dado são limitados os productos, que cadauma das artes pode fabricar com probabilidade d'extracção. Mas, quaes os meios de fazer inesgotaveis as artes e infindos os mercados ?

Variando a investida, insistem:—Não é tanto a concurrencia em si a causa do mal, e sim o estado de desorganisação em que traz a industria.

A concurrencia excluirá a *organisação*, porque exclue a *confusão* e *monopolio* dos trabalhos ? Pois não estão aos olhos de todos as emprezas particulares, perfeitamente organisadas ? Sim, cadauma de per si—respondem; mas entre si ha *confusão e anarchia :* permanecem distinctas, e aqui o mal.

E' verdade que as emprezas particulares, por isso mesmo que o são, resistem a uma direcção commum; mas, onde o mal ? Pois não é util, que esteja nas faculdades de cadaum o crear

novas emprezas? Não é sob a influencia d'esta Liberdade, que todas se aperfeiçoam e se multiplicam, que os meios de trabalho se expandem, e mais facilmente acham emprego as classes operarias? Ha de se abusar muitas vezes d'esta facilidade de levantar emprezas; mas o castigo não se fará esperar. Ora, não será bom um regimen, que estimula as nossas forças, e ao mesmo tempo nos impõe a moderação?

Que o mal vem da sciencia de associação, é outra chimera. A concurrencia não exclue a associação, como não exclue a organisação: exclue sim a confusão de todas as emprezas em uma associação universal e abstrusa, cuja forma ainda não foi achada; mas, não exclue nenhuma associação particular, *praticavel*, e de facto as populações por ahi vivem unidas sob uma multidão de formas e aspectos.

Quanto á divisão do trabalho, as cousas não estão no ponto figurado pelos inimigos da concurrencia: muito se faz em commum, ou antes, tudo se faz assim. Os homens mais opulentos provêem-se da mór parte dos objectos de seu vasto consumo em fontes communs, e de alguma sorte são associados ás officinas e armazens, onde fazem as suas provisões.

Não ha officio que não seja exercido por um numero mais ou menos consideravel de pessoas, e á custa dos consumidores; e pois a sociedade, que dizem dividida, é pela força das cousas um composto de aggregados sem conta, e para os quaes, e com os haveres dos quaes todos os trabalhos são executados.

Alem d'estas associações *latentes*, por assim dizer, a concurrencia abre espaço a toda a especie de associações *organisadas*: nada obsta as associações particulares de talentos e capitaes, em todos os gráos e sob todas as manifestações; e, para que se approximem capital e trabalho, não é preciso virar o mundo ás avessas.

Os proprios operarios são como que immediatamente associados ás emprezas; e para responder ás arguições contra o salario, basta o facto de não correr o operario o grave risco de perda.

Dizem que o capital é um monstro, que tudo devora... Singular increpação! Um dos factos mais patentes e averiguados da Economia Politica é que os capitaes, como todas as mercadorias, baixam de preço á maneira que se multiplicam, augmentando ao mesmo tempo as emprezas uteis.

Si o trabalho tem mais que decuplicado no presente seculo, a que attribuir o facto sinão ao augmento do capital?

Quanto ás maquinas, si a sua collaboração tem augmentado o numero de operarios e o acervo de productos, é claro qnanto aproveitam aos mesmos operarios; sendo que a decomposição das operações, a sua simplificação para cada turma de trabalhadores, é causa de muitas descobertas e aperfeiçoamentos industriaes, como os factos attestam.

Dizem que o effeito das simplificações é dispensar todos os homens de algum valor; a verdade é, porém, que os encaminha a trabalhos

mais elevados, abrindo espaço aos meninos, ás mulheres, á toda a parte mais fraca da população: na Inglaterra as fabricas passaram a occupar uma população muitas dezenas de vezes maior do que até então. Si é uma desgraça, que haja homens meio maquinas, mais de lastimar seria, que morressem á mingoa por falta de occupação.

E que Babel a *organisação* e a *associação*, propostas para substituirem a concurrencia!

Owen, Saint-Simon, Fourier, todos, cadaum com o seu systema differente; e o que para este é equidade summa, para aquelle é summa injustiça.

Não cabe aqui uma individuação dos systemas socialistas, todos contra a natureza das cousas, todos falsos.

O remedio ao mal do pauperismo, *até onde a legislação pode concorrer*, está na plena garantia legal da livre concurrencia. Pode se affirmar com toda a segurança: quanto mais se effectivar o regimen da concurrencia, maior será o desenvolvimento do trabalho, mais amplos os seus mercados, e maiores probabilidades de justo salario. São proposições incontestaveis.

A eliminação das barreiras entre os povos e as profissões, entre os que as exercem e os que procuram exerce-las, a eliminação dos monopolios, nacionaes ou profissionaes, particulares ou geraes, a multiplicação das emprezas, o alargamento dos mercados, tudo isto redundará em mais trabalho, e trabalho mais bem remunerado. E ainda, o regimen da concurrencia é o

mais favoravel á equitativa repartição da riqueza produzida, pois n'elle ha menos possibilidade do abuso de certas classes, e melhor pode cadaum escolher a sua occupação.

Em summa, a concurrencia é energico estimulante, e ao mesmo tempo freio poderoso. Quando assim não for, é que haverá abuso, com o qual não se deve argumentar. Não é porque milhares de homens exercem profissão igual á minha, que sou levado a produzir desmedidamente; nem porque os operarios estão cercados de concurrentes, que são levados á excessiva reproducção: a verdade é a inversa.

E' incrivel a pretenção dos utopistas, de que o legislador sitie economicamente os homens, por modo que sejam dispensados de toda a virtude e esforço, que sejam felizes *sem trabalho*. Quando para a felicidade humana será dispensavel a actividade, a paciencia, a coragem, a providencia, a economia, o constrangimento moral?

Nada sendo possivel contra a natureza das cousas, a melhor *organisação* jámais poderia eliminar a miseria: é incompativel com a civilisação, é um mal horrivel; mas, é inevitavel. Aliás é bom que haja na sociedade logares inferiores para individuos e familias que mal procedem. A miseria é o medonho inferno: é o abysmo inexoravel ao lado dos insensatos prodigos, depravados, viciosos de todas as especies, contendo-os si é possivel, recebendo-os e castigando-os si não sabem conter-se.

Sujeitemo-nos á natureza das cousas, á lei providencial, e fiemos tudo da pratica esclare-

cida da industria, e do desenvolvimento regular de individuos e familias.

Os innovadores, que n'este seculo hão querido passar a esponja por sobre os trabalhos do passado, offerecendo os seus projectos subversivos, fazem obra de trevas, que só levaria á confusão e ao cahos. Os effeitos perturbadores já se demonstram até nas mais sãs intelligencias: espiritos, a que se não pode negar sagacidade e força, têm annunciado, tomados de um susto pueril, umas analogias entre a época de hoje e a da quéda do imperio romano: como que nos ameaçam novas irrupções de barbaros, despedidos das regiões inferiores da sociedade... Singular parallelo, e singular linguagem!

Onde, em boa consciencia, achar hoje homens comparaveis aos desgraçados povoadores dos circos e praças de Roma?

Desde a quéda do imperio romano, é a historia da civilisação, propriamente fallando, a historia dos progressos das classes trabalhadoras, a qual ha sido constante: sendo que em época alguma, como na actual, se têm empregado a seu favor esforços tão benevolos e multiplos.

E' verdade que ainda ha muito a fazer, antes que as populações se achem em condições perfeitamente naturaes, antes que se eliminem os monopolios, os regulamentos arbitrariamente restrictivos, as complicadas tarifas alfandegarias, as innumeras disposições legislativas que ainda opprimem, por tantos modos, a Liberdade do trabalho e das transacções: taes medidas, calculadas em nome de um supposto interesse da sociedade,

a prejudicam profundamente. Mas, o remedio está na Liberdade, e não em arbitrarias *organisações;* está no uso que cadaum deve fazer das suas forças, para melhorar a sua condição.....

.....

Estudemos agora, mais particularmente, as condições para que toda a industria seja livre.

J. B. Say, aliás o escriptor que fez a mais sábia exposição dos meios geraes da industria, não foi completo, e a muitos respeitos foi inexacto.

Começou assignando á producção muitas causas originarias, pretendendo que o homem deve as acquisições—não só aos seus esforços, sem os quaes seriam nullas todas as forças da natureza, comprehendidas as faculdades humanas, sinão tambem ao concurso da natureza e dos capitaes, que desde o principio (na opinião de Say) com elle collaboram; isto é, para elle a industria tem um terço na producção, pertencendo os outros dous á natureza e aos capitaes.

Daqui só tem provindo confusão. Mas val dizer, com Tracy e A. Smith, que o trabalho é a causa unica dos nossos progressos.

Sem duvida a actividade humana não é a unica força natural, e ha outras que o homem não creou nem poderia destruir, e cuja existencia é independente da sua: forças mortas e forças vivas—dureza, resistencia, ductilidade, sol, agoa, fogo, vento, gravitação, magnetismo, força vegetativa, força vital dos animaes. Mas, estas

forças não se prestam expontaneamente ao homem, e este deve força-las á producção; o homem é creador d'ellas como agentes de producção, para o que emprega o seu trabalho: nem todo o aço é para uma lima, nem todo o solo é para toda a vegetação. De que serviria o ferro sem a industria que o amolda, o vento sem as azas do moinho, o fluido magnetico sem a bussola, a chuva e o sol sem o amanho da terra?

A riqueza não começou, pois, da combinação de tres forças—industria, capital e agentes naturaes.

Como comprehender o capital, antes do trabalho seu creador? Para sujeitar as cousas ao seu uso, o homem só teve a principio suas faculdades nativas, instincto, intelligencia e braços. Com estas alavancas faz outras: passa a empunhar utensilios, que depois os substitue pelas maquinas, e vai adjuntando ás suas forças as dos animaes, dos metaes, da agoa, do fogo, do vento. Gradualmente as forças da natureza, sojugadas umas pelas outras, sob a direcção intelligente do homem, entraram sem confusão a seu serviço.

Assim, pois, os capitaes são de pura creação humana; a propria terra, como bem diz Tracy (Com. ao Esp. das leis), como um bloco ou um pedaço de mineral, é apenas uma porção de materia dotada de certas propriedades, que o homem pode e deve utilisar.

Tudo procede, portanto, da actividade humana.

Demais, tanto Say como Smith excluiram

da massa dos fundos productivos toda a parte do fundo geral da sociedade, que é empregado em satisfazer necessidades publicas ou privadas, geraes ou individuaes: Smith a considera improductiva; e Say diz que é ella productiva de agrado e utilidade, mas não de riqueza. D'aqui, como legitima consequencia: tudo quanto o individuo applica á mantença das suas forças physicas, á expansão das suas faculdades intellectuaes, ao aperfeiçoamento dos seus habitos moraes, á educação dos seus filhos, tudo isto, segundo Say, não faz parte dos meios de producção; e por igual, tudo quanto é applicado á satisfação de publicas necessidades, ordem, segurança, instrucção etc., nada se deve contar no fundo productivo social.

E' um erro evidente. Repugna que seja capital productivo do manufactureiro o que elle emprega na mantença da officina, e não o que emprega na mantença da sua pessoa; que nos estabelecimentos agricolas não seja tambem capital a casa de vivenda, etc.

Ha em toda a sociedade, pode-se dizer, um certo numero de parasitas, vadios, ou nullos na tarefa productiva, e é perdida a parte de fundos sociaes para manter taes entes; mas, felizmente são em muito maior numero os que vivem para agir, empregando as suas faculdades utilmente para si e para a humanidade. Ora, mal se comprehende, que se não conte como capital productivo da sociedade, tudo quanto se consome na mantença de taes homens, que é de todos os productos o mais precioso, mais nobre, mais fe-

cundo, aquelle sem o qual nenhum outro existiria.

Na massa de meios de toda a especie, que constituem o fundo productivo geral da sociedade, Smith havia discriminado um grande numero: materias primas, sem distincção de mais ou menos brutas, mais ou menos trabalhadas; instrumentos e maquinas; edificios para o trabalho, terras lavradas; uma multidão de talentos e conhecimentos uteis; moedas para as trocas; etc. Dividia todos estes meios em capital *fixo* e *circulante*, um e outro destinados a manter o *fundo de consumo*, no qual todos haurem a sua conservação e aperfeiçoamento,

Say foi adiante, e andou melhor a muitos respeitos. No fundo productivo da sociedade conta: faculdades industriaes dos trabalhadores, e instrumentos. Entre as faculdades industriaes distingue: as dos sabios, dos empresarios, dos obreiros, etc. Nos instrumentos comprehende: os agentes naturaes não appropriados, como o mar, a atmosphera, o calor do sol, todas as leis da natureza physica; e os appropriados, como terras araveis, agoas, minas, etc. Divide os capitaes em improductivos, productivos de utilidade ou agrado, e productivos propriamente ditos; subdividindo estes ultimos em fixos e circulantes. Finalmente, presta particular attenção aos que existem sob a forma de maquinas e moeda, no entanto que Smith não curou d'esta parte do assumpto.

Foi um progresso a distincção entre instrumentos de industria e faculdades industriaes;

mas, havia melhor analyse a fazer, das forças que o homem tem em si, e das que recebe do exterior.

No fundo industrial conta Say tres faculdades:—do sabio, do empresario, do obreiro: theoria, applicação, execução.

Aqui, porém, ha duas ordens de faculdades a distinguir: as que respeitam á concepção e direcção dos negocios, e as que respeitam ao exercicio da arte.

Por sua vez, o talento dos negocios involve muitas especies de faculdades importantes, que Say não descreveu, nem ao menos aponta, o que é lacuna sensivel.

Nem é verdadeira a ordem da distribuição das faculdades respectivas á arte. Say devia dizer—pratica e theoria; ou aliás—empirismo, conhecimentos theoricos, talento de applicação, e execução. E ainda, o talento das applicações não devia ser incluido nos predicados do homem da empresa, porque é muito mais necessario ao homem da arte.

Mas, não haverá no homem nenhuma outra ordem de faculdades necessarias á producção? Não precisa de virtudes como de sciencia, e não será indispensavel, que o *saber fazer* seja acompanhado do saber viver? A producção não reclamará um fundo de bons habitos moraes, como de faculdades industriaes?

Visto o que respeita ás *forças que os trabalhadores possuem em si-mesmos*, *ouçamos* o mesmo economista quanto ás *forças que os trabalhadores haurem nas cousas.*

Distingue Say: agentes naturaes não appropriados; agentes naturaes appropriados; e capitaes. Ora, os *agentes naturaes não appropriados*, todas as leis e forças da natureza physica, não são instrumentos da industria sinão pela acção do homem, pelos trabalhos, obras e maquinas, com que sojuga os mesmos agentes, que assim não se distinguem pelo modo proposto.

Fazendo sobre a terra indagações escusadas e distincções que não colhem, Say divide os capitaes em—improductivos; productivos de utilidade ou agrado; productivos de riqueza ou simplesmente productivos: distincção que não é a mais feliz, como já ficou mais ou menos demonstrado.

Thesouros escondidos, riquezas dormentes (*capitaes improductivos*) não devem figurar em uma analyse dos instrumentos da producção: têm energia virtual, não se nega; mas, emquanto inactivos são como si não existissem.

Toda a *utilidade* ou *agrado*, que redunda no frivolo ou pernicioso, não cabe no quadro economico; mas, o que importa educacão, conservação, aperfeiçoamento das faculdades do homem, constitue o eminentemente productivo, pois que o homem é unico agente da producção: pode-se dizer—um capital de conhecimentos e bons costumes, como se diz—um capital de dinheiro. E mais não é preciso para acautelar contra as enumerações de Say.....

.....

Vejamos como naturalmente se decompõe o

fundo productivo geral da sociedade, as diversas ordens e o conjuncto de que depende o poder, a Liberdade de todas as classes.

O trabalho desenvolve duas grandes ordens de forças:—nos homens; nas cousas.

Nos homens:

1.° Genio dos negocios.

a) Capacidade para julgar da procura ou das necessidades;

b) Capacidade para julgar da offerta, ou dos meios de satisfazer as necessidades;

c) Capacidade para administrar as empresas, depois de sabiamente concebidas;

d) Capacidade para verificar, por dados intelligentemente colhidos, as previsões da especulação.

2.° Genio da arte.

a) Pratica do officio.

b) Theoria.

c) Talento de applicação.

d) Habilidade de mão d'obra.

D'involta com estas faculdades *materialmente* industriaes:

e) Costumes individuaes;

f) Costumes sociaes.

D'este conjuncto de meios depende, no que respeita ao homem, o poder e o livre exercicio de todas as profissões.

Nas cousas:

Estradas, canaes, agoas, officinas, celleiros, alojamentos, terras lavradas, cercados, utensilios, maquinas, materias primas, mercadorias, moeda, etc.

Tudo isto, sob mil conjunctos e formas, constitue a multidão de officinas, que por sua vez devem ser:

a) Bem situadas;

b) Bem organisadas;

c) Com a melhor divisão das occupações;

d) Com a melhor escolha e sufficiente quantidade de materias primas, utensilios, e provisões de varias especies.

Estas as decomposições de que é susceptivel o fundo geral da sociedade.

Desenvolvamos ligeiramente.

A primeira necessidade d'um industrial, para não perder-se, é conhecer as necessidades e desejos do mercado, e conseguintemente o que pode elle fazer com a vantagem da extracção.

Não é facil: as necessidades d'esta ou d'aquella sociedade variam; e muitas vezes quem presume de melhor conhece-las, acha-se embaraçado. Mas, embora a difficuldade, embora ninguem possa de antemão fixar os resultados finaes de seu trabalho, é indispensavel o esforço para bem conhecer a procura ou o mercado.

Qualquer productor é sempre obrigado, antes de tudo, a indagar si o que intenta produzir corresponde a alguma necessidade, e si ha probabilidade d'extracção, e em que proporções. E' uma verdade, trate-se de agricultor, fabricante, homem de lettras, ou estadista; queira se produzir trigo, panno, quadros, ou livros; ponha-se o in-

tento em emittir doutrinas politicas, ou em crear algum primor de bellas-artes.

Sem tal precaução, nenhum talento nem meio imaginavel redundaria em proveito de seu dono, que trabalharia sem proveito para si ou para outros. Mau grado certos moralistas, as empresas que não aproveitam aos empresarios, não podem aproveitar sériamente á sociedade. Quando o publico não compra um producto, é que d'elle não sente necessidade: mesmo dando-se-lhe de graça o que elle não deseja, nenhuma vantagem teria; e a empresa mais philantropica val menos aos seus olhos, do que aquella que se ajusta a alguma das suas necessidades. Em poucas palavras, a empresa que mais ganha é a que mais aproveita ao publico; ou por outra, só os trabalhos verdadeiramente uteis á sociedade o são aos seus autores, e reciprocamente.

Fôra insania produzir sem conhecer o mercado. Publicai livros de sciencia entre selvagens, fazei vestidos para milhões de individuos em um mundo de alguns milhares, e em ambos os casos vereis perdido o vosso trabalho.

Entretanto, não quer isto dizer, que o homem se faça escravo da procura, dos desejos sociaes; pois, si assim fôra, nunca teriam sido offerecidos novos productos, não se teria instaurado novas ordens de necessidades: a sociedade teria permanecido em sua rudeza, em seus vicios, em sua pobreza.

O primeiro interesse de todas as industrias, de toda a especie de trabalho, é levar a sociedade á renuncia de satisfações vulgares ou perigosas,

inspirando-lhe paixão por gozos mais variados, mais extensos e intensos, mais nobres e judiciosos.

E' preciso, porém, partir da actualidade para o futuro; é preciso que as idéas novas se incluam, tanto ou quanto, nas existentes; pois toda a producção que se desvia demasiado das necessidades actuaes, ou vai além da sua somma, é destruição de riqueza, que não uma creação de valores.

Si é comprehendida a regra—de que a producção deve ser proporcionada á procura, de facto é ainda muito pouco observada. Poucos são os que estudam os mercados: ou a inercia da rotina, ou o furor das innovações.

Tempos ha, em que certos objectos de especulação entram de subito na moda, em que certos generos d'empresas tornam-se quasi uma mania. Por exemplo, começou a abertura de canaes na Inglaterra, e dentro em pouco estava excavado o paiz em todas as direcções, mesmo os districtos em que *nada havia a transportar* [1]. Na França, em certa época da Restauração, a mania era edificar: Paris parecia uma cidade tomada de assalto por architectos e pedreiros...

Nesse ardor febril quasi que se perde de vista a sociedade, que afinal obriga os especuladores a voltarem á razão.

Só permanece o que a sociedade sancciona. Façam os agiotas esforços herculeos por levantar o preço de certas mercadorias, e o regulador

[1] Faz lembrar a nossa febre d'estradas de ferro...

será sempre a relação entre a offerta e a procura.

Não se creia que toda empresa, qualquer que seja o seu objecto e resultado provavel, é sempre util, porque pelo menos dá trabalho aos operarios: é principalmente a classe operaria, que perde com as empresas mal pensadas. Si muito importa a todos em geral a solidez e duração de qualquer estabelecimento industrial, os mais interessados n'isto são os que vivem do trabalho de seu dia. Para os operarios, antes nada, do que as empresas mal fundadas: na fé de enganosos recursos, contrahem familias, e a sua ruina é completa na hora da catastrophe.

Por igual, é preciso conhecer o estado da offerta.

Quantos já fabricam o producto? Em que quantidade? Quaes os processos empregados? Pode-se fazer melhor? Qual a despeza a fazer? O preço da occasião? Haverá baixa provavel? E' vantajosa a situação do estabelecimento?...

A enumeração poderia continuar; mas, os seus fundamentos e supprimentos ficaram implicitos no exposto sobre o estado da procura.

A arte de dirigir a empresa é cousa differente.

Pode um homem, pouco apto para o estudo do mercado, opportunidade da producção, orça-

mentos etc., ser optimo administrador de uma empresa. No entanto, o bom industrial será ao mesmo tempo o bom administrador: empresa mal administrada, empresa fallida.

As empresas não dispensam uma escripturação em regra. Empresario que não possa, a todo o momento, saber de cada parte e do todo da sua empresa, andaria ás cegas.

Depois do genio dos negocios, o genio da arte; e antes de tudo o conhecimento pratico do officio.

Muitas idéas ainda correntes estão em grave desaccordo com os reaes interesses do homem e da humanidade.

De ordinario, quando se quer preparar um moço para a pratica esclarecida das artes, começa-se por uma educação litteraria: na Europa, e principalmente na França, a rhetorica é a base fundamental de todas as profissões; depois a educação scientifica, depois as chamadas escolas de applicação, e só em ultimo lugar, já tarde, e muito incompletamente, a pratica.

Alguns bons espiritos, verdade é que poucos, opinam que ás theorias e applicações deve anteceder a pratica, sendo que para a rhetorica todo o tempo é tempo; mas, são vencidos pelo numero.

Examinemos o caso.

Dizem que os homens raciocinam antes de agir; e d'aqui uma singular *abstracção*: que o genero humano só curou de vestir-se e abrigar-se, de constituir a familia e a sociedade, quando com o raciocinio se penetrou dos principios e razões demonstrativas. E pois—theoria antes da pratica, a razão das cousas antes da sua execução.

No entanto, a verdade é o contrario. Si ha cousa natural ao homem, é agir e depois reflectir. A reflexão esclarece, rectifica, aperfeiçoa o exercicio das nossas forças; mas, o homem faz tudo *nativamente*, e tudo é iniciado pelo instincto, para ser depois afeiçoado e aperfeiçoado pela razão.

Todas as artes começaram experimentalmente, e assim foram feitas quasi todas as descobertas: as sciencias explicaram depois, o que sem o seu auxilio foi achado e praticado. De nada serviria a sciencia, si não désse a razão dos processos da arte. O sabio que não passasse de sabio, nada saberia fazer da sua sciencia: ha singulares exemplos da inexperiencia de sabios assim, do seu desazo para tudo quanto respeita ás praticas da vida real.

E pois, para ser capaz do exercicio de uma arte, para ser verdadeiramente homem de acção, primeiro a acção, depois a theoria que a rectifica e explica...

As mais felizes invenções das artes foram feitas, quasi todas, não por sabios theoricos, e sim por meros praticos, obscuros operarios, cuja vantagem era bem conhecerem os processos da

sua arte, e estarem quotidianamente á face das difficuldades a vencer...

Isto applica-se indistinctamente a todas as profissões. Diz um illustre philosopho:—« mais cedo possivel devemos familiarisar-nos com as imagens, que depois devem ser objecto de todos os nossos juizos. E pelo que respeita á cadauma das artes em particular, o homem deve, antes de tudo, familiarisar-se no meio dos objectos de seus estudos, e no ponto de vista mais adaptado ao genero, caracter e fim das suas observações». (CABANIS—*Revol. de la Médéc.*)

Em menos palavras—antes de tudo os factos da profissão. O medico, nos amphitheatros e hospitaes; o advogado, nos cartorios e audiencias; o administrador, nas secretarias; o mineiro, nas minas; os manufactureiros, nas fabricas; os engenheiros de pontes e calçadas, nas calçadas, nas estradas e obras que um dia devem dirigir.

A pratica firma os seus passos e fortalece a sua acção, quando a theoria presta-lhe o seu auxilio.

A industria sem as sciencias, entregue ao empirismo e á rotina, faria das forças da natureza um uso limitado e cégo.

Já o dissemos, a natureza não trabalha espontaneamente para o homem; e as sciencias, estudando os seus modos de agir, determinam os meios de sujeita-la e dirigi-la. Chimica, Physica, Astronomia, Historia Natural, eis fontes

de fecundas verdades para as artes. Que partido não se tirou, por exemplo, do conhecimento das propriedades do iman, e da elasticidade dos fluidos! Si Montesquieu disse, que pela bussola o universo abriu-se ao commercio, o que se não poderá dizer do vapor?

Conseguintemente, pratica e theoria. A inversão dos usos em vigor seria vantajosissima: o estudo das sciencias á face dos factos da pratica daria os melhores resultados; e o progresso scientifico importa mais meios e Liberdade para a industria. No entanto, deve-se observar que a Liberdade, n'este ponto, depende menos do avanço das sciencias, do que da sua diffusão— «A experiencia (dizia Clement Desormes) está provando todos os dias, que os mais simples elementos da sciencia podem redundar em grandes progressos da industria ».

Não se conclua, que a industria não interessa nos progressos da sciencia: antes, pelo contrario.

Ainda que na occasião nem sempre se veja, em que lhe possa aproveitar uma certa descoberta, espere-se o tempo.—« Quando o hollandez Otto-Guerike feriu as primeiras faiscas electricas, quem podia prever na occasião (pergunta Say), que com isso Franklin encaminharia o raio, e desvia-lo-hia das nossas casas, o que parecia tão acima do poder do homem?»

Não se repelle a sciencia; o que se diz, sim, é que para a industria val muito menos o limitado circulo dos sabios, do que o grande numero de homens esclarecidos pela pratica. Veja-se a Inglaterra e a França; e attenda-se principalmente para os Estados-Unidos...

A applicação, de que depende principalmente o poder das artes, constitue uma sciencia particular, mais difficil talvez do que a sciencia rigorosamente dita: o seu objecto é—dar valor á sciencia.

Comprehende-se que certas sciencias, embora muito adiantadas e propagadas, sejam de fraca utilidade. Em tal estado podem ellas satisfazer a curiosidade, e entreter a actividade do espirito; mas, não augmentam os poderes do trabalho. A sciencia só existe para a industria, quando o talento das applicações tem achado meio de aproveitar as suas verdades...

Note-se, que na applicação a questão de *arte* complica-se necessariamente com a questão de *negocios:* nas invenções apparentemente as mais felizes, ha sempre a indagar—si o que parece artistica ou scientificamente excellente, seria tambem de proveito mercantil; si um certo melhoramento, sem defeito aos olhos da theoria e considerado abstractamente, produziria *de facto e em certas circumstancias dadas* favoraveis resultados. Mas, esta indagação, pertinente ao *talento dos negocios*, não prejudica o exposto sobre o *talento das applicações*, considerado sob a relação da *arte*, nem exclue o seu poder de augmentar indefinidamente os poderes, a Liberdade da industria.

E' visivel, por assim dizer, a importancia da mão d'obra. As descobertas da sciencia, utilisadas pelo talento das applicações, tomam corpo

nas mãos dos operarios. E pois a Liberdade d'industria depende tambem, e essencialmente, do talento do artista como operario, junto aos outros talentos de que acabamos de fallar. Quanto melhor se comprehende a tarefa, tanto mais destreza na execução; quanto mais senhor de todas as partes da arte, tanto mais Liberdade no seu exercicio.

Antes de passar adiante, releva notar, que temos fallado das duas classes de meios (genio dos negocios, genio da arte) como nas mãos da mesma pessoa; no entanto, a verdade é que taes meios necessariamente se distribuem pelas mãos de muitos, ainda nas empresas de pouco movimento. E' commum, que o empresario tenha a seu serviço administrador, caixa, guarda-livros, engenheiros, mestres, contra-mestres e operarios; mas, isto não exclue a these na forma exposta: seria muito e muito util, que o chefe da empresa de tudo entendesse, e em tudo pudesse ingerir-se; e melhor ainda si o mesmo se desse, tanto ou quanto, a respeito dos seus agentes.

O mais alto desenvolvimento das faculdades industriaes, que ficam ligeiramente analysadas, não poderia assegurar, em um paiz dado, o livre exercicio de profissão alguma, sem o auxilio dos costumes; isto é, sem que a população, aperfeiçoando o seu genio de negocios e arte, aperfeiçoe tambem os costumes, quer individuaes, quer sociaes, pois que todos concorrem para o progresso das faculdades industriaes.

O verdadeiro economista não pode esquecer a influencia do elemento moral.

O vicioso, como o ignorante, é incapaz do bom exercicio de uma profissão qualquer: o vicio e a ignorancia marcham por caminhos differentes; mas, chegam ao mesmo ponto. Não está á vista, que a preguiça, a avareza, o luxo, a prodigalidade, todos os vicios, são outros tantos obstaculos ao livre exercicio de qualquer industria?

Não pode, pois, ser objecto de duvida, que o uso moralisado das nossas faculdades é tambem essencial condição para o livre exercicio das industrias: d'isto depende a liberdade d'um industrial, pelo menos tanto como de tudo mais.

De todas as virtudes privadas a mais necessaria para o homem da industria, a fonte de todas as outras, é a paixão do bem-estar; o desejo violento de isentar-se da miseria e abjecção; essa dignidade e emulação que lhe não consentem o contentar-se na posição inferior, sempre que ha probabilidade de melhorar por um trabalho assiduo e licito: este sentimento, que parece tão natural, é muito menos commum do que se pensa, e immenso é o numero dos que lhe resistem até oblitera-lo.

E' ao amor do bem-estar, paixão dos povos muito cultos, que se devem attribuir os progressos da industria em alguns paizes; e vice-versa...

No ponto de vista das relações sociaes releva notar antes de tudo que não basta para o livre exercicio de qualquer profissão, que sejamos bons economos das nossas forças no que

respeita ao nosso individuo; é preciso ainda, que saibamos usar d'ellas sem prejuizo de terceiro, isto é, nos limites do justo.

Ha mil modos de transpor estes limites: diffamações, ultrages, ferimentos, assassinatos—quanto ás pessoas; fraudes, estellionatos, roubos, extorsões—quanto ás fortunas; pretensões exclusivas, prohibições injustas, atravessamentos, monopolios—quanto ao exercicio das nossas faculdades.

Ora, de qualquer modo que nos ataquemos reciprocamente, ou em nossas pessoas, ou em nossos bens, ou no exercicio das nossas faculdades, tudo restringe o nosso poder de agir, e tanto mais quanto mais graves e multiplicados os excessos.

Os ataques ás pessoas tiram a faculdade physica de agir, e tambem a moral: espalha-se o alarma na sociedade, vai-se a seguridade, sem a qual é impossivel o trabalho com zelo e proveito.

Os ataques aos bens quebrantam os poderes da industria, pois que os bens são necessarios como as faculdades; e tambem supprimem a actividade, physica e moralmente.

Finalmente, os ataques ao exercicio das faculdades, monopolios, privilegios, usurpações, tudo isto vai circumscrevendo e opprimindo em geral o exercicio das forças, e o uso d'estas vai sendo, cada dia, menos moralisado.

Assim pois, o respeito aos outros é tão necessario, como o bom uso das proprias faculdades: genio da arte, costumes para com os outros —eis os quatro pontos cardeaes da Liberdade economica.

Os costumes para com os outros ainda se podem dividir em civis e politicos: não basta que nos respeitemos como individuos, é preciso tambem que guardemos o justo como cidadãos.

E' muito possivel, com effeito [1], que politicamente, collectivamente, façamos ou omittamos certas cousas, de cuja acção ou omissão abster-nos-hiamos como particulares; e aliás é facto de todos os dias... Quem ainda não viu communidades ou sociedades, cujos membros, considerados em corporação ou em sua acção collectiva, fazem ou toleram cousas, que não fariam nem tolerariam como particulares ? Si bem que o procedimento dos homens em suas relações particulares, mesmo entre os povos mais civilisados, esteja longe de ser isento de iniquidade e violencia, pode-se dizer com verdade, que poucos excessos ha, que em these não sejam condemnados por todos, sendo que de muitos quasi todos se abstêm: attenta a massa da população do mundo não é optimismo dizer, que poucos individuos ha, que em seu proceder individual attentem habitualmente contra as propriedades e as pessoas; e menor é ainda o numero dos que pretendem, como individuos, determinar o uso das alheias faculdades. Mas, si tanta é a reserva quando se trata de agir como individuo, vai-se a timidez em tratando-se de Politica: desde que podem agir na qualidade de directores politicos, os homens como que se transformam, e não conhecem

[1] O quadro parece particularmente allusivo ao Brazil.

limites á propria vontade; dir-se-hia que as acções mudam de natureza, porque os agentes mudam de papel, e que o acto criminoso quando praticado pelo particular, torna-se licito e até louvavel quando pelo politico [1]. Nossa consciencia de particular, tão escrupulosa, timorata, circumspecta, delicada, transfigura-se de repente em aventurosa e ousada: como politicos attentamos por mil modos contra a fortuna e a pessoa dos outros; com os privilegios prejudicamos a quasi todos por injusto favor a muito poucos; empecemos a muitos, principalmente aos fracos, o legitimo exercicio das suas faculdades e forças.

Certo é que a sociedade nunca age collectivamente e em massa, e não se poderia dizer, que todos tomam parte, simultaneamente, em taes excessos; mas, nem por isto a culpa deixa de ser de muito grande numero; cadaum por sua vez, conforme vão mudando os agentes do poder; e demais, a sociedade é ré de cumplicidade indirecta, desde que não embarga o passo d'esses agentes.

Em sociedade habituada aos excessos do poder [2], não ha Liberdade possivel para nenhuma ordem de trabalhos: a abstenção individual de

[1] Não ha muitos annos, envergonhei-me ouvindo a um estrangeiro, em certo circulo:—"No Brazil não ha improbidade que deshonre na politica, e passa por dogma, que não é crime lesar os direitos fiscaes, ou furtar ao Estado: é pois um paiz perdido". Ninguem respondeu !...

[2] Brazil ! Brazil !...—Exclama a minha consciencia de cidadão: *homem de partido*, já foi titulo que honrou entre nós; hoje, não o quer nenhum homem de bem.

todos os attentados nada importa, desde que *officialmente* são elles possiveis e até habituaes, desde que diariamente consentimos que sejam praticados em nosso nome.

No entanto, os delictos dos particulares attingem individuos, e recahem sobre as massas os dos agentes do poder: aquelles podem ser facilmente reprimidos; estes, commettidos por corpos constituidos, immensamente fortes á custa da ignorancia, fraqueza ou depravação do grande numero, quasi que de necessidade ficam impunes.

Quando será o povo bastante esclarecido e bastante corajoso?... Só então a industria será livre, pois que para isto individuo e cidadão, simultaneamente devem abster-se da violencia; o cidadão (note-se bem) ainda mais que o individuo.

Desgraçadamente, as tendencias do nosso tempo estão longe de ser para o estado de aperfeiçoamento: a mania dos regulamentos, a intervenção indebita dos governos em tudo, existe por toda parte. Antigamente *privilegio*, hoje *protecção*: não ha outra differença.

E tudo se faz no interesse da Ordem! O que antigamente era *despotismo*, hoje tem o nome de *centralisação*...

Para a Liberdade economica só ha um modo: a industria entregue á actividade de cadaum, e a repressão no caso de offensa de direitos de terceiros.

Alargue o homem as suas conquistas sobre a natureza, afeiçôe o mundo physico aos seus intuitos, vá desenvolvendo mais e mais os seus poderes, e irá sendo mais e mais livre.

E attenda ao nexo d'esse desenvolvimento, a uma certa ordem de subordinação entre esses poderes, muitas vezes tambem conforme o lugar e a occasião. Certos meios de agir devem ser mais desenvolvidos em um paiz, e certos em outros; mas, ainda aqui a Liberdade vai ensinando os caminhos...

Na época da renascença das lettras em Italia, diz J. B. Say, as sciencias estavam em Bolonha, e as riquezas em Florença, Veneza e Genova.

Distingue-se Genebra pelo genio da especulação e dos negocios, e conta muitos chefes nas casas commerciaes de Paris.

Na França o forte não é a applicação, e sim a sciencia; e esta não lhe aproveita quanto seria possivel. Pelo contrario, os Inglezes primam em fazer da sciencia um instrumento util.

Em summa, conheça-se cada povo, como deve conhecer-se cada individuo: tambem aos povos se applica o *Nosce te ipsum*...

Eis os principios fundamentaes da Liberdade, e conjuncto de causas e condições do seu desenvolvimento .....

.....

BIBLIOTHECA
DA
FACULDADE DE DIREITO
DO
RECIFE

XIII

A respeito do Brazil

(*Fragmentos de discursos academicos*)

. . . . . .

Não cabem na Cadeira de Economia Politica certos assumptos, que já constituem sciencias especiaes; no entanto, arriscarei algumas considerações, que talvez aproveitem aos estudos economicos.

. . . . . .

N'este Brazil de 1873, estamos quasi que em plena rotina nos assumptos economico-sociaes, e particularmente nos financeiros: é o que dizem os factos conforme os entendo.

Em uma das suas lições de abertura do Curso no Collegio de França, diz o Sr. M. Chevalier:

«Sinto muito pela monarchia, que não tenho intuito de diffamar; mas, força é dize-lo: mostra a historia, que monarchias europeas, fundadas sobre as ruinas do imperio romano, e que ainda hoje estão em pé, os maiores moedeiros falsos, os que trabalharam em mais vastas proporções, foram os reis. Investidos do poder legislativo por usurpação das franquezas dos povos, erigiram em

maxima de governo, em chamada prerogativa da corôa, a falsificação das moedas, occupação a que se entregavam phreneticamente; e a doutrina passou. Não ha na Europa dynastia, que não conte um certo numero de principes moedeiros falsos; e infelizmente, n'este genero tão pouco invejavel, a França poderia disputar a palma [1]. A quantidade de prata da libra de Carlos-Magno, quando rompeu a Revolução, tinha menos oitenta e sete por cento do seu peso, tantas e taes haviam sido as subtracções de metal fino!»

Deixemos os reis de Portugal... No Brazil temos umas certas analogias... Onde ha excesso de papel inconversivel (e fallem mesmo, os que julgam normal a existencia de um meio circulante exclusivamente de papel)... onde ainda, em peças officiaes, se computam por sobras de receitas os restantes accidentaes de emprestimos recentes... onde um ministro chama conversão do papel a sua substituição por moeda de troco... em um paiz assim bem se podem dizer atrazadas as noções financeiras, *eleusinas* mesmo para a massa da população. No entanto, o que pode interessar mais a um povo livre, do que a decretação, arrecadação e emprego do imposto?...

E as Faculdades de Direito ahi estão sem a Cadeira de Finanças: mesmo nos projectos de

[1] Isto dito no Brazil, por um brazileiro, seria falta de patriotismo, peior—republicanismo, peior—falta de respeito ao Imperador, nas pessoas de seus ascendentes. O autor, já agora não aprenderá mais a ser patriota ao geito da mentira e da adulação.

reforma, e de creação d'uma Universidade, a Cadeira de Economia Politica continua isolada, como a creou El-Rei D. João VI...

Até quando um tão fatal descuido?... [1]

.....

Quem poderá dizer, porque entrou a Estatistica no quadro da Escola Polytechnica, e até agora parece que nem se *desconfia*, que ella deve ter a palavra, como o Direito Financeiro, em um curso de sciencias juridicas e sociaes?

No *Jornal da Sociedade de Estatistica de Londres*, 4.° trimestre de 1871, lê-se o discurso d'abertura do anno academico, pelo presidente Dr. Farr.

«Onde não ha governo (diz elle) reina a anarchia. Sem duvida, um governo pouco ou

[1] Em nossos fastos legislativos abundam exemplos e provas da incerteza dos nossos passos, no que respeita aos assumptos economico-sociaes.—O contracto de locação de serviços, celebrado no Imperio, ou fóra, para n'elle ter execução, sendo locador um estrangeiro, é ainda regido pela lei excepcional de 11 de Outubro de 1837, com o processo peculiar do seu art. 14 ratificado pelo art. 1.° § 4.° do regulamento de 15 de Março de 1842. Legislação *proteccionista*, em desfavor ao estrangeiro, quando tanto carecemos de immigração! O velho Portugal deu-nos a sua palmatoada: fez o seu inquerito parlamentar sobre a emigração, publicou o seu trabalho em 1873, e reclama contra a citada lei (vid. Campeão das Provincias).—Ainda em 1875 a nossa camara dos deputados occupou-se de um projecto regulador da locação de serviços agricolas, mesmo entre brazileiros, e *por-bem* da agricultura: ahi duas penalidades distinctas pelo mesmo facto, a mais fraca para o mais forte. Dispensa commentarios. Quando será convicção unanime, que todos perdem com o privilegio e a injustiça?

mal informado val mais do que a anarchia; não menos evidente é, porém, que um governo sem boa informação, apenas pode fazer muito pouco e mal. Quanto ao bem informado, não se pode ter idéa clara, porque os estadistas mais capazes (e nunca os governos tiveram representantes mais eminentes) têm apenas um imperfeito conhecimento do paiz, que governam... O homem politico mais penetrante está ainda hoje na situação de um habil medico das épocas anteriores á descoberta da anatomia, da circulação do sangue e outras funcções vitaes: não passa de um empirico atilado, sem partido a tirar da sciencia... O governo é a mais difficil das artes; e não é a França o unico paiz, onde mais de um, que recusaria o commando de uma força ou a incumbencia de uma operação cirurgica por não ter aprendido o necessario, de boa mente sem o menor constrangimento, acceitará o posto de chefe da edilidade d'um grande centro, de presidente da republica, ou primeiro ministro, ou representante do paiz [1]... Ataca-se a hereditariedade do pariato; mas, não se poude ter mão até agora, a que os incapazes solicitem e alcancem dos seus concidadãos o mandato legislativo.... Creio [2] que a fortuna de taes candidatos

[1] Então no Brazil, onde é chronico o improviso de presidentes, ministros, estadistas, etc.! Felicitemo-nos pela multipla reincarnação de imberbes Pitts...

[2] Crê o Dr. Farr para o seu paiz, e não crê o autor d'este livro para o Brazil: no xadrez da nossa politica, sciencia e probidade são peças tomadas logo no começo da partida, aos principiantes, pelos jogadores *amestrados*.

diminuirá de anno para anno, tomando o seu lugar os homens das sciencias politicas e da Estatistica, havendo rigor quanto ás aptidões do legislador..»

Diz o Sr. M. Block [1], que o Dr. Farr é optimista!... e sem duvida o diz com os olhos na França. Ora, nós do Brazil o que deveriamos dizer do pensador britanico? Triste quadra, em que é ser optimista, *utopista*, crer na progressiva acção da sciencia e da justiça!

Da citada revista ingleza consta, que em Edimburgo, no quadragesimo primeiro congresso scientifico, fallou lord Neaves: depois de haver demonstrado (diz o Sr. Block), que a Economia Politica está longe de ser uma sciencia nova, faz uma série de largas reflexões sobre a Estatistica, a primeira das quaes, resumidamente, é a seguinte:—Que a Estatistica é antes um meio do que um fim, servindo para evidenciar certas leis naturaes, que aliás são muita vez influenciadas por circumstancias accidentaes, contra o que deve haver cautela: que o ditado—Tão falazes como as cifras só os factos—involve uma grande verdade [2]: finalmente, que duas

[1] Veja-se *Journ. des Écon.* Av. 1872.

[2] Na França diz-se pela inversa—Tão brutal como o facto só a cifra: o que está mostrando (diz o Sr. M. Block) que a razão não está de todo, nem com os inglezes, nem com os francezes. Com licença do escriptor francez: si a memoria não me atraiçoa, Pascal dizia—Nada tão brutal como um facto, o que está mostrando que mesmo em França o dictado variou, isto é, que nem sempre as cifras tiveram fóros de brutalidade. Comnosco é que não pode haver contenda: o Brazil é n'este ponto hiper-inglez—cifras e factos, tudo engana até a luz do meio-dia.

qualidades differentes são necessarias em Estatistica, o dom da observação com registro dos factos, e sagacidade para as boas deducções.

« No exercicio das mesmas funcções no supremo tribunal do crime (diz lord Neaves) acontece-me ás vezes, em minhas viagens para a presidencia do Jury, achar poucos, ou não achar processo para julgamento. E' caso de contentamento para muitos, e especialmente para o juiz, que recebe sem trabalho o seu par de luvas brancas. No entanto, já tive occasião de observar, que um pequeno rol de culpados, ou nenhum, não é sempre uma prova de boa situação moral, porque pode provir de duas causas oppostas: ou de se não ter commettido crime no lugar, o que é bom; ou de se não ter podido ou querido descobrir os criminosos, o que é mau ».

E cita o seguinte exemplo. Resulta dos quadros do estado civil da Escossia, que ahi morrem, em proporção, mais celibatarios do que casados; e d'isto concluem muitos, que o casamento prolonga a vida. O illustrado lord mostra, que esta conclusão é precipitada, e pode mesmo ser erronea. De accordo com o eminente juiz, concluia uma memoria apresentada á Academia de Medicina, de Paris. Pode-se dizer, que evitam o casamento os fracos e os doentes; e assim, por facto estranho ao celibato, cresce a lista de obitos dos celibatarios: podendo-se ainda accrescentar—1.° as profissões perigosas, que obstam ao casamento; 2.° a miseria, que mata independentemente do celibato; 3.° a dissolução de costumes, que nem sempre é acautelada pelo casamento; etc.

Outro exemplo da circumspecção, com que se deve concluir dos dados estatisticos. Verificado que ha menos suicidios na Austria do que na Russia, pode-se concluir, parando na superficie, que o facto é mais frequente nos paizes protestantes do que nos catholicos; sabido porém, que os suicidios são em muito maior numero ao norte da Italia do que ao sul, achar-se-ha que o grau de instrucção diz muito para o caso.....
.....

O que dizer do systema metrico [1], que acaba de entrar em vigor? Pretenderiam os nossos estadistas adiantar a unidade dos pesos e medidas na humanidade? Gotta d'agoa no oceano... E os inconvenientes para um paiz novo como este, de população rara, com tão escassos meios de instrucção para as classes populares?...

[1] Disto e da Estatistica fallei aos meus discipulos, como questões que então eram de actualidade—Sei quanto se tem dito a favor do systema metrico; mas tambem sei, que sem elle vive a Inglaterra. Vejam-se as considerações de G. de Molinari, no seu *Curso*. Si retroceder hoje seria dobrar perdas e damnos, conservo as linhas como um protesto ou prevenção contra futuras innovações do mesmo genero, contra a nossa mania de traducções e imitações. Vejam-se os estrepitos e apparatos da Lei n. 1157 de 26 de Junho de 1862, e da Circ. n. 165 de 6 de Março de 1865. *Et nascetur ridiculus mus*... Commissões, engenheiros, repartições, privilegios, tabellas de conversão das medidas... em summa, tal qual como o velho Portugal, quando a Europa toda se agitava, baixando leis e regulamentos para que fossem mudados os botões das fardas do seu exercito...

Em 1857 dizia um autorisado escriptor [1], com relação á França:—«Abusa-se desapiedadamente da ignorancia do povo quanto ao valor exacto dos pesos e medidas, para ganhar, aqui e alli, centilitros ou centigrammas».

E o que será no Brazil?

« Um dos erros mais grosseiros da sciencia politica (diz o Sr. Frout de Fontpertuis) é crer sempre possivel o transporte, de uma vez, das leis de um povo para outro, que tem historia, costumes e temperamento differentes».

Pois é este o erro chronico da administração brazileira. E para que, Santo Deus? Para que na Europa tenham de nós uma boa opinião? Engano manifesto, pois que os homens competentes não podem ajuizar bem de estadistas, que traduzem e mandam traduzir, e traduzir mal.

O Sr. Gabineau, ministro da França no Brazil em 1869, escreveu uma carta ao seu ministro do exterior, sobre a escravidão no Brazil, e das diversas raças de que se compõe a sua população [2] Falla em primeiro lugar dos obstaculos financeiros á abolição immediata da escravidão. A querer-se indemnisar plenamente (diz elle) os proprietarios de escravos, só uma somma muito acima do possivel; adoptando-se um modo de indemnisação menos oneroso para os cofres pu-

[1] P. A. Dufau. -*Essai sur la science de la misère sociale.*

[2] Datada de 22 de Setembro: foi transmittida pelo ministro do exterior ao seu collega da instrucção publica, e por este ao secretario perpetuo da Academia Franceza. Consta da *Revista da Academia das Sciencias moraes e politicas*, 1870, e está resumida no *Jornal dos Economistas*, Julho de 1872.

blicos, ficariam compromettidos na mesma razão os interesses dos plantadores, cuja situação pouco lisonjeira é *radicalmente anormal*. Uma só cultura, a do café, faz-se em grande escala e dá lucros elevados, quarenta por cento nos bons annos; mas, estes são raros, e nos intervallos os plantadores tomam dinheiro a taxas usurarias: os emprestimos repetidos, aggravados pela *natural preguiça e imprevidencia dos agricultores*, diminuem os lucros, quando não os absorvem ou excedem. *Os plantadores brazileiros são quasi todos sangues misturados, mulatos mais ou menos carregados, profundamente ignorantes*, QUASI NA BARBARIA, *e não se distinguindo dos seus escravos, nem por gostos mais apurados, nem por tendencias moraes mais elevadas*. Demais (continua o Sr. Gobineau) essas familias mestiças desapparecem rapidamente, e são substituidas pouco a pouco por immigrantes, quasi todos portuguezes, que empregam em suas fazendas de café trabalhadores brancos: contra estes concurrentes livres e intelligentes os brazileiros mal se sustentam, graças á escravidão; esta, porém, vai a extinguir-se pelo natural decrescimento da reproducção dos escravos, que, sendo de quatro milhões em 1852, é apenas de dous em 1869, e assim em trinta annos estará extincta, sem intervenção da lei [1]. E' brando o tratamento dos escravos; mas, falta-lhes absolutamente a educa-

[1] Como é facil decidir na Europa as nossas questões !... A tanto não chegou o Sr. Christiano Ottoni, meu illustre amigo, o mais optimista dos pensadores brazileiros no ponto da extincção *natural* da escravidão.

ção moral, e a sua *ingenua depravação* communica-se aos senhores...

No entanto, encontra-se na Bahia e visinhanças (ainda o romance) uma raça distincta de escravos, os Minas originarios de Gabão, homens robustos, energicos e intelligentes: formam entre si sociedades de soccorros com uma caixa commum, cujos fundos são empregados annualmente no resgate de um certo numero d'elles. Livres, tratam uns de voltar para a Africa, e outros estabelecem-se no Brazil. Sob a apparente conversão que a lei do paiz lhes impõe, são fieis ao mahometismo, e estudam cuidadosamente o arabe para a leitura do Corão, cujos exemplares compram muito caro, e com sacrificio, a uma livraria franceza no Rio de Janeiro [1].

Em summa, o Sr. Gobineau reputava insoluvel a questão da escravidão no Brazil, esperando aliás, não para muito tarde, a extincção natural: era pensamento seu, que—a raça *mestiça brazileira desappareceria em breve, deixando o lugar a uma especie de nação nova, onde predominaria o elemento portuguez, mesclado com o allemão, o italiano e o francez.*

E é sempre assim que se falla de nós lá na Europa...

Reclamaram na Academia Franceza, é verdade; mas, o Sr. Cochin, por exemplo, é pela extincção *completa*, para que nos civilisemos, enriqueçamos, cresçamos em população, em duas

[1] Na Bahia sabe se, quantas demasias vão por aqui.

palavras, *para que não sejam sepultadas as duas raças:* o que importa ser pouco mais ou menos da opinião do diplomata ainda hoje—ainda hoje, pois que a nossa lei de 1871 ficou *a meio caminho.*

O Sr. H. Passy, impugnando o decrescimento *natural* dos escravos, nas proporções figuradas pelo Sr. Gobineau, diz que o facto, a ser verdadeiro, só se explicará *pelos abusos dos plantadores, e pelos vicios que gera a escravidão no senhor e no escravo,* e o Sr. Odillon Barrot confirma, reconhecendo entre nós a mesma acção depravadora... Isto é, accusadores e defensores são accordes em um ponto—o nosso semi-barbarismo...

E assim em tudo. O Sr. Seaman acaba de publicar um livro muito annunciado entre nós, *Systema do governo americano,* onde se lê o seguinte curioso periodo:

« No Brazil as camaras são eleitas indirectamente pelo povo. Os chefes de quinze familias, tendo em bens moveis ou de raiz o rendimento annual de cincoenta dollars cadaum, escolhem um eleitor; e os eleitores assim designados nas diversas provincias, nomeam senadores vitalicios e deputados por quatro annos. Cadauma das vinte e uma provincias do imperio tem uma assembléa provincial (como a nossa legislatura de Estado), em umas por dous annos e em outras por tres. O systema das eleições indirectas e do suffragio limitado tem funccionado bem... »

Eis como fóra do paiz somos sempre *estudados* e *meditados*.....

. . . . . .

. . . . . .

Somos o que não poderiamos deixar de ser, pupillos de Portugal até 1822, emancipados sob condições que deveriam influir para a continuação dos vicios e erros da metropole, e administrados até hoje por modo a sermos ainda a *melhor colonia de Portugal*, no dizer do Sr. A. Herculano.

Em 1820 escrevia na metropole J. Accursio das Neves, autor de curiosos opusculos economicos, que aquelle que por lá fallasse de Economia Politica, mesmo entre gente douta, seria ouvido com sorriso desdenhoso... E o sorriso continuou por cá...

Em Portugal, diz o Sr. Forjaz de Sampaio [1], era o influxo das instituições e costumes, e o terror das novidades politicas, e as tradicções do governo do marquez de Pombal, eminentemente prohibicionista e regulamentador... E no Brazil, podemos dizer conscienciosamente, é o influxo de Portugal...

Em 1865 publicou-se no Rio de Janeiro um opusculo [2], onde ha muita noticia aproveitavel para a nossa historia economica, muita noção que deve aproveitar aos nossos estadistas. Com elle farei ligeira excursão historico-economica, resumindo-o livremente, e afeiçoando-o ás nossas idéas quando seja preciso.

[1] *Novos Elementos de Economia Politica e Estatistica.*

[2] *Elementos de historia da Economia Politica*, por C. G.

São verdades, que têm escapado a nossa administração, tanto ou quanto, as seguintes:

— Que as doutrinas economicas dictadas pelas *conveniencias européas* não podem ser proveitosamente applicadas ao Brazil, sem os descontos reclamados pelas circumstancias especiaes.

— Que é pelo estudo dos *factos*, que se chega ao conhecimento d'essas *circumstancias especiaes*, que se pode achar a *conveniencia brazileira*.

— Que o estudo a este proposito, para ser methodico, deve abranger o que *fomos* e o que *somos*, para bem se concluir *o que devemos ser* [1].

Abra-se a historia.

Rodrigo de Souza Coutinho foi o ministro, com que chegou D. João VI ao Brazil em 1808. Educado na Inglaterra, e tendo ahi bebido as suas idéas economicas, por elle havia sido implantada a influencia ingleza na côrte de Portugal, e com elle veio a mesma influencia para o Brazil.

Quando a côrte embarcou para a America, achava-se na barra de Lisboa a frota ou comboy do Brazil, carregada de productos que importavam em grandes sommas: tudo foi entregue ao almirante inglez Sydney Smith *por ordem e em*

[1] O autor tem preconceitos proteccionistas, que irei desviando. Mas, as suas premissas servem aos economistas-estadistas da Liberdade, pois que mesmo fóra do proteccionismo os principios, ou politicos ou economicos, devem afeiçoar-se ao tempo e ao lugar, o que constitue a difficuldade da arte de governar.

nome do principe, e tudo partiu para as docas de Londres, ahi permanecendo por tres ou quatro annos. Nomearam-se commissões para a administração dos navios, e com ellas cooperava, como representante dos donos, D. Domingos de Souza Coutinho, irmão de D. Rodrigo: esse D. Rodrigo houve-se por tal modo, que nunca mais voltou a Portugal ou ao Brazil, tanto lhe remordia a consciencia! A frota esteve retida nas docas inglezas, até que se fez o tratado de 1810: só então foi entregue em pessimo estado, e com uma enorme conta de despezas!...

Augmentada no Brazil a monarchia portugueza, o seu primeiro acto importante foi a abertura dos portos ao commercio estrangeiro: acto grandioso e das melhores consequencias, si para logo tratados *extorquidos* não lhe tivessem mingoado o alcance.

O tratado de 1810 com a Gran-Bretanha involvia clausulas leoninas em nosso desproveito. Estipulava-se, que as mercadorias britanicas entrariam com direitos de quinze por cento *ad valorem*, sem impugnação; e os outros importadores, que não tinham tratado, pagavam pela pauta vinte e quatro por cento. Além d'isto o commercio nacional, que d'esses paizes *sem tratado* trouxesse mercadorias, tambem havia de pagar vinte e quatro por cento. E não era só este vexame ao commercio do paiz: quando os seus navios voltavam aos portos, tiravam-lhes a tripolação, deixando-os reduzidos aos escravos: obrigavam a marinha nacional a ter cirurgião e capellão, e a satisfazer um cento de outras exigencias dis-

pendiosas; sujeitavam-n'a a multiplos despachos consumidores de dinheiro e tempo.

Assim o tratado de 1810 deu tudo, e nada recebeu em troca: abandonou o commercio nacional ás suas proprias forças, que foram sendo enfraquecidas pelo estrangeiro *protegido*.

O conde de Anadia, sabendo que ia apresentar-se á régia assignatura o referido tratado, e mais um acto internacional para entregar-se ao governo inglez a ilha de Santa Catharina, foi ao paço, e representou ao principe:

— Que o commercio reciproco, de que fallava o tratado, era illusorio; que os inglezes importariam tudo nos dominios portuguezes, e os nacionaes apenas levariam á Inglaterra algodão em rama, pau-brazil, brilhantes, ouro em barra e em pó, moedas; que os productos coloniaes ficariam excluidos pelos direitos chamados prohibitivos; que assim ficaria arruinada a industria portugueza, tão custosamente creada pelo marquez de Pombal nos vinte e cinco annos do seu ministerio; que os povos, empobrecidos e ociosos, entregar-se-hiam ás discussões politicas [1]; e que a consequencia final seria uma re-

[1] Profunda verdade!... Sem resuscitar a questão do commercio a retalho, nem outra qualquer que vá d'encontro á Liberdade, pode-se dizer bem alto, que o descuido de nossos governos, quanto á evolução economica do paiz, reduziu-nos á triste burocracia de hoje, á fatal empregomania, á esteril preoccupação universal de uma politica tacanha, que fazem a nossa miseria, moral e economica... A politica, pode-se dizer, é hoje a principal industria do brazileiro: n'ella tudo é *meio de vida*, mesmo os altos cargos da administração, até as proprias cadeiras de representação nacional....

volução, fatal ao principe ou aos seus descendentes.

Por epilogo o conde de Anadia denunciou a tentativa d'entrega de Santa Catharina.

O principe, revolvendo os papeis que estavam sobre a mesa, rasgou indignado o papel de abandono da ilha; mas, D. Rodrigo ahi estava para fazer-lhe medo com Bonaparte, de quem só a Inglaterra podia livrar a casa-real portugueza, e poude conseguir a assignatura do tratado.

O conde sahiu do paço com os symptomas da congestão, que horas depois matou-o; e D. Rodrigo levou mais tarde umas bengaladas do regente por causa do mesmo tratado (ao chegar a noticia de apresamento de navios nacionaes pela marinha ingleza), e deliberou envenenar-se... Mas, o tratado de 1810 ahi ficou!

Quanto de tragi-comico para o futuro Saint-Simon brazileiro!

Por tratado feito em Vienna d'Austria a 21 de Janeiro de 1815 (diz o barão de Cayrú) obrigou-se o governo britanico, art. 1.°, a pagar em Londres trezentas mil libras sterlinas, pelos apresamentos feitos antes do primeiro de Julho de 1814; mas, ao mesmo tempo, o tratado legitimava o abuso commettido no golpho de Guiné.

Apertado ainda mais o circulo de 1810, desanimou de todo o commercio nacional (e então a Inglaterra ainda tinha escravos!): os negociantes do Rio, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará, venderam navios, liquidaram e fecharam as casas.

Os tratados de 1817 e 1821 foram como os

seus antecessores: sempre contra nós, sempre com todo o favor á Inglaterra.

Até que por ultimo veio o de 1826, a nossa triste *carta de alforria*, na qual D. João VI *reconheceu* a nossa independencia, etc.: sempre a influencia britanica, sempre a nossa ruina moral e economica.....

.....

.....

Agora, por minha conta, mais alguns traços, á vista da legislação que foi ou ainda é nossa. E' a mesma questão, para mim de grande peso, das nossas origens e respectivas consequencias... Cincoenta annos de pouca luz para espancar trevas seculares, é muito pouco... O estudo deve incitar-nos a apurar sciencia e consciencia: a historia não condemna quadros sociaes, porque não arma ao impossivel; mas, é inexoravel com as que ficam a meio-caminho do provavel...

Nas nossas velhas leis acharemos facilmente muitos e claros vestigios do espirito antigo; e pouco bastará para boa prova.

Por alvará de 13 de Agosto de 1759 foram approvados os Estatutos da Companhia Geral de Pernambuco e Parahyba: o rei queria dar—*direcções convenientes, que ordinariamente se não encontram em commercios livres;* e appellidava os referidos Estatutos de—*convenientes ao seu real serviço, com grande e notoria utilidade para os seus vassallos.*

O Alvará de 9 de Junho de 1761 dava privilegio, por dez annos, a uma fabrica de gomma para polvilhos.

Na mesma data se ordenava—que se não pudesse fazer venda, penhora, embargo, sequestro ou execução, nos escravos que a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão vendesse, sem attestação dos seus administradores de estar paga a mesma Companhia.

Alvará de 2 de Abril de 1762:—« Attendendo ao excesso do luxo das carruagens, com que se transgredem as leis e costumes louvavelmente estabelecidos, ordeno que ninguem possa andar na cidade de Lisboa, e a uma legoa de distancia, em carruagem de mais de duas bestas: pena de perdimento de carruagens e bestas, um anno de degredo a vinte legoas de distancia da Côrte, sendo os transgressores moços fidalgos da minha Casa, ou no presidio de Marzagão, sendo de menor fôro: exceptuada a Real Casa, Embaixadores, Cardeaes, Patriarchas, Arcebispos e Bispos ».

O Brazil reino, e depois imperio, andou pelos mesmos caminhos.

Pela Carta Régia de 28 de Janeiro de 1808 foram franqueados os seus portos a todas as nações: mas, vieram logo depois os tratados com a Inglaterra e as suas funestas consequencias; e o art. 2.º da convenção de 28 de Julho de 1817, addicional ao tratado de 22 de Janeiro de 1815, declarando quaes os territorios da Africa, em que o *commercio dos negros ficava sendo licito aos subditos de Sua Magestade Fidelissima.*

Isto e mais o Decreto de 11 de Junho de 1808, moderando os direitos das mercadorias e generos dos nacionaes embarcados em navios nacionaes, eis toda a obra economica de D. João VI: o systema da protecção e do privilegio, que ainda impera tanto ou quanto, e sobre a base da escravidão!

Quanto ao mais, tambem temos [1] leis vigentes sobre o numero das bestas das carruagens; tambem é lei nossa o Decreto de 29 de Setembro de 1822, dispondo—que nenhum particular possa usar de côr verde nas librés dos seus criados, por haver sido essa côr, pelo Decreto de 20 do mesmo mez e anno, reservada para as casacas, capotes e reguingotes da Casa Imperial.

Ainda temos chapeleiros, boticarios, e mesmo *camiseiros*, da Casa Imperial, doces reminiscencias do absolutismo, para que de todo se não perca a idéa de El-Rei Nosso Senhor; feliz imitação dos mercadores da *Casa do Rei*, dos negociantes da galeria do Louvre, isentos por Henrique IV de fazerem parte das corporações; testemunho da saudade d'esse uso dos bons tempos, quando as escadas e corredores do paço do rei eram convertidas em bazar, uso que durou até a Revolução [2].

E temos cousa peior... temos paginas, cuja trasladação não cabe aqui.....

.....

[1] Vejam-se *Apontamentos* do senador Maia.

[2] J. Simon—*La Liberté*.

BIBLIOTHECA FACULDADE DE DIREITO RECIFE

Ora, o que pode ter sido no Brazil o ensino em geral, e das sciencias politicas e economicas em particular? Só a Liberdade não tem medo da luz...

Pela Provisão de 14 de Março de 1816, D. João VI creou uma cadeira de primeiras lettras na freguezia de Santa Vera Cruz, da ilha de Itaparica, provincia da Bahia.

O Decreto de 26 de Julho de 1827 mandou, que se supprisse com as rendas geraes do imperio o pagamento dos ordenados dos professores de lingoa latina e primeiras lettras, *quando não chegasse o subsidio litterario.*

A Lei de 15 de Outubro de 1827 creou cadeiras de primeiras lettras em todas as cidades, villas e lugares *mais populosos.*

E pouco mais ou menos, assim temos ido até hoje, por modo que ainda é lettra quasi-morta a promessa constitucional em materia de instrucção...

Ultimamente escreveu no Rio de Janeiro o Sr. Dr. Luz:

«O erro das administrações provém de não considerar, que o menino é um ser multiplo, que tem necessidades de diversas naturezas, que finalmente é preciso educar e instruir. Comquanto louvemos, com o maior jubilo, todo o empenho que se está empregando para melhorar o ensino, principalmente na côrte do imperio, todavia a não serem esforços de particulares, esses mesmos rarissimos, não vemos dirigida a attenção dos profissionaes e dos poderes publicos para esta face do problema social: por ora, só se trata de

leitura, escripta, e primeiras operações de arithmetica... Ainda quando, por largo espaço de tempo, não ensinemos ao povo mais do que ler, escrever e contar, cumpre formular em nossa consciencia esta pergunta:—Porque exigimos o aprendizado d'estas tres materias d'estudo? Não pode ser somente para que se conheça o alphabeto, e juntem-se as palavras. E' sim para desempenhar a promessa constitucional, é para instruir os brazileiros, é para desvendar o espirito da criança, desenvolver suas aptidões, torna-la capaz de reflexão, de tal modo que, ainda que não curse outra escola, possa ao tocar a idade viril conhecer os deveres que o homem é obrigado a cumprir, em relação a si e ao seu Creador, aos seus semelhantes e á patria. A verdadeira missão, pois, do ensino popular é fazer subir o nivel intellectual das populações, e melhorar os individuos: isto não conseguiremos, ainda ninguem o conseguiu, com aquelles tres unicos elementos de instrucção».

E' mais um Baptista, prégando no deserto...

.....

Pelo que respeita á Economia Politica em particular, o que poderia ser o seu ensino, com as theorias economico-sociaes herdadas de Portugal?

D. João VI, ancho pela abertura dos portos, como si fosse isto cousa sua, cousa de portuguezes, assignou o Decreto de 23 de Fevereiro de 1808, que diz assim:

« Sendo *absolutamente* necessario o estudo da sciencia economica *na presente conjunctura*,

em que o Brazil offerece *a melhor occasião* para se pôr em pratica *muitos* dos seus principios, para que os meus vassallos, sendo melhor instruidos n'elles, *me possam servir com mais vantagem*... nomeio José da Silva Lisboa para reger uma aula publica no Rio de Janeiro».

Eis tudo. Passou *a conjunctura*, e a Economia Politica, ignorada por quasi todos e por quasi todos escarnecida, veio a reapparecer na creação dos Cursos Juridicos, por Carta de Lei de 11 de Agosto de 1827; e, solitaria até hoje, figura apenas como uma recordação do rei velho...

Ao que já ficou dito com relação á Allemanha, que conta até Faculdades especiaes de Economia Politica, onde é immenso o movimento das sciencias economico-sociaes, com relação á Inglaterra, mãe fecunda das soluções praticas nas questões economicas, accrescentarei considerações particularmente cabiveis á nossa terra.

O Sr. G. de Boissonnade, abrindo o curso economico na Faculdade de Direito de Paris, em 1871, disse á mocidade franceza:

— «Vós que sois o futuro, vós que aspirais ás profissões liberaes ou ás funcções publicas, vós que sois chamados a exercer sobre os destinos da nossa patria uma influencia mais directa que a de simples eleitores, deveis conhecer as *leis economicas*, tanto ou talvez mais do que as *civis e criminaes*, porque aquellas importam mais para o poder de uma nação. A Restauração e o Imperio instituiram cadeiras de Economia Politica na Faculdade de Direito, o que vos está dizendo duas cousas: 1.º que um governo pode

não ser liberal, e amar a propagação das verdades economicas; 2.° que, por excellentes razões, a sciencia economica foi chamada a tomar lugar ao lado da sciencia juridica. E' de tradição dizer-se que esta é irmã mais velha da Economia Politica; assentemos, porém, que as duas irmãs são ge neas e inseparaveis. Pelo abandono e esquecimento da sciencia economica, por espaço de seculos, pereceram tantas nações, e a humanidade tanto se demorou no caminho de seu desenvolvimento ».

Disse o já citado professor da Faculdade de Tolosa:

— « E' razoavel contemplar o Estudo da Economia Politica nas Faculdades de Direito. A lei, que n'estas é ensinada e commentada, involve as idéas do Justo e do Util: a Sciencia do Direito define e precisa o Justo, e a Economia Politica o Util: estes dous factores, si assim se pode fallar, da producção de uma lei, devem naturalmente andar juntos. E' principalmente aos estudantes de Direito, d'entre os quaes serão escolhidos muitos dos legisladores, que este facto deverá aproveitar ».

Entre nós o symptoma é desanimador: deixam isolada como até agora, nos projectos modernos, a cadeira de Economia Politica; e nas projectadas divisões do curso actual a Economia Politica fica desligada do de Direito.

N'esta quadra, e no Brazil que tanto precisa de curar da sua evolução economica, é de pasmar!

Por mim não subscrevo o dito do aliás muito

autorisado Sr. Batbie [1], em cujo conceito a Economia Politica, *sem ser precisamente um ramo do Direito, tem muitos pontos de contacto com o estudo da legislação*: n'estas expressões não está toda a verdade.

Em Novembro de 1871 leu-se na Sociedade de Economia de Paris a communicação, que passo a resumir, de um distincto jurisconsulto:

— « Com sessenta annos de idade, vinte e cinco no exercicio da profissão de advogado, tendo sido bastoneiro da minha ordem: retirei-me do foro para ser senhor do meu tempo, e dos fructos do meu trabalho; e acceitei em um lyceo a cadeira de Legislação Usual, sob condição de que abrangeria um curso de Economia Politica. Fui estranho a esta sciencia por todo o tempo da minha profissão, e quasi que a um acaso devo ter *aberto* os olhos: por mera curiosidade emprehendi a leitura do *Curso* de Rossi; ou antes obedeci a uma saudosa reminiscencia, pois Rossi havia sido na Faculdade de Direito de Paris o presidente da minha these para a licença. Ah! como deplorei que durante a minha profissão de advogado ignorasse eu uma sciencia, que dá tanta luz ao Direito Positivo! Quando entrei no Lyceo sabia muito pouco de Economia Politica; mas, já tinha o gosto pelo seu estudo: considerava esta sciencia como um complemento indispensavel aos estudos juridicos, e mesmo como o fundamento de todo o estudo escolar. Occorreu-me que em 1831, quando estudante de Philosophia

[1] *Journ. des Econ.* Nov. 1871.

no Lycêo de Poitiers, ouvi citar, como de quem estudava Economia Politica, *sciencia occulta* para nós, o nome de Courcelle-Seneuil, meu camarada, emulo ou antes rival, nas disputas sobre o *eu* e o *não-eu*: reatei-me aos tempos da mocidade, e quiz saber um pouco do que o meu antigo companheiro tanto sabia pelo estudo de quarenta annos... Tenho emparelhado a Economia Politica á Legislação Usual, e pelo meu Lycêo a Economia Politica fez a sua entrada solemne nos quadros do ensino... Hoje deve-se considerar o ensino da Economia Politica, como o da Hygiene em tempos de epidemia: doentes e sãos interessam n'esta, como ricos e pobres n'aquella. E' principalmente nas classes populares, atacadas da peste do communismo, que importa propagar a Economia Politica...»

E no entanto, ha meio seculo que está entre nós, sempre solitaria e já com ares de decrepitude, a Cadeira de José da Silva Lisboa! Nem ao menos uma cadeira de Direito Financeiro, para que este não continue como uma especie de mysterio da Boa-Deusa, um monopolio de meia duzia de bons praticos de escripturação e rabulas fiscaes (com algumas excepções), que por ahi se proclamam e são proclamados grandes financeiros... Nem ao menos a Estatistica, que aliás tocou em partilha á Polytechnica, segundo já celebrei.....

.....

.....

.....

Tudo codificam, tudo *consolidam* entre nós que tão poucos somos consolidados; mas, ainda a ninguem occorreu uma—Compilação das leis economicas do Brazil desde 1808 até o presente.

Devia comprehender todas as leis que entendem com a industria e as finanças, e a parte respectiva da publica administração.

Na integra umas, em resumo outras, conforme a especialidade ou gravidade dos assumptos.

Com reflexões historicas e phllosophicas, e confrontações criticas das leis brazileiras entre si, e d'estas com as estrangeiras.

Larga discussão dos principios, quando assim fosse necessario á boa critica dos textos.

Observações geraes sobre o impulso economico, de que carece o Imperio...

Uma obra assim deveria interessar, tanto aos que se occupam dos publicos negocios, como aos estudantes de Direito; supprindo mais ou menos para estes a falta, muito para lastimar, de um curso de sciencias sociaes, onde se contasse a Historia nacional economica, o Direito Financeiro, a Estatistica, a par da Economia Politica em bases mais largas...

Seria a pedra fundamental para o edificio tão necessario, da nossa Economia Politica Nacional.....

.....

.....

FIM

BIBLIOTHECA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

BIBLIOTHECA —DA— FACULDADE DE DIREITO —DO— RECIFE

INDICE

	PAGS.
Palavras de introducção	VII
Advertencia	XVII
I Considerações geraes sobre o ensino	23
II Esboço historico	45
III Methodo	60
IV Economia Politica: em geral, e quanto ao seu ensino em particular	88
V Economia Politica: definição	95
VI Economia Politica: não é sciencia materialista	110
VII Economia Politica: não é puro empirismo	119
VIII Economia Politica: sua importancia	122
IX Sociabilidade e socialismo	124
X A Internacional	133
XI Passado e presente	137
XII Liberdade	144
XIII A respeito do Brazil	225

Este livro deve ser devolvido na última data carimbada

25-2-950			
28.4.952			
2.6.52			
18.1.54			
4.3.58			
18.3.58			
30.12.58			
1 a MAI 1963			

338.9
G963u
1902
CESP

dw. 1967

Guimarães, Aprigio J. da Silva
AUTOR
Estudos de economia politica
TÍTULO

Este livro deve ser devolvido na última data carimbada

25-2-952
28.4.952
2.6.52
12.1.54
4.3.58
18.3.58
30.12.08
10.1.59
14 MAI 1959

Prove que sabe honrar os seus compromissos devolvendo com pontualidade êste livro à Biblioteca.

Se, findo o prazo de empréstimo (2 semanas), o livro não for devolvido, será cobrada uma multa de um cruzeiro por dia.